



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS**  
**Secretaria Nacional da Proteção Global**  
**Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos**  
**Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional**  
**Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

**31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**Data e horário:** 25 de fevereiro de 2021, de 08:30hs às 12h30.

**Local:** virtual <https://us02web.zoom.us/j/85314911326>

**Telefone para contato:** (61) 2027-3337

**Ministério da Saúde não registrou presença na 31ª reunião ordinária do CNPCT.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**1. Abertura**

• **Pauta:**

**1.1. Registro dos membros**

Horário do início do ponto de pauta: 08h52

Condução: vice-Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 17 membros

Instalação do quórum

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. SNPG/MMFDH	1. CFOAB
2. SNPIR/MMFDH	2. CFP
3. SG/PR	3. JG
4. Ministério da Cidadania	4. RENILA
5. MD	5. MNU
6. MRE	6. CONECTAS
	7. SOMOS
	8. EDUCAFRO
	9. COADE
	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 6	Soma SC: 11
Total: 17 membros	

**1.2.** Aprovação Ad referendum da Resolução 29 de 25 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a realização de reuniões virtuais do CNPCT.

**Encaminhamento:** Plenário aprova a Resolução 29 de 25 de janeiro de 2021 com a seguinte ressalva. Deverá constar na nova resolução que as reuniões terão duração mínima de 8 horas, divididas em até duas sessões, preferencialmente em dias distintos desde que subsequentes.

<b>Representantes de Governo</b>	<b>Representantes da sociedade civil</b>
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. SG/PR	5. MNU
6. Ministério da Cidadania	6. CONECTAS
7. MD	7. SOMOS
8. MRE	8. EDUCAFRO
	9. COADE
	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 8 votos favoráveis	Soma SC: 11 votos favoráveis
Total: 19	
Os 19 membros presentes votaram a aprovação da resolução com inclusão do texto que se refere a duração das reuniões virtuais.	

**1.3.** Leitura e aprovação da pauta da 31ª reunião ordinária.

Pauta aprovada sem ressalva e sem alteração ou inclusão nos pontos de pauta.

## **2. Administrativa**

### **2.1.** Informes da secretaria executiva

Síntese: A Coordenação Geral informou sobre o boletim dos encaminhamentos pendentes, que será disponibilizado para consulta dos membros do CNPCT e apresentado para a Mesa Diretora, a fim de manter os membros informados sobre o andamento dos encaminhamentos dados em plenária.

Foi dado o informe sobre a publicação do Decreto S/N de 19 de fevereiro de 2021 que designa os membros do CNPCT, conforme ofício encaminhado pelas entidades solicitando a atualização dos seus representantes de governo e sociedade civil.

Dado informe ao plenário sobre a reunião com o Ministro Fux para o dia 02 de março.

O plenário pede que a coordenação-geral entre em contato com o CNJ para que a reunião seja realizada de forma virtual, a fim de garantir a participação dos membros e convidados que está fora de Brasília.

Fica encaminhado a criação de um grupo de WhatsApp a fim de agilizar o diálogo entre os membros que participarão da reunião com o CNJ.

Fica definido os seguintes representantes para participarem da reunião em questão: Esequiel Roque (SNPIR), Cândida Souza (UFRN), Frei David (EDUCAFRO), Vitória Buzzi (CFOAB), Pedro Paulo Bicalho (CFP), Wanderson Pinheiro (MNU), Matheus Moro (DPU), Wilma Melo (CEPCT-PE), Sylvia Dias (APT), um representante do MNPCT.

## 2.2. Informes dos membros e convidados do CNPCT

Síntese: Matheus Moro, da DPU SP, deu o informe sobre a inspeção com o foco na população LGBTI no sistema prisional.

Sem encaminhamento.

## 2.3. Aprovação das atas da 12ª RE CNPCT, 29ª RO CNPCT e 30ª RO.

Ata aprovada sem ressalvas do colegiado.

## 2.4. Atualização do 5º Processo Seletivo e prorrogação do edital do MNPCT

Síntese: O plenário entende o parecer da jurídica, porém desconhece o motivo pela qual a prorrogação ainda não foi publicada, tendo em vista que a decisão foi tomada pelo plenário do CNPCT e não pelo Ministério.

Encaminhamento: O plenário entende o parecer da CONJUR é consultivo e por esse motivo, o plenário define o seguinte encaminhamento, publicar Edital 1/2021 com o seguinte teor:

“Considerando o Parecer 00437/2020/GAB/CONJUR-MDH/CGU/AGU da Consultoria Jurídica; Considerando a oportunidade e conveniência do ato;

Decide:

Prorrogar o resultado do 5º Processo Seletivo do MNPCT, definido pelo Edital 1/2020, até a data de 25 de junho de 2022.”

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNPG/MMFDH	1. CFOAB
2. SNPIR/MMFDH	2. CFP
3. SEGOV/PR	3. JG
4. SG/PR	4. RENILA
5. MJSP	5. UBM
6. Ministério da Cidadania	6. MNU
7. MEC	7. CONECTAS
8. MD	8. SOMOS
9. MRE	9. EDUCAFRO
	10. COADE
	11. CUT
	12. UFRN
Soma RG: 9 votos contrários a publicação de novo edital	Soma SC: 12 votos favoráveis a publicação do novo edital

## 2.5. Apresentação da minuta de relatório de atividade do CNPCT de 2020

Encaminhamento: o Relatório será disponibilizado para os membros do CNPCT a fim de colher contribuições para elaboração e finalização do relatório de atividades do biênio 2019-2021.

### 3. Administrativo

#### 3.1. Planejamento 2021 CNPCT (orçamento e processo de eleição sociedade civil)

Síntese: Dado o informe sobre o orçamento de 2021 e a proposta orçamentária.

#### 3.2. Aprovação do calendário de reuniões de 2021

Aprovado calendário de reuniões proposto pela Coordenação Geral.

Aprovado sem ressalva.

- MNU informa ao plenário que declina da sua representação da Mesa Diretora, e informa que a entidade que ocupará a vaga na Mesa Diretora será a Justiça Global.
- Submetida votação aos membros de sociedade civil quanto a substituição do Movimento Negro Unificado.
- Sociedade civil vota favorável a troca.

Registra-se na ata a antecipação da reunião da Mesa Diretora para o dia 12, e o prazo máximo para o envio das contribuições do edital de eleição será o dia 11 de março.

Encaminhamento: realização da 13RE com o objeto para discussão do edital do processo de seleção do MNPCT, com a data do dia 18 de março de 2021 08h30 as 12h30, podendo ter o seu prazo prorrogado.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. SG/PR	5. UBM
6. MJSP	6. MNU
7. Ministério da Cidadania	7. CONECTAS
8. MEC	8. SOMOS
9. MD	9. EDUCAFRO
10. MRE	10. COADE
	11. CUT
	12. UFRN
Soma RG: 10	Soma SC: 12
Total: 22 votos favoráveis	
MS não registrou voto.	

4. **Em razão do adiantar da hora, foi sugerido inversão do ponto de pauta: Retomada da análise dos encaminhamentos relativos à comunidade terapêutica em Itamonte/MG, a pauta temática do Mecanismo ficará para o início da 13ª reunião extraordinária.**

Síntese: Foi apresentado pelo representante do Ministério da Cidadania, Senhor Quirino Cordeiro, relatório feito sobre o relatório do Mecanismo referente a comunidade terapêutica em Itamonte/MG.

Após apresentação do relatório, Frei David pede que se registre na ata a sua manifestação:

“Muito estranho... Esse Ministério não ter esse cuidado: enviar antes esse parecer paralelo.

Preciso deste documento, pois a EDUCAFRO faz questão de colocar os dois documentos numa matéria de um jornal. Queremos que a sociedade tenha acesso aos dois relatórios. Fere a boa prática da administração pública.”

A Coordenação de Apoio do CNPCT registra que a Nota Técnica foi compartilhada com a Secretaria-executiva as vésperas da reunião e que foi disponibilizada junto com os documentos da reunião.

Após apresentação sociedade civil pede para que os seguintes encaminhamentos sejam colocados em votação.

● **Encaminhamento 1:** que o Comitê encampe as recomendações realizadas pelo mecanismo ao final do seu relatório, se necessário, com a criação de um grupo de trabalho para executar as ações ali propostas (como fiscalização de recursos, etc)

Recomendações do Mecanismo: (1) Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados para comunidades terapêuticas, apresentar relatórios sobre a execução destes repasses frente ao trabalho desenvolvido nessas entidades, bem como a inspecionada, que conforme este relatório apresenta prática de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

(4) Apurar situações de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes apresentados no presente relatório.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNPIR/MMFDH	1. CFOAB
2. SG/PR	2. CFP
3. MJSP	3. JG
4. Ministério da Cidadania	4. RENILA
5. MEC	5. UBM
6. MD	6. CONECTAS
7. MRE	7. SOMOS
	8. EDUCAFRO
	9. COADE
	10. CUT
	11. UFRN
Soma RG: 7 votos contrários	Soma SC: 11 votos favoráveis
MMFDH, SNPG, SEGOV/PR, MS e MNU não registraram voto para este encaminhamento	

● **Encaminhamento 2:** encaminhar ofício às autoridades do executivo municipais e estaduais, bem como ao ministério público e defensoria pública para que informem quais medidas foram adotadas para interromper as violações enunciadas no relatório do mecanismo.

Votos contrários	Votos favoráveis
1. SNPIR/MMFDH 2. SEGOV/PR 3. SG/PR 4. MJSP 5. Ministério da Cidadania 6. MEC	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. RENILA 5. UBM 6. CONECTAS 7. SOMOS 8. EDUCAFRO 9. COADE 10. CUT 11. UFRN 12. Ministério da Defesa
Soma RG: 6 votos contrários	Soma SC: 12 votos favoráveis
MMFDH, SNPG, MS e MNU não registraram voto para este encaminhamento	
Abstenção: MRE	

● **Encaminhamento 3:** Conforme o relatório apresentado pelo MNPCT, que apresenta prática de maus tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, solicitamos esclarecimento ao Senad e Ministério da Saúde da aplicação dos recursos destinados a essa entidade, apresentando um relatório sobre a execução destes repasses à entidade.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNPIR/MMFDH 2. SG/PR 3. MJSP 4. Ministério da Cidadania 5. MEC 6. MD 7. MRE	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. RENILA 5. UBM 6. CONECTAS 7. SOMOS 8. EDUCAFRO 9. COADE 10. CUT 11. UFRN
Soma RG: 7 votos contrários	Soma SC: 11 votos favoráveis
MMFDH, SNPG, MS e MNU não registraram voto para este encaminhamento	

● **Encaminhamento 4:** Publicar uma resolução que vede a atendimento de criança e adolescentes em CT

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNPIR/MMFDH 2. SEGOV/PR 3. SG/PR 4. MJSP 5. Ministério da Cidadania 6. MEC 7. MD 8. MRE	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. RENILA 5. UBM 6. CONECTAS 7. SOMOS 8. EDUCAFRO 9. COADE 10. CUT 11. UFRN
Soma RG: 8 votos contrários	Soma SC: 11 votos favoráveis
MMFDH, SNPG, MS e MNU não registraram voto para este encaminhamento	

● **Encaminhamento 5:** Conforme relatório apresentado pelo MNPCT, que expõe prática de maus tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, recomendamos que o Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Cuidados e prevenção às Drogas, suspenda repasse de recurso para a referida Entidade

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. SNPG/MMFDH 2. SNPIR/MMFDH 3. SEGOV/PR 4. SG/PR 5. MJSP 6. Ministério da Cidadania 7. MEC 8. MD 9. MRE	1. CFOAB 2. CFP 3. JG 4. RENILA 5. UBM 6. CONECTAS 7. SOMOS 8. EDUCAFRO 9. COADE 10. CUT 11. UFRN
Soma RG: 9 votos contrários	Soma SC: 11 votos favoráveis
MMFDH, MS e MNU não registraram voto para este encaminhamento	

## 5. Encerramento

Fica como ponto de pauta para a próxima reunião extraordinária discussão sobre o edital para eleição dos membros da sociedade civil e os pontos de pauta a serem apresentados pelo Mecanismo.

- **Condução:** Vice-presidência do CNPCT
- Reunião encerrada pela vice-presidência.

\*\*



**Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**

## **DEGRAVAÇÃO**

# **31ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT**

**Dia: 25/02/2021**

**(Realizada por videoconferência)**



## DEGRAVAÇÃO

### 31ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/CNPCT

#### Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na  
1. compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo, impossibilitando a compreensão;

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Pessoal, bom dia, o meu nome é João. Estou como coordenador aqui de combate à tortura. Eu quero pedir inicialmente para que todos renomeiem e coloquem a instituição, o nome e a instituição à qual representam, por gentileza.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – João, bom-dia. Aqui é a Vitória do conselho federal da OAB. Eu não sou boa na tecnologia. Eu não sei onde eu altero meu nome.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Vitória, você está no computador ou no celular?

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Eu estou no celular.

**Interlocutor não Identificado** – É bom orientar as duas realidades, computador e celular.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Quem estiver no computador, a caixinha onde aparece a sua imagem, o seu nome, há três pontinhos, no canto superior direito. Clicando ali, tem uma opção escrita: "Rename" Aqui no meu é a terceira opção de cima para baixo. Ao clicar sobre ela aparece a caixa com o seu nome, aí é só ajustar.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Acho que ainda tem bastante gente aguardando o anfitrião aceitar na sala. Se puderem dar uma olhadinha nisso.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Obrigado Vitória, eu estou aceitando aqui. Pessoal, a orientação é para renomear o nome de quem estiver no celular. Abaixo, em conjunto de opções, uma delas é participante. Você deve clicar em participantes, clicar sobre seu nome e aí aparece a opção renomear. Mais alguém na sala? Estou verificando aqui. Para quem entrou depois, essa foi uma solicitação para facilitar a identificação da organização que cada um representa, para quem ainda não tiver feito, pode por gentileza, renomear o seu perfil e indicar a instituição que representa, obrigado.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Bom dia pessoal. Como o doutor Herbert disse, algumas pessoas nós pedimos, eu peço que altere o nome

e coloquem a instituição. Algumas pessoas ainda não fizeram isso, se puder fazer. Pessoal, vamos já fazer a contagem aqui do quórum para começar. Luana, já temos quórum? Abrir a pauta aqui.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Temos, já temos quórum.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – João, por favor, fazer a contagem do quórum um a um, para sabermos se os membros todos aqui presentes estão empossados, nomeados e empossados.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Hum, hum. Vamos lá, me dá o suporte aí, Luana. Equipe, por favor.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Posso chamar pela entidade?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sim.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Vamos começar pelo governo, então. Ministério da mulher, família e direitos humanos? Eu vou seguindo, depois vocês me interrompam, está bem? Quem estiver. Secretaria nacional de proteção global.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Eduardo Melo, se contra na sala.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**

**de Prevenção e Combate à Tortura) – Ok.**

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) – E o Esequiel também.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SNPIR, ok. Secretaria de governo.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –** Luana, pela ordem, nós não sabemos se essas pessoas já foram nomeadas. Se vocês puderem esclarecer para a gente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ah, sim, claro. Estava pendente a nomeação de alguns membros de governo, que era da secretaria geral da presidência da república, a atualização do Ministério das relações exteriores e a atualização da secretaria nacional de proteção global e o titular do Ministério da justiça e segurança pública. Eles foram nomeados, essa semana saiu o decreto com a nomeação, eu posso compartilhar com vocês, Vitória pelo WhatsApp o decreto, está bem? E a RENILA também estava dependendo atualização do titular, que agora é a Andressa, não é? Então, agora estão todos empossados pelo decreto, o último decreto saiu agora.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –** Está bom. Obrigada Luana.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) –** Eu vou pedir para a Natália, coloca no Chat o link do decreto, por favor.

**Sra. Natália –** Vou incluir, João.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Vamos continuar?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria de governo da presidência da república. Ser -geral da presidência da república. O senhor Waldir está presente, mas o microfone dele não está funcionando, creio eu. Mas eu estou vendo ele aqui. Pode se manifestar no Chat, se o senhor preferir. Ministério da justiça e segurança pública. Não estou vendo eles aqui. Ministério da cidadania.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Presente, Quirino.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da saúde. Ministério da educação. Ministério da defesa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério das relações exteriores.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Presente, representado por Matheus Moreira. Ok. Agora os representantes da sociedade civil. Conselho federal da OAB.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal de psicologia.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Presente.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Presente.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Interlocutora não Identificada – Presente.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM. E.**

**Interlocutor não Identificado – Está no trânsito. MNU está no trânsito, ele vai pegar sinal, ele entra.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Está ok. Conectas?**

**Sr. Henrique de Souza (Conectas) – Presente.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Bom dia Luana. Presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Por dia Caio. EDUCAFRO?

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Bom dia, Frei Davi.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom dia Frei. COADE.

**Sr. Rodrigo (COADE)** – Bom dia, Rodrigo. Presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – CUT. Bom-dia Rodrigo.

**Sra. Virginia Berriel (CUT)** – Bom-dia, Virgínia presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Bom-dia Virgínia. UFRN.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Presente.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Pronto, já temos quórum, 17 presentes. Só não recebi a confirmação da UBM, secretaria de governo, Ministério da justiça, Ministério da saúde e Ministério da educação. Os demais responderam.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok pessoal. Bom-dia a

todos, como eu disse, o meu nome é João Lança, estou como coordenador-geral de combate à tortura agora. Vamos conduzir, então, essa reunião. Vou seguir a pauta. Tem mais alguém entrando aqui?

**Interlocutor não Identificado** – João, vamos passar a palavra para o Sávio, não é? Vice-presidente, já que a nossa Presidente não está aqui neste momento. Para ele dar início à reunião. Sávio.

**Sra. Vania Cristina Canuto Santos (Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde)** – Bom-dia a todos. Eu acho que tem mais alguns colegas que estão entrando, não é? Eu vi o Wanderson entrando também, talvez já constando dessa ata da abertura do quórum, eu não sei se tem mais algum colega que não foi computado aí no registro, mas eu gostaria de deixar uma sugestão para a gente tentar um link similar para toda reunião. Eu não sei se é possível por questão de segurança, não é? Mas mantermos um link para facilitar a entrada dos colegas, nós temos novos membros no CNPCT, tem suplentes que estão participando também da reunião. Então, eu acho que para os próximos encontros, nós podemos pensar em um link comum. O João já se apresentou, o João está participando com a gente agora na coordenação, na coordenação geral do CNPCT e eu vou pedir para ele dar sequência na nossa pauta que foi compartilhada com os integrantes do CNPCT.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Obrigado Sávio. Sobre esse link, nós vamos, vamos pautar isso e fazer. Vamos lá pessoal, sobre a ata a pauta, não é? Melhor dizendo, primeiro ponto aqui é o nosso registro de quórum, nós acabamos de fazê-lo. O segundo ponto, item 1.2, e aprovação Ad referendum da resolução 29 de 25 de janeiro de 2021 que dispõe sobre a realização reuniões virtuais do CNPCT. Então, essa resolução Ad referendum, ela consta da pasta do Drive compartilhada com os senhores e ela convocou novamente a modalidade reunião virtual devido à questão do Covid, no contexto em que vivemos. Podemos... Dr. Sávio, como prefere? Vamos fazer a leitura da pauta inteira? Ou já



vamos fazer aprovação dessa resolução, já que ela que organiza a reunião virtual.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que podemos aprovar a resolução 29 e na sequência, fazer a leitura da pauta completa, não é? Conforme costume.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Me concede a palavra, Sávio?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Caio.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Primeiro bom-dia, Sávio, bom-dia aos colegas. Só retomando essa questão nossa última reunião ordinária nós votamos pelo cancelamento, pela revogação da resolução que anteriormente regulava essas reuniões virtuais no sentido de que o colegiado pudesse discutir uma forma híbrida de reuniões. Vou pedir para os colegas que não estiverem falando desligarem o microfone. E nesse sentido, nós não avançamos na discussão naquele momento nós tínhamos inclusive, pensado em criar uma proposta de reunião híbrida em que os colegas que tivessem disponibilidade pudessem comparecer presencialmente e os colegas que por alguma questão de saúde, de comorbidades por participarem de grupos de risco poderiam estar na reunião de forma virtual. Por favor, vocês poderiam desligar o microfone quem não estiver falando agora no momento? Atrapalha bastante.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Caio, eu vou até reforçar o pedido, se a nossa equipe que está fazendo a coordenação da reunião puder desativar os demais microfones, apenas deixar quem está com a inscrição a fala, por favor Caio. Continue.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –

Obrigado Sávio. A gente compreende a dificuldade do momento, mas discutir o assunto, ele não tem a ver só com as reuniões serem presenciais, mas tem a ver com a efetividade das reuniões. Então, desde que se instalou a pandemia nós estamos nesse formato de reuniões virtuais, essas reuniões, elas duram um turno, duram em torno de 4h, reuniões que antes eram marcadas até as 13h30, já tiveram seu período reduzido e eu acho que todos aqui concordo que diminui a efetividade do trabalho do Comitê. Então, a posição que eu trago, a minha posição é de que nós não referendamos a resolução da Ministra com ou que nós possamos referendar com a inclusão de um dispositivo que determine expressamente o tempo de duração das nossas reuniões e a minha sugestão é de que em modo virtual as reuniões tenham a mesma duração das reuniões presenciais. Ou seja, dois dias. Essa é a minha proposta.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Caio pelas observações. Eu vou pedir o auxílio do pessoal sobre as inscrições, quem for apresentando inscrições aí. O Caio, ele está compartilhando o anseio de todos que é a nossa volta do encontro presencial, eu acho que todo colegiado está sentindo falta realmente dessa, desse encontro, dessa facilidade nossa de diálogo, o presencial. Mas no ano passado, realmente, já estava, tinha uma previsão de finalização daquela resolução por causa da questão temporal normativa que estava vinculada com uma outra norma também do congresso. Então, esse ano a Ministra decidiu por bem, todos estão acompanhando o contexto da dificuldade da evolução em alguns estados dos casos de Covid. Então, a Ministra decidiu por bem a manutenção desse modelo virtual até que tenhamos um outro, uma outra situação que facilite esse encontro e nos ajude nas nossas reuniões do CNPCT, mas eu vou passar aqui para os colegas na sequência a inscrição. João, você tem esse controle? Quem está fazendo controle da inscrição aí? Me parece que a Isabel da justiça global está inscrita, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Deixa eu verificar aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Mas de qualquer forma, já passo a fala aqui para a Isabel e a gente, vou pedir para alguém organizar a questão da sequência da inscrição, por favor Isabel. Bom-dia.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Bom dia a todas e todos. Então, eu me inscrevi, mas a minha fala era do mesmo sentido do Caio. Então, eu estou contemplada agora com a fala do Caio.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Pessoal, vocês estão se inscrevendo por onde aqui? Por gentileza.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que pelo Chat, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ah, está bem. Eu vi aqui, Isabel, me inscrevo. Ok. Ela foi a última aqui, alguém mais?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Só esclarecendo, então, Sávio. Eu entendo completamente a questão das necessidades, inclusive aqui no Rio Grande do Sul a gente está passando por um momento bem difícil. Então, a minha sugestão, a minha proposta fica de que o colegiado inclua antes de referendar a resolução o dispositivo que determina expressamente a duração das reuniões, porque no formato em que nós estamos trabalhando com apenas um turno, com apenas uma manhã, os trabalhos do colegiado estão sendo extremamente afetados.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bom, perfeito. Então, fica já o registro da sugestão do Caio de ampliação, não sendo possível o encontro presencial agora que todos nós ansiamos, não é? Mas, então, a ampliação do nosso horário das reuniões. Aí talvez Caio, até não sei, nós

podemos pensar em dois turnos, para ter uma proposta concreta pela manhã e à tarde ou duas manhãs para a gente pensar nessa ampliação. Qual seria essa proposta?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – O Presidente, pela ordem. A CUT, Virgínia também se inscreveu, em seguida o Esequiel.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Tá. Perfeito, então. Vamos passar para a Virgínia, por favor.

**Sra. Virginia Berriel (CUT)** – Bem, bom-dia a todos e todas. Eu faço minhas as palavras do Caio. Agora, gostaria também de ponderar, porque evidentemente que nós não paramos de fazer as nossas atividades, nós continuamos. Eu inclusive, acompanho o Ministério público do trabalho em fiscalizações em empresas, às vezes com 50 a 100 trabalhadores, evidentemente tomando todos os cuidados. Então, se nós estamos tomando os cuidados e estamos fazendo o nosso trabalho, nós também, evidentemente, podemos fazer uma reunião presencial, tomando-se todos esses cuidados, desde o momento de sair de casa, entrar no avião e ter um espaço arejado e possível para fazer as reuniões. Nos sindicatos, nós também estamos fazendo as reuniões presenciais com espaçamento, com todos os cuidados necessários, não é? E para falar a verdade, muitas categorias não tem tido, algumas têm casos de Covid, evidentemente, mas bem, bem poucas em relação às demandas que nós estamos tocando. Então, eu também sou a favor de que as pessoas que puderem, claro que tem os casos de comorbidades, aquelas pessoas que têm comorbidades, nós não podemos realmente colocar em risco, mas muitas pessoas evidentemente podem participar de uma reunião presencial. Então, eu também sou a favor da reunião presencial. É isso, porque a reunião virtual, ela está prejudicando o nosso trabalho, infelizmente.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigada Virgínia pelas ponderações. Tem mais alguém inscrito? Eu acho que o Esequiel, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) – Isso.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Por favor, Esequiel.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH) –** Oi. Bom, bom-dia, bom-dia para todos. Eu entendo a proposta do Caio, eu acho que realmente é uma situação complicada que nós estamos vivenciando ainda, prejudica realmente não só as reuniões deste colegiado, mas tantos outros colegiados estão sendo prejudicados por causa dessa situação da pandemia, mas assim, a proposta de realização de reunião presencial, ela ainda é complicada em razão da situação agora dessa segunda leva da pandemia, nós estamos vendo agora o tempo todo nos jornais que a situação está pior e muitos estados do que era antes do início da pandemia. Então assim, a situação ainda está muito complicada ou está mais complicada do que no início da pandemia, tanto que a gente vê que as universidades não voltaram às aulas, vários outros órgãos estão completamente em teletrabalho. Então assim, eu não acho que seria o momento ideal para nós reiniciarmos reuniões presenciais, mesmo que seja somente para alguns. Eu não acho que seria o ideal. Então assim, eu acho que a proposta não deve prevalecer e tentar fazer essa reunião híbrida, por isso eu me posiciono contra. E também penso que temos que limpar o tempo da reunião virtual. A reunião virtual de todos os colegiados, todos os colegiados alteraram o tempo de reunião, nenhum colegiado nacional manteve a mesma, o mesmo formato que era antes, a gente sabe que prejudica e tudo mais, mas é uma situação atípica e que nós acreditamos que vai passar. Então, não falta muito tempo para passar. Então assim, eu penso que a proposta deve ser melhor analisada, nós temos que de qualquer forma, reduzir o tempo de reunião, mantermos um tempo no pouco mais curto, há uma dificuldade muito grande, tanto de acesso à Internet, o estresse é muito grande também pela reunião virtual, todo mundo concorda com isso, que parece que não, mas é mais difícil você permanecer todo esse tempo na reunião virtual do que numa reunião presencial. Então, eu não concordo com a proposta de estender o tempo tanto

assim. Então, minha proposta de permanecermos como já estávamos trabalhando, sabemos que o tempo, isso vai ser resolvido, se nós trabalharmos rapidamente as pautas, fizermos o trabalho de uma forma melhor possível, nós conseguiremos discutir as pautas que aquilo que temos para discutir dentro do tempo que nós já temos. Então, minha proposta é que mantenha a reunião da forma como já está sendo feita e que conseguimos realizar um bom trabalho no ano passado e conseguiremos, isso vai passar, isso vai passar. Nós teremos novamente nossa reunião presencial daqui há um pouco tempo. Muito obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado secretário Esequiel pelas palavras aí e a sua manifestação, não é? Eu questiono aos colegas se nós registramos a participação dos convidados permanentes. Eu não cheguei a ver o registro da participação dos colegas, dos convidados permanentes para efeito de registro na ata, mas de qualquer forma, já passo para a próxima inscrição que é a Cândida que está na sequência.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Oi pessoal, bom-dia. Não, eu queria endossar a preocupação com relação ao trabalho que vem sendo prejudicado ao longo do ano, compreendo completamente o contexto de pandemia, eu acho que todo mundo aqui no Rio Grande do norte também a gente está com ocupação de 100% dos leitos, mas eu reitero a preocupação de caio, de Virgínia, dos demais a respeito de quanto o trabalho tem sido prejudicado, não é? Nós já tivemos a redução, só para deixar claro aí, contrapondo um pouco a fala de Esequiel, nós já tivemos ao longo de toda a pandemia, já vai fazer um ano que a gente tem no lugar de quatro turnos de reunião, 1 turno de reunião e isso tem atropelado os debates, isso tem feito com que a gente não consiga encaminhar as pautas da forma como gostaríamos, e eu acho que o tamanho da importância da pauta precisa nos colocar no lugar de pensar sobre isso, porque a gente já reduziu em 25%. A gente tinha antes 100% de tempo, a gente tem hoje só 25% de tempo para tratar as mesmas pautas, que demonstram a mesma preocupação. Então, eu reitero a importância de a gente

ampliar o tempo da nossa reunião virtual para pelo menos, no mínimo, dois turnos. E aí seja manhã ou tarde, a gente pode conversar, ou duas manhãs, enfim. Mas a questão de ser exaustivo, todas as pessoas aqui já se adequaram a passar o dia inteiro na frente do computador e considerando a pauta, considerando nosso histórico de que não tem sido frutífero somente uma manhã de reunião, eu reitero importância de a gente manter pelo menos no mínimo dois turnos. É isso, obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Cândida. Na sequência, creio que Andressa de França, não é? Por favor Andressa.

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Bom dia. Eu gostaria de reiterar também o pedido, eu acho que a gente não está falando de pautas burocráticas apenas, nós estamos falando de pautas essenciais de defesa de direitos no país e não tem como a gente fazer isso em apenas um turno e para além de ser um turno, tem os atrasos, tem a sala que não abre. Então, a gente fica extremamente prejudicado na discussão das pautas mais importantes. Então, eu reitero a defesa dos colegas, de um dia inteiro de reuniões, de reunião remota, uma vez que a gente já se organizava antes para fazer dois dias. Então, entendendo o contexto atual, um dia ainda assim seria pouco, mas diante da atual circunstância a ampliação do tempo atualmente é fundamental.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Andressa. Mais alguém inscrito?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Não consta... O Frei Davi, acabou de se inscrever.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Por

favor, frei, tem a palavra.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Bom-dia mais uma vez para todas e todos. Está sendo falado dos vários problemas que estamos tendo eu sou mais simpático pela ideia de ser dois turnos, 2 manhãs, um dia inteiro, no meu caso que tenho muitas demandas, é quase impossível, mas me adaptar para ser duas manhãs, eu faria isso com bastante carinho e com bastante amor, porque o problema da tortura no Brasil que está cada vez pior e principalmente agora, no tempo da pandemia. Temos recebido muitas denúncias e graves denúncias, bem como várias outras pautas que competem a nós, não estamos trabalhando com o devido carinho e com a responsabilidade que a causa exige de nós.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado frei. Bom, eu acho que existe quase um consenso aqui, na verdade, o Caio colocou uma proposta, mas também tem o entendimento coletivo aqui que nós vamos precisar de alguma questão relacionada à imunização para esse retorno presencial, não é? Até para garantia da segurança de todos os integrantes do CNPCT, mas o frei fez uma proposta aqui alinhada com a proposta do Caio também de uma ampliação para dois turnos, não é? Pela manhã, dois dias na sequência uma ampliação de horário. Tem mais alguém inscrito, João?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Não. Aqui consta por último, Frei Davi.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Que está perfeito.

**Interlocutor não Identificado** – Joviniano.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Joviniano. Bom dia Joviniano, bem vindo novamente ao CNPCT, o Joviniano fazia um bom tempo



que não participava o Joviniano aqui, por favor, tem a palavra.

**Sr. Joviniano** – Olha, eu estou falando pelo celular, isso dificulta, porque meu computador pifou na terceira live que eu participei agora do congresso da UFBA, duas inclusive sobre o impacto da pandemia, nos direitos humanos. Eu concordo com o frei. Duas manhãs é melhor do que dois dias, até porque duas manhãs, no meu caso, enquanto eu não consertar o computador, vou estar no celular, às vezes 8h de celular cai a carga. E tenho que colocar outro, outro celular. Então, é melhor dois dias, de manhã, sem contar que a gente tem uma série de outras atividades. De qualquer maneira, eu gostei de receber o convite, estou disposto a participar, continuar participando da luta. No congresso UFBA, um dos temas que nós tivemos foi exatamente, uma das mesas que nós tivemos tem 20.000 inscritos, 900 mesas, uma dessas mesas foi a do grupo sobre a atuação, da relação de Universidade... Pesquisa. Concorrendo com 900 mesas, nós tivemos no momento 500 e poucas pessoas assistindo, isso já é um avanço.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado Joviniano. Eu gostaria de consultar o Marco, assessor da Ministra sobre essa possibilidade de ampliação como partiu do gabinete da Ministra essa nova resolução, gostaria de consultar o colega Marco sobre essa possibilidade.

**Sr. Marco Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Bom dia, bom dia a todos. Eu acho que é perfeitamente possível a gente trabalhar nessa ideia de duas manhãs havendo essa necessidade de a gente ampliar essas discussões e fazer o trabalho até de uma forma mais tranquila, não é? Menos afobada do que tem sido feito agora, tem mais tempo para discussão, enfim. Acho também que dois dias inteiros é complicado, e aí eu nem tinha até, sabendo dessas dificuldades aí que o frei colocou e o outro colega colocou, Joviniano, não é? Eu acho que seria tranquilo a gente trabalhar essa ideia de duas manhãs. Então, não vejo nenhum problema não. Acho que isso é tranquilo de ser trabalhado aí. Havendo esse consenso, se a gente pode...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está perfeito, obrigado Marco. Mais alguma inscrição? Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sim, Sávio. Como duas manhãs é algo muito genérico, porque a gente pode acordar sete ou as nove, a minha sugestão é de que o texto, esse dispositivo que a gente incluiria na reunião fosse no seguinte sentido, de que a reunião, ela terá duração mínima de 8h dividida em até 2 sessões. Então, dessa forma, no ato da convocação, o gabinete da Ministra tem a possibilidade de convocar para duas manhãs, de 4h, 02 turnos de 4h.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Entendi. Isso também abriria, Caio, a possibilidade também de uma reunião num único dia, não é? Caso, pela redação, ela poderia também significar uma reunião integral, no dia.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu entendo que sim, mas eu entendo também que não existe esse objetivo por parte do gabinete da Ministra, de fazer uma reunião de um dia inteiro, ocorrido. O Marco já se manifestou aqui que a posição dele é de duas manhãs.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então, com esse consenso, eu vou pedir para a Luana para fazer o registro dos votos. Caio, se você puder mandar aqui no nosso Chat essa sugestão que você acabou de falar da redação, a gente incluir nessa aprovação da resolução, tá? É a Luana que está fazendo o registro dos votos. Eu vou pedir para passar novamente pelos colegas, para efeito de ata.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu tenho só uma questão de ordem, por favor.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Cândida.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Porque eu vi aqui que no caso a resolução já está publicada, não é? E a gente teria que referendar a resolução e este é o ponto de pauta que a gente está discutido. Então, o que a gente está debatendo é que vai ser edificada essa resolução? O que vai ter uma nova resolução que substitui essa? Eu pergunto isso, porque não sou do direito, e aí trâmites legais, a gente precisa ver se de fato o desejo da maioria aqui vai ser efetivado em termos jurídicos para que a gente não tenha problemas depois.

**Sr. Marco Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Eu gostaria de sugerir aqui, desculpa, nem me inscrevi, mas é rapidinho. Até corroborando com o que a Cândida falou, sugerir que a resolução seja aprovada como as retificações sejam feitas, para que não tenha que se discutir texto de resolução inteiro e tal, aprovar com as ressalvas que o plenário está colocando. Sugiro que a gente faça assim, até para ser mais...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu concordo com o marco. Eu acho que o nosso poder de referendo da resolução inclui a nossa possibilidade de modificar os dispositivos. Então, eu escrevi aqui no Chat uma proposta, essa proposta deveria ser incluída, então, como um artigo da resolução e após a inclusão desse artigo, a resolução é referendada e daí provavelmente vai ser novamente publicada.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Seu áudio está fechado, Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perdão. A minha

proposta também era essa, a aprovação da resolução com a ressalva de inclusão do dispositivo aqui, conforme o Caio colocou. As reuniões terão duração mínima de 8h, dividida em até duas sessões, podendo ser no mesmo dia ou em dias distintos, a critério da coordenação, não é? Aí isso é uma questão administrativa que eu acho que a coordenação pode ter uma sensibilidade maior para verificar, não é? Então, Luana, por favor.

**Sr. Joviniano** – Não poderia colocar: "Preferencialmente dias distintos?"

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Preferencialmente em dias distintos, não é? Eu creio que sim, eu creio que sim. Então, como essa observação do Joviniano agora vou passar para votação. Vou pedir para a Luana fazer o registro.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Doutor Sávio, você pode só fazer o texto para eu poder colocar aqui como encaminhamento para votação, por favor?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O texto é o do Caio aqui.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu posso colocar aqui, Luana. Só que a minha sugestão é a seguinte, eu acato a inclusão de "Preferencialmente em dias distintos." Vou colocar aqui: "Preferencialmente em dias distintos, porém, subsequentes." Porque também não dá para a gente fazer a primeira parte da reunião na segunda e a última na sexta.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Perfeito. Obrigada caio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então, o que está sendo votado é a aprovação da reunião conforme esse dispositivo da resolução ou a resolução que foi apresentada para o colegiado de forma como publicada, mas me parece que tem o consenso. Então, eu vou pedir para a Luana fazer a coleta dos votos.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Enviei ali no Chat.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Obrigada Caio. Então, o encaminhamento é, a proposta do dispositivo na nova resolução que dispõe sobre as plenárias virtuais que descreve o seguinte: "As reuniões terão duração mínima de 8h, divididas em até duas sessões, preferencialmente em dias distintos, desde que subsequentes". Vou começar agora, como vota o Ministério da mulher, família e direitos humanos?

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Eu concordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria nacional de proteção global. Secretaria nacional de proteção global, como vota?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – No Chat, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, tá, desculpa. Secretaria nacional de proteção da igualdade racial.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Eu concordo com o texto apresentado.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria de governo?

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – A secretaria de governo concorda com.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria-Geral. O senhor pode colocar no Chat, por favor, senhor Waldir? Obrigada. Ministério da justiça, segurança pública? Ministério da justiça?

**Interlocutora não Identificada** – Sávio, vota Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É o Ministério da justiça. Eu sou colega da justiça.

**Interlocutora não Identificada** – É o Torquato.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – É, o doutor Torquato. Cidadania, concorda. Ministério da saúde?

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Cidadania concorda.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ok. Ministério da saúde. Ministério da educação. Ministério da defesa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aprovo, com a ressalva conforme texto.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério das relações exteriores.

**Sr. Matheus Moreira (DDH/MRE)** – Concordo com as alterações propostas.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Conselho federal da OAB.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – O Conselho federal aprova a resolução com as modificações trazidas pelo texto aprovado agora.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Conselho federal de psicologia.

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia)** – Aprovado com as modificações sugeridas.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Justiça global.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Justiça global aprova com as modificações sugeridas.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – RENILA?

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Aprova com as modificações sugeridas.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM. MNU?**

**Interlocutor não Identificado – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conectas) – Aprovado também com as modificações.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Somos.**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Também de acordo com as modificações.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO.**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – Aprovado com os retoques aqui acolhidos.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – Ok, de acordo com as modificações também.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**



**Sra. Virginia Berriel (CUT)** – A prova também com as modificações sugeridas.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – UFRN.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – O encaminhamento, a resolução é aprovada com as ressalvas sugeridas de acrescentar dois turnos, duas sessões, preferencialmente em dias distintos.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Luana pelo registro. Passamos agora para o ponto 1.3 da pauta, eu vou pedir para o João Lança dar sequência na nossa pauta.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok doutor Sávio, Presidente. Então, vamos fazer a leitura da pauta, não é? 1.3, leitura e adoção da pauta da 21ª. Ponto 2, informes da secretaria executiva, 2.2, informes dos membros e convidados do CNPCT, a aprovação das atas da 12ª RE, da 29ª RO e da 30ª RO. Item 2.4, atualização do quinto processo seletivo e prorrogação do edital MNPCT. Item 2.5, apresentação da minuta de relatório de atividade do CNPCT, Relatório 2020. Terceiro ponto de pauta, 3.1, planejamento 2021 MNPCT. Então, subtópicos aqui, orçamento, e processo de eleição da sociedade civil. Item 3.2, aprovação do calendário de reuniões, 2021. Item 4 da pauta, 4.1, garantia de vacinação para pessoas privadas de liberdade, ou seja, aqui a temática do MNPCT, seria o tempo de fala do MNPCT, e aí o subtópico sugeridos pelo MNPCT e enviados pela coordenação do mecanismo foi a garantia de vacinação para as pessoas privadas de liberdade, a item 4.2, o retorno presencial das

audiências de Custódia, item 4.3, reestruturação do mecanismo e composição da equipe de peritos, a equipe técnica e garantido o funcionamento e, diárias e passagens. 4.4, acompanhamento dos desdobramentos do decreto 9831 pelo Comitê. 5.1, ponto 5 da pauta, retomada da análise dos encaminhamentos relativos à comunidade terapêutica em Itamonte. 6, encerramento.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito João, obrigada pelo registro aí. Então, vamos passar agora para o item 2.1, informes da secretaria executiva.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Da parte da secretaria executiva, nós fizemos o primeiro informe e nós fizemos um boletim de atualizando os encaminhamentos em aberto das últimas reuniões ordinárias. E nós vamos disponibilizar no Drive esse boletim, assim como retomaremos o encaminhamento aberto que foi deliberado, se não me engano, na 22ª RO, retomaremos, então, o acompanhamento quinzenal enviando esse boletim para a mesa diretora e disponibilizando no Drive, assim como será a planilha, a matriz geral de acompanhamento dos encaminhamentos serão disponibilizadas e nós sugerimos aqui duas situações com relação ao acompanhamento desses encaminhamentos. Sugerimos adotarmos como plano, como instrumento de trabalho a resolução nº 4, e a partir dela, nós enquanto coordenação, como está na resolução 4, nos comprometemos a fazer a condução administrativa, impulsionar os encaminhamentos e nós percebemos nesse boletim de encaminhamentos em aberto a extensão de trabalho maior com relação as recomendações do MNPCT referentes a e inspeções a órgãos estaduais e outros órgãos públicos. Esse tipo de encaminhamento, ele gera uma extensão de trabalho e um acompanhamento de devolutivas e até avaliação das devolutivas. Então, sugerimos, adotando o rito que já está na resolução nº 4 a possibilidade do plenário indicar relatores para ser ponto focal junto à coordenação de modo que a gente possa passar para esses relatores eles, esses relatores nos ajudar a fazer a avaliação desses encaminhamentos relativos a recomendações e depois se

apresentar ao plenário para desdobramentos. O outro ponto que nós gostaríamos de colocar é, se refere ao decreto que nomeou os novos membros, nós já falamos disso. Então, eu vou passar rapidamente para o próximo, informar que um dos encaminhamentos que nós queremos a devolutiva do encaminhamento referente a reunião com o CNJ para tratar da resolução de Custódia. Foi agendada a reunião para dia 2, segunda-feira com o CNJ, essa reunião foi agendada presencialmente e nós ficamos, então, de submeter a lista daqueles que podem participar para solicitar ao CNJ a condição de participação. Pedi a Luana para colocar o ofício onde o secretário-geral do CNJ confirma a reunião no drive, de todo modo, eu já passo isso para o plenário. Então, foi relatórios sobre os encaminhamentos, vamos voltar com o fluxo quinzenal, vamos colocar um boletim quinzenal resumido em Word, PDF ou Word, mas resumido e vamos colocar a matriz inteira para que todo o conselho monitore junto com a coordenação. Sugerimos, então, a adoção da resolução 4, como fluxo. O decreto que nomeou, já disse, de colher aqui os interessados e aqueles que podem participar da reunião com o CNJ relativas à audiência de Custódia dia 2, às 15h da tarde, próxima segunda-feira para que a gente possa solicitar ao CNJ a condição de participação dessas pessoas, desses conselheiros.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito. Obrigado João pelos informes da secretaria executiva, o ponto sobre a definição de relatoria foi debatido na Mesa Diretora e os colegas, tanto da sociedade civil, como do governo entendeu a importância dos assuntos serem tratados de uma forma mais específica. Nós temos, o nosso colegiado, ele tem, nós temos várias formações no nosso colegiado. Então, aproveitar essa questão específica dos integrantes e trabalhar com relatoria dos assuntos. Isso foi um assunto tratado na mesa diretora e outro ponto que o João Lança trouxe é sobre aquela solicitação de audiência junto ao CNJ. Isso foi pautado na reunião anterior. Então, agora nós estamos já com esse agendamento da reunião. É importante a manifestação dos colegas que pretendem participar dessa reunião com o CNJ para reforçar algum ponto de entendimento do CNPCT. Com relação à audiência do CNJ, eu gostaria de abrir

para os colegas para verificar quem tem interesse em participar. Que dia ficou agendado, João?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Dia 2, na próxima segunda-feira, às 15h.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Às 15h. E a forma de participação vai ser virtual o presencial?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ela foi agendada presencialmente e nós precisamos agora solicitar a participação dos demais ao CNJ. E aí a partir dessa solicitação, nós saberemos se essa participação será permitida on-line ou presencialmente.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Tá. Bom, abro então, para os colegas do pleno aí para manifestar sobre o interesse de participação, seja sociedade civil o governo. Lembrando que essa pauta, salvo engano, foi a cometas que apresentou essa pauta, quem apresentou a pauta sobre a reunião com o CNJ?

**Sra. Sylvia Dias (APT)** – Eu me inscrevi, mas como ninguém... Posso falar, Sávio? Sylvia, da APT.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Sylvia. Por favor, bom-dia.

**Sra. Sylvia Dias (APT)** – Bom dia. Bom-dia a todos e todas. É um prazer vê-los, está aqui com vocês hoje. João, obrigada por todas as atualizações. O que eu gostaria de trazer para essa reunião do CNJ, 1, que bom que você trouxe esse encaminhamento. Na verdade, essa resposta, era justamente algo que eu tinha

para perguntar aqui sobre os encaminhamentos da reunião passada, mas eu lembro que essa questão das audiências virtuais que tinham sido aprovados para o CNJ foi algo que a APT trouxe, informe feito na reunião, na reunião passada e saíram esses encaminhamentos de uma conversa que o CNPCT pedisse uma conversa ao CNJ e também o encaminhamento de uma nota pública também. E agora algo que eu queria insistir aqui é a respeito do formato da reunião, porque foi conversado que a ideia é que fosse uma reunião entre os membros do CNPCT, convidados... Tem 1 microfone aberto.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Sylvia.

**Sra. Sylvia Dias (APT)** – Então, quando foi solicitada, foi feita essa proposta ao CNPCT desse pedido de reunião ao CNJ, a ideia é que houvesse uma oportunidade de participação dos membros do Comitê, obviamente tanto membros do governo, como da sociedade civil e também convidados permanentes que tem acompanhado esse tema da audiência de Custódia de forma próxima. Então, o que eu gostaria de pedir é que se garantam uma reunião, ao menos híbrida, não é? Ao menos com a possibilidade, ou seja, que alguns possam estar presencialmente, se for o caso, mas que haja a possibilidade sim de uma participação virtual, porque muitos dos membros da sociedade civil que estão aqui e também convidados permanentes do CNPCT, nós não podemos estar em Brasília, principalmente nesse curto espaço de tempo já que a reunião é dia 2, terça-feira. Dia 2 é terça-feira e não segunda. Não é isso? Dia 2, às 15h. Então, realmente eu insistiria para que seja assim, franqueado e garantido ao menos o formato híbrido da reunião, que haja a possibilidade de participação virtual de membros do CNPCT, porque tem muitas entidades aqui que estão trabalhando essa questão da audiência de Custódia, monitorando de perto, e acho que a presença é essencial para poder trazer dados e para poder trazer uma discussão qualificada com o CNJ. Então, eu acho que tem que se garantir realmente a participação virtual, para que esse diálogo possa acontecer da forma mais qualificada possível. Inclusive, isso o Frei David colocou também, que ele só

poderia on-line. Eu acho que o Frei Davi, inclusive, é uma pessoa que tem que estar nessa reunião, ele foi inclusive citado pelo Fux numa audiência. Eu acho muito importante que o Frei David esteja e que seja franqueada essa participação on-line. Obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Sylvia. Até aproveitando já fala da Sylvia, eu acho que nós temos que solicitar que essa reunião seja virtual, viu João? Refazer o pedido lá, entrar em contato com o CNJ e pautar que nós precisamos de uma reunião virtual, até para possibilitar a participação de todos os colegas, não é? Então, eu gostaria de registrar quem seriam os integrantes, que participariam inicialmente, porque se for virtual, nós podemos compartilhar o link com todos os colegas para dentro da sua agenda, integrar esse colegiado que vai conversar com o CNJ, mas a Sylvia já falou, ATP participaria, Frei David também participaria, não é? Mais alguém, por favor?

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu tenho interesse, Sávio, em participar da reunião, se conseguir virtual.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, Cândida.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Oh, Sávio, eu também tenho interesse de participar, se for virtual.

**Sr. Ribamar** – Bom-dia a todos e a todas, Sávio, o mecanismo gostaria de se fazer representado também.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ribamar, não é Ribamar? Não necessariamente eu.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** –

Sávio, conselho federal da OAB também.

**Sr. Ribamar** – Não necessariamente eu, porque eu vou estar em missão, eu e o Daniel estaremos viajando, mas quem sabe alguém que aqui está, e saudando a todas e todos, e a Bárbara, nossa coordenadora geral que está voltando de missão aqueles dias.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok. Além do mecanismo, o conselho federal da OAB também, a Vitória fez o registro. Bom, então, eu acho que nós já temos um colegiado, talvez mais uma participação de algum colega de uma temática específica relacionada às audiências de Custódia, também para integrar o colegiado.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Doutor Sávio, desculpa, eu acho que a Sylvia também... Não sei, desculpa Sylvia, mas o que deu a entender que você também queria participar da reunião? Só porque eu estou anotando aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Isso. A Sylvia foi a primeira a fazer o registro, a ATP participaria dessa reunião também, mas então, como encaminhamento eu acho que nós já podemos colocar uma solicitação virtual dessa reunião com o CNJ, nós já temos o quórum mínimo aqui registrado, ATP, Sylvia, Frei David, Cândida, Esequiel, Vitória e também, conseguindo essa reunião virtual, a gente compartilha para todos os colegas, quem quiser integrar o colegiado. Relembrando que eu acho que é importante a dar gente levar uma pauta que essa reunião seja produtiva. Não adianta a gente marcar a reunião sem uma pauta definida. Então, eu peço para os colegas que estavam à frente até da solicitação, se puder minutar uma pauta para compartilhar com o colegiado, porque isso pode facilitar no nosso desenvolvimento lá junto ao CNJ. Mais alguma observação com relação? Wanderson, por favor.

**Sr. Wanderson Pinheiro (MNU)** – Eu fiz a minha manifestação pelo Chat. O MNU também se coloca à disposição para participação virtual.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok Wanderson. Espera aí, CFP, não é? O Pedro também? Então, Wanderson e Pedro também dentro desse registro. Parece que tenho inscrição também, Frei David, é isso frei?

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Isso mesmo. Eu gostaria de pedir a minhas irmãs e meus irmãos advogados presentes nessa reunião que nos desse uma certa luz, porque? Porque essa temática foi votada no conselho nacional de justiça e nós perdemos. A pergunta sincera é esta: vocês encontram alguma brecha em algum detalhe jurídico que possa levar o CNJ voltar a colocar em votação e tomar uma posição diferente? Vocês percebem que há alguma brecha concreta?

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Frei, vou tomar a dianteira aqui. O que o senhor acha é uma proposta assim, que daria um trabalho para a gente, mas eu me proponho a me preparar para a reunião do CNJ. Então, estudar novamente o tema, eu sei que muita gente escreveu sobre: "Ah, nossa brecha maior é o desrespeito à Constituição federal." Mas vamos transformar isso em um argumento sólido. Mas o que o senhor acha das pessoas que irão participar da reunião do CNJ se reunirem virtualmente para a gente conseguir organizar a nossa pauta? Ou seja, pensar nessa brecha, não é frei, e organizar isso de uma forma argumenta ativa, sólida para não ser uma reunião só de um encontro virtual com o CNJ. Eu me proponho a iniciar inclusive, essa proposta argumentativa nossa procurando essa brecha que o senhor menciona, e que eu sei que tem, mas vamos transformar isso em uma argumentação, quem sabe escrita, para entregar para o CNJ. O que acham?

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Pessoalmente, acho fundamental e necessário. Inclusive, logo após a votação, ou melhor, antes da votação a



EDUCAFRO mandou uma carta manifestando a nossa insatisfação e pedindo uma audiência pública antes da votação, e eles não cederam. E a votação foi eu até gostaria de saber, uma maneira meio pesada de perguntar, mas quais são as forças de interesse que estão por trás disso daí também? Lógico, você como falou, é fundamental ter uma reunião específica para nos prepararmos e até ver quais são as forças de interesse que tem aí por trás, para manter essa situação.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok frei. Eu até vi o registro aqui do Wanderson sobre o GT, não é? Sobre o assunto, seria interessante. Nosso prazo é curto, até terça-feira, não é? Dia 3, mas talvez uma alternativa Wanderson, seria a criação de um grupo usando os nossos mecanismos virtuais que nós temos, um grupo de WhatsApp para já iniciar esses debates ali, a Vitória já se dispôs a fazer uma análise ali normativa, uma pauta para a sustentação do colegiado ali. Eu acho que nesse pequeno grupo e temporário de WhatsApp, a gente pode debater algumas questões e finalizar uma pauta. E caso necessário, em última opção, talvez, postergar um pouco essa data. Se não tivermos tempo para fechar realmente o entendimento e a viabilidade, solicitar uma postergação dessa audiência. O que os colegas acham? Abro para o colegiado.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sávio, me permita aqui, licença antes, só para confirmar, a senhora Vilma Melo, se não me engano aqui é do Comitê lá de Pernambuco, colocou: "Inscrita como convidada." Eu pergunto, se é para se manifestar ou interesse aqui na reunião?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, eu acho que dentro da temática que está sendo debatida agora, é importante esse registro aí. Por favor.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sra. Vilma, se encontra?

**Sra. Vilma Melo** – Bom dia a todos e a todas, obrigada, em nome do Comitê, da gestão compartilhada do Comitê de combate à tortura e prevenção no estado de Pernambuco, eu acho importantíssima essa reunião com o CNJ. Acho importantíssimo ter pelo menos os Comitês estaduais sejam convidados, porque é nesse cotidiano que a gente encontra realmente, sabe como avaliar essa situação. Principalmente sobre audiência de Custódia, aqui em Pernambuco a gente tem várias discussões sobre isso, e aí nesse momento, eu gostaria de dizer porque a gente estar no dia-a-dia acompanhando, e aí eu gostaria de só, enquanto convidada, sugerir que todos os representantes de Comitês, pelo menos as coordenações participassem, porque nós estamos no front no dia-a-dia e a gente sabe como acontecem as audiências de Custódia. Obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Vilma pelo registro. Tem mais alguém inscrito? Ribamar. Por favor, Ribamar.

**Sr. Ribamar** – Obrigado, mas eu acabei de ser contemplado pela Sra. Vilma.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Tá. Eu visualizo a ampliação desse convite para a Sylvia, não é Sylvia? Está inscrita?

**Sra. Sylvia Dias (APT)** – Não, só 2 comentários rápidos em relação à fala do frei e da Vitória, assim, dizer que a Vitória está certa, a gente tem que pensar, elaborar bem os argumentos e deixar claro, eu acho que como a nossa posição é contrária à aquela resolução e o porquê todos sei, eu não sei se seria colocado em votação novamente, se é realista ou não, mas eu acho que enquanto Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, é muito importante que isso fique bem claro, e que só amamos mais essa manifestação, porque bem como o senhor colocou, acho que um grande problema daquela votação foi justamente que não houve transparência, não é? Como o senhor sabe, a gente chegou naquela votação sem nem ter acesso ao texto daquela resolução. A gente só recebeu a informação de que seria votada novamente o artigo 19, uma alteração na

resolução a para permitir vídeo conferência. Mas a gente nem tinha acesso aqueles critérios todos por exemplo, o Fux trouxe durante aquela votação, aquela sessão, a gente nem teve acesso a aquilo anteriormente. Então, eu acho que por falta também dessa audiência pública, como o senhor tinha pedido, acho que foi um grande problema, porque nem pelo menos se pôde discutir, ok, se videoconferência vai ser autorizada, digamos, temporariamente, excepcionalmente, mas quais os critérios? Nada disso foi discutido. Acho que isso foi um problema, mas trazer também, que acho que é algo que a gente pode propor muito concretamente, é que o CNJ ao menos trabalho também promovendo que os tribunais de justiça retornem presencialmente, não é? Então, acho que o CNJ tem total condição, por exemplo, de emitir, sabe? Algum tipo de protocolo, algum tipo de diretriz para orientar os tribunais de como realizar a audiência de Custódia com biossegurança, não é? Com as devidas medidas sanitárias, presencialmente. O CNJ poderia tomar esse passo, se ele autorizou a vídeo conferência, ok, mas ele pode também agora promover medidas para que o retorno presencial ocorra, e o CNJ não está tomando esse passo, e eu acho que isso é algo muito claro, muito concreto. A gente poderia pedir para o CNJ, sabe? Que eles estabeleçam diretrizes para o retorno presencial, que medidas devem ser tomadas nos tribunais, nas centrais de Custódia para uma audiência presencial com segurança. Eu acho que a gente pode discutir isso nesse grupo e também dizer que se for o caso, acho que eu não seria como negativo a gente pedir talvez uma remarcação para uma semana a mais ou algo, tendo em vista que a gente ficou sabendo da reunião hoje, quinta-feira e a reunião é terça, não é isso? Dia 2. Porque agora o Sávio falou dia 3, seria dia 2, às 14h, não é isso?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Dia 2, terça-feira às 15 horas, correto João?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – João, aqui da CGCT. Presidente Sávio e Sylvia, eu peço perdão, eu confirmei aqui em cima, acabei de ver o ofício, é dia 2 mesmo, às 14h. Confirmando, dia 2, às 14h.

**Sra. Sylvia Dias (APT)** – Então, eu acho que se for o caso, eu não teria como algo negativo a gente pedir para talvez de marcar, não sei, mas eu deixo mais isso para os membros desse digna obviamente, eu estou como convidada, mas só dizer que assim, eu estou à disposição para participar da reunião, para participar dessa reunião também de preparação, mas talvez, se for o caso, precisar de mais tempo a gente poderia solicitar, não sei, talvez um adiamento de uma semana, eu deixo para o plenário...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor. Nós temos uma sequência de inscrição, mas eu vou abrir a palavra para o colega Everaldo, que é a primeira manifestação, não é? Por favor.

**Sr. Everaldo Patriota (CNDH)** – Presidente, só para não perder a oportunidade, Everaldo Patriota, conselho nacional de direitos humanos, e lá nós coordenamos coordenaremos no biênio passado a comissão das pessoas em situação privada de liberdade. Eu iria sugerir, só sugestão, que adiasse a reunião, e que, preocupação do frei, da Sylvia, da Vitória, de todos do Comitê, o CNJ pode reabrir essa questão, mas a gente precisa fazer um trabalho substancial de argumentação, com os tratados internacionais que somos signatários, com a Constituição do Brasil e fazemos um trabalho junto aos membros do conselho. Não adianta, é a feição do CNJ, ele é um colegiado dessa forma, porque o maior motivo para não realizar presencial é que os magistrados não querem nem fazer audiências normais e virtuais se tiver um funcionário ao lado. E o estado agora acaba de publicar que o magistrado marcou uma audiência porque tinha que ter um funcionário ao lado que ele estava no grupo de risco, tinha mais de 60 anos. Tem muito da questão da pandemia, mas tem um viés corporativo. Então, todos os membros do Comitê, seja poder público ou sociedade civil, fazer um trabalho junto a cada conselheiro, fazer uma articulação aquilo que os advogados chamamos de embargos auricular, levar motivação. Nós temos vários aliados lá, precisamos trabalhar. Conselheiras como Ivana Farina, que já presidiu o conselho nacional de direitos humanos, o próprio conselheiro dá ordem. Nós temos agora

recentemente bem articulado um trabalho e foi recomendado uma recomendação, uma resolução do CNDH, o colegiado recomendou que os juízes durante a pandemia, se tiver que fazer um despejo, observem aquela resolução. Então, isso é um trabalho de muita articulação, de muito convencimento. Então, o ideal era que a reunião fosse adiada, pelo menos quinze dias. E outra coisa, assim, um dado, o CNJ é um colégio majoritariamente de magistrados e membros do Ministério público. Não adianta levar uma assembleia para essa reunião. Vocês vão se reunir de entender quanto os membros devem ir, isso é uma questão de autonomia do Comitê, mas não adianta levar uma assembleia, todo o Comitê e os Comitês estaduais, porque talvez não seja recomendável, nem produtivo. A cabeça de Juiz, frente de padre, número de crianças, é um perigo. Então, a gente tem que ter todas essas nuances para complementar.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado. Só um momento, Joviniano, agora para a gente seguir uma sequência de inscrição e vou pedir já para colocá-lo também nessa sequência. Obrigado Everaldo pela manifestação, Everaldo do CNDH, como convidado participando aqui no CNJ. Eu vou, a próxima da inscrição aqui é a Vitória, depois nós temos a Mariana, o Matheus, o frei e depois Joviniano. Está bem? Mas uma consideração que a Sylvia falou, algumas seccionais da OAB que estão trabalhando nesse pleito de retorno de algumas audiências presenciais. Eu não sei se o conselho federal da OAB já fez algum pleito nesse sentido. Então, eu já passo a palavra na sequência para a Vitória da OAB, por favor.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Obrigada Sávio. Na verdade, endossando a fala da Sylvia sobre precisávamos de mais um tempo, porque agora que o João confirmou que nossa reunião acontece na semana que vem, para nós não chegarmos na reunião do CNJ e ela não passar de um bate-papo sobre as nossas opiniões e as opiniões do CNJ que provavelmente não vou mudar depois dessa reunião, só se a gente fizer uma colocação seria. Eu sugeriria, se os colegas concordam, em adiarmos um pouco

essa reunião, só para conseguirmos preparar uma documentação do Comitê, juntarmos inclusive documentação de outros órgãos ou instituições que pedem no mesmo sentido, e aí podem contar com a colaboração da OAB nisso e com poucas pessoas, como o Everaldo pontuou, fazemos essa reunião de uma maneira mais propositiva do que nós sugerimos, aqui está o documento, aqui está a documentação que mais o nosso pedido. Eu acho que daria tempo para a gente se preparar um pouco mais para essa reunião, para que não vire uma reunião, sem nenhum desdobramento, não é? Esse é o meu medo.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito Vitória. Eu acho pertinente essa ponderação com relação à trabalharmos com um tempo maior e já até sugiro que esse formato do grupo de WhatsApp, ele atende a questão dos GTs sistemáticos, não é? Então, também sugiro dentro desse grupo de WhatsApp já com esses integrantes que manifestaram inicialmente uma relatoria, e essa relatoria, a princípio já manifestada pela Vitória, em conjunto com o Frei David, dois integrantes, está bem? Para trabalhar nessa relatoria da pauta, enfim, como os demais colegas do GT do WhatsApp. Então, eu peço para o nosso apoio, eu não sei se a Luana ou a Natália poderia criar inicialmente esse grupo de WhatsApp com esses integrantes que se manifestaram e aí eu peço para os relatores das sequências, andamento, a atividade nesse grupo de WhatsApp com relação a temática e talvez já sugerir um contato da nossa coordenação do CNPCT com o CNJ manifestando o pedido, enfim, de alteração da data dessa reunião do colegiado e também acho que após a extração desse documento, a gente tem que pensar num colegiado menor para participar realmente dessa reunião. Eu vou seguir aqui a sequência da inscrição, tem a Mariana da UBM, se inscreveu, por favor Mariana.

**Sra. Mariana (UBM) –** Oi Sávio, bom-dia. Na verdade, foi só para registrar presença na reunião, no bate-papo, tá?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito.

Registrado, então, Mariana a presença da UBM. Mateus Moro, na sequência por favor, Mateus.

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Bom-dia, bom-dia a todos. Até discou de um pouco o atraso, tinha tentado chegar antes, mas tive um probleminha com o pequeno aqui. Se eu não estiver meio perdido, eu estou entendendo que essa reunião foi trazida agora pela secretaria, talvez no item 2 da pauta e o que eu queria colocar, não me oponho, não é? Pelo que eu vi aqui, teve falas da Sylvia, da Vitória. Não me oponho a maioria no sentido de postergar o dia da reunião, mas se por um acaso a reunião for acontecer na terça-feira, eu estou à disposição, está bem? Teve a fala do Patriota no sentido de ser uma comissão menor, não é? Aqui pelo núcleo de São Paulo a gente já fez algumas reuniões com o CNJ, tanto audiência, só no ano passado eu acho que foram, entre despachos, audiências de reuniões do CNJ, pelo menos eu acho que umas vinte ou trinta. A gente tem bastante entrada lá com BNF, como alguns conselheiros que a gente tem um procedimento que está rolando, não tem aqui o número do procedimento, a gente tem o procedimento lá, porque? Porque em relação às Custódia, existem nove estados, e aí eu vou claro, falar um pouco aqui de São Paulo, existem nove estados da federação que fazem as Custódia presenciais, não é? E a gente fez um pedido, porque? No final de dezembro teve um ato normativo aqui do tribunal de justiça dizendo que haveria um piloto, um piloto aqui em São Paulo para fazer uma Custódia virtual, em delegacias, que primeiro seria na capital, e eu acho que faz três semanas já, houve uma alteração e esse piloto está acontecendo na cidade de Guarulhos aqui da região metropolitana da capital. O que acontece? Se a normativa, vamos lá, se a resolução CNJ de dezembro já não era o ideal, quando ela permitiu às Custódia virtuais, o artigo 19, ele fala, ou seja: "Se num caso concreto não fosse possível a custódia presencial, poderia ser feita virtual." Ou seja, não é possível que um estado crie de forma genérica e restrita a audiência de Custódia de forma virtual. Isso aconteceu em São Paulo. Ou seja, se você cria um plano piloto numa comarca, você não está observando nem o artigo 19 do CNJ que já não era o ideal, que permitia a Custódia virtual, só que São Paulo foi além,

ele piorou tudo. Ele está criando um piloto. Então, a gente tem um procedimento desses, o relator é o desembargador Keppen do Paraná, a gente já fez duas audiências com ele, não conseguimos a liminar e o que a gente quer aqui agora, pelo menos em relação a São Paulo é levar esse nosso recurso para o pleno. Ele não foi levado para o pleno, esse recurso vai fazer umas duas ou três semanas já, então, só para contextualizar uma questão de São Paulo que a gente mostra por exemplo, São Paulo, ele tem um orçamento ali, salvo engano acima de 12 bilhões. O Amapá, ele tem um orçamento que 3% de São Paulo. O Amapá está fazendo Custódias presenciais, ou seja, eles tiveram todas as cautelas sanitárias, tiveram investimento na estrutura da sala, a gente junta inclusive fotos sobre isso, então assim, eu dei o exemplo do Amapá, porque é o menor estado, mas nós temos mais oito estados que fazem a custódia presencial e não como São Paulo. Então, só para contextualizar um pouco essas informações. Então, claro, eu gostaria de estar presente pela ANADEP, enfim, fico um pouco curioso quando a gente fala de uma comissão pequena que a gente pode acabar tirando alguém que tenha interesse, não é? Claro, seja legítimo de todos os colegas aqui no Comitê, tanto da sociedade civil, como o governo estarem presentes, mas destaco a importância da ANADEP está presente, e acho que era mais ou menos isso. Sávio, eu estou à disposição, se quiser algum esclarecimento sobre esse procedimento que a gente tem aqui de São Paulo, mas era pontuar esses detalhes aí, agradeço a atenção.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Mateus. Eu acho que o Matheus também pode integrar o GT, não é Matheus? Trazendo essas informações que foram apresentadas para a elaboração dessa pauta, a Sylvia fez uma sugestão de datas, essa solicitação de marcação, mas tenho pedido também do Frei David de um encaminhamento distintos, não é? Por favor frei.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – É, pois não. São dois pequenos pontos, o primeiro ponto é partilhar com vocês, temos percebido, porque temos outras demandas também do CNJ, temos percebido o CNJ muito demandado.



Então, para conseguir reunião com o CNJ, não tem sido muito fácil não. Se nós conseguirmos essa do dia 2, a minha sugestão é que a gente abrace, agarre essa com garra e determinação e façamos todos os esforços necessários para manter a data e horário, uma vez que para nós esse tema é um tema que está trazendo prejuízo para o povo. Então, a minha proposta é: mantermos com muita garra e determinação. Segundo, superar o pequeno prazo com aquilo que o Sávio sugeriu, que é o grupo de WhatsApp, e a gente com certeza tem como ser eficiente na produção de pontos-chaves, uma vez que a reunião vai ser uma reunião muito mais técnica, sem, lógico, abrir mão das experiências da base que são riquíssimas. E o terceiro ponto, na linha do Matheus, eu entendo ser fundamental que o diálogo com o CNJ, ser uma reunião híbrida e no diálogo com o CNJ, na reunião híbrida, permitir que a reunião seja transmitida on-line, no YouTube, para garantir que todos os irmãos e irmãs dos Comitês estaduais, bem como todos os irmãos e irmãs do mecanismo, bem como outros segmentos interessados possam participar. Porque eu entendo que nós, enquanto conselho nacional, temos... De combate à tortura, temos uma grande chance de fazer algo acontecer agora, dia 2, de fazer algo avançar. Se a gente fizer disso um momento de até encontro, encontro nacional puxado por nós, enquanto órgão da sociedade, enquanto órgão governamental, enquanto órgão híbrido um aceleração, um trabalho mais ágil do CNJ e da sociedade frente a essa temática aí, porque não sei se estão percebendo, mas ontem, vi uma notícia que me deixou muito preocupado, que na Europa já estão discutindo a terceira onda da Covid e a gente sabe que esse problema vai se alongar bastante, apesar de a gente não querer, lógico, mas vai se alongar. Então, 3 pontos, o primeiro ponto: a gente, eu peço a meus irmãos e irmãs que já falaram pedindo adiamento da reunião, que revejam com carinho para mantermos o dia 2. Segundo ponto, o grupo de zap da eficácia do trabalho e ponto 3, é que a reunião seja com a comissão menor, lógico, vai estar diretamente conversando com os representantes do CNJ e todos os demais participaríamos via YouTube, minha sugestão.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito frei,

obrigado. Eu vejo que nós podemos trabalhar, nós já temos três integrantes aqui, nós temos mais integrantes que participariam da atividade, mas Vitória, frei e Esequiel, não é? Esequiel, Vitória e Frei David. Então, eu acho que nesse trabalho do grupo nós podemos definir pela manutenção, conforme sugerido pelo Frei David, a manutenção desse contato inicial com o CNJ, isso não vai excluir o contrato futuro também do CNJ, uma segunda reunião, mas eu acho que nós podemos ampliar esse debate no âmbito do GT específico. Lembrando que esse grupo de WhatsApp tem que ser temporário, e apenas para debater esse assunto. Se a gente quiser uma objetividade, não é? Então, eu vou já pedi para o nosso apoio, Luana ou Natália criar esse grupo com esses colegas que se manifestaram, para finalizar esses debates sobre esse encontro com o CNJ, pautando a realização dessa reunião no dia 2 às 14h, pautando a possibilidade de alteração da data e pautando essas questões técnicas, técnicas jurídicas, está bem? Então, essa é minha sugestão para a gente avançar na pauta, porque hoje nós temos bastante, nossa pauta aqui tem alguns assuntos que nós temos que dar sequência. Pode ser? Mais alguma manifestação? Por favor, Mateus.

**Sr. Mateus Moro (ANADep)** – Não, para a gente poder participar, como eu estou aqui em São Paulo, se fosse presencial, seria difícil. Então, independente de ser no dia 2 ou em outra data, 1 pedido aí para a gente poder encaminhar o virtual, ou híbrido, enfim.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A ideia é solicitar uma alteração para virtual, virtual, que realmente essa reunião apenas presencial, ela vai limitar uma participação de vários integrantes. Então, o CNPCT, a ideia é ponderar isso. Isso não exclui, é lógico, se eles quiserem fazer esse registro misto lá no CNJ, isso não exclui. É uma questão do cerimonial do CNJ, está bem? Então, podemos encaminhar assim? Já solicitei essa criação imediata desse grupo para esses debates e peço que a relatoria de Vitória, Frei David e Esequiel, já até... Viu Esequiel? Mesmo sem consulta-lo eu já incluí, que incluir nessa relatoria para auxiliar nesses trabalhos, nessa audiência. Então, peço para o

colega João Lança, para passar para o próximo ponto, eu vejo até que algumas coisas já foram até antecipadas aqui, é o ponto 2.2, informes de membros e convidados do CNPCT, não é? Mas, eu gostaria de começar pelos membros. Alguns informes desse período entre a última reunião e a reunião atual. Alguém gostaria de se inscrever? Matheus, só concluindo a questão dos integrantes, eu já passo aos colegas convidados. Bom, como eu não tenho nenhuma inscrição de integrante, por favor Matheus, os informes.

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Pessoal, eu tinha bastante coisa para falar de outras questões que a gente vem tocando aqui em São Paulo, mas vou tentar até pela pauta que o tempo é curto e tem muita coisa para falar, vou tentar ser bem objetivo aqui, Sávio, mas chamar a atenção num tema que tem preocupado tanto o Comitê, os convidados do Comitê, como também salvo engano os colegas, eu estou vendo aqui o Daniel, por exemplo enfim, os membros do mecanismo estão aqui. Lá para novembro, dezembro, houve um combinado do mecanismo nacional com os parceiros aí, a defensoria dos estados, as entidades parceiras e está ocorrendo agora, eu acho que até deve ter alguns colegas do mecanismo em outros estados, a inspeção com foco na comunidade LGBT presa. Pois bem, na semana que vem, o nosso o núcleo aqui de situação carcerária, defensoria de São Paulo Faria duas inspeções com mecanismo. Uma expressão seria no dia 3, na quarta-feira e a outra inspeção seria no dia 5, na quarta-feira. Até se tiver alguém do mecanismo aqui, pode estancar alguma dúvida que a gente tem a respeito, mas a grosso modo, a informação que chegou para a gente, Sávio e demais colegas, foi que teria ocorrido algum problema em relação ao orçamento federal, e um problema da compra das passagens em relação às diárias dos membros. Ou seja, em resumo, a gente não vai fazer inspeções aqui em São Paulo na semana que vem com o mecanismo, salvo engano aqui em São Paulo quem viria seria a Tarsila e o Lucio. Então, o que a gente vai fazer aqui em São Paulo? Vamos manter nossas equipes de três defensores em cada dia, vamos fazer outras inspeções, mas sem o mecanismo e sem o foco na comunidade LGBTI. Enfim, então, eu trago essa preocupação, Sávio, se algo puder ser feito a tempo, eu

agradeço muito assim, a pauta agradece muito, mas se algo não puder ser feito a tempo na semana que vem, os peritos virem para São Paulo, ao menos que algo seja feito a tempo aí de duas semanas, três semanas que a gente não perca esse calendário anual que tem sido feito e lembrando também, claro, seriam aí uma ou duas inspeções em cada estado salvo engano, mas aqui em São Paulo, a gente tem aí um terço da população carcerária do Brasil, não é? A gente chegou em dezembro a 212.000 pessoas presas. Eu queria falar rapidamente isso, e um ponto bem rápido também que eu conversei outro dia com alguns colegas, a gente teve reunião com o tribunal, também é um tema de interesse do mecanismo, a gente teve uma reunião com o tribunal do DF no ano passado, eu não vou lembrar se foi outubro ou novembro e depois houve uma comissão, estava A à PT, ANADEP, enfim, que mandou um ofício para o Presidente do tribunal do DF que estava na reunião com a gente também, esse ofício até hoje não foi respondido. É um ofício que fala de problemas, o Ribamar e está aqui coçando a barba, ele estava com a gente no dia lá, foi um ofício que não foi respondido que tocava das prerrogativas dos membros do mecanismo como tirar fotos sem censura e outras coisas correlatas, acesso irrestrito aos locais de aprisionamento, acesso também dos convidados, que a nossa lei de 2013 os convidados do mecanismos tem a mesma prerrogativa do mecanismo. Então assim, existem outros problemas no histórico com o DF, mas esse era um dos problemas grandes, a possibilidade livre de tirar fotos sem censura e também as prerrogativas dos membros do mecanismo são estendidas para os convidados. Então, Sávio, eu trago essas duas preocupações, se a gente pudesse através do próprio... Não sei, do Comitê, ou mesmo do Ministério cobrar o tribunal do DF e as questões também das impressões que aconteceriam na semana que vem e não estão acontecendo. Pessoal, tentei falar rapidamente, agradeço a atenção.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado Matheus. Na sequência o Ribamar está inscrito. Passo a palavra para o Ribamar.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Doutor Sávio, pela

ordem.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Só uma ideia, essa questão do MNPCT, passagens e diárias, tem um subtópico semelhante mais para frente. Então, no caso o Ribamar não tolhendo de forma alguma, só porque isso pode ser tratado lá e a gente concentra num ponto só.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bem observado, João. Com relação a esse assunto, Matheus, você chegou a falar a data dessa inspeção que será realizada em São Paulo?

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – As inspeções seriam na quarta e na quinta, nos dias 3 e 5.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 3 e 5.

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Mas a informação que o mecanismo trouxe é que elas estariam suspensas, que não aconteceriam mais.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, mais uma dúvida, isso estava dentro do planejamento, aí já pergunto para o Ribamar, abrindo a palavra para o mecanismo. Isso estava dentro do planejamento do mecanismo? Por favor, Ribamar.

**Sr. Ribamar** – Bom dia a todas e a todos. Eu só queria, eu acho, concordando com o João, mas eu acho que esse assunto já está em baila, então, a gente venceria logo ele. Eu queria nesse sentido, sinalizar que o problema sobre diárias e passagens, ele consegue ser um pouco mais grave do que o Matheus aponta.

Porque é pior do que cancelar viagem que você não fez é fazer o que nós já estamos fazendo, nós estamos fazendo missões sem diárias e passagens, não é?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ribamar, só um momento. Eu vou pedir para a gente tentar otimizar, que trate essa questão de São Paulo agora, e naquele ponto específico de pauta, a gente volta para a questão ampla de planejamento e atividades do mecanismo. Pode ser?

**Sr. Ribamar** – Pode, mas eu só queria, talvez a gente encerrar esse ponto aqui agora. Dizendo, a minha proposta é que cinco minutos da minha parte, a gente venceria e não falaria disso lá na frente. Já ganha tempo, no meu ponto de vista.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Qual é o item da pauta? O João Lança chegou a citar aqui, é o item?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – 4.3.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 4.3, a reestruturação do mecanismo, recomposição da equipe de peritos, equipe técnica e garantia do funcionamento, diárias e passagens. Me parece Ribamar, que esse ponto é mais amplo, não é? Então, eu acho que o mecanismo teria um tempo maior até para tratar, são alguns pontos, não é? Então, se a gente puder segurar um pouco a fala no sentido de tratar da forma ampla, sobre São Paulo, o senhor pode nos trazer alguma informação, até para a gente verificar junto com o nosso apoio administrativo?

**Sr. Ribamar** – Não, é verdade. Eu só queria sinalizar que como eu disse antes, o problema é mais grave. Nós acabamos de chegar da Bahia, sem diárias, acabamos não... Chegamos semana passada da Bahia, sem diárias e está agora, estava eu e Tarsila na Bahia, e está agora Bárbara e Tarsila em Maceió,

incendiárias. Quer dizer, estamos eu e Daniel viajando, sem previsão de diárias. Esse é um agravante. Ou seja, nós verdadeiramente não é uma missão só do mecanismo, esse é um problema, porque nós temos mobilizado, a exemplo do Matheus aqui simbolicamente representando das defensoria públicas, o Ministério público, o judiciário, sociedade civil numa missão temática LGBT nos diversos estados, no qual estamos aguardando na outra metade da semana e isso é um agravante. Eu queria lembrar que toda essa negociação foi feita previamente. Ou seja, nós só tivemos, só planejamos e articulamos com todos os parceiros estratégicos em todo território nacional porque houve uma sinalização da SNPG ainda sob a coordenação do Magno, Alexandre Magno e do Marcelo, que era o chefe de gabinete. Ou seja, estava tudo acordado, inclusive, as passagens algumas emitidas, a maioria delas é emitidas e sem o lastro de diárias, o que para mim é uma novidade, e eu aqui não quero exhibir currículo, até porque seria humilhado pelos demais, mas eu viajo, faço esse tipo de viagem desde 1994, com o governo federal, desde a coordenação da primeira conferência nacional de segurança alimentar e nunca aconteceu, aconteceu de chegar no último dia, mas nunca aconteceu de viajar sem diárias, numa conjuntura dessa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Eu agradeço, viu o Ribamar? E nós voltaremos a esse assunto lá no 4.3. Com em relação ao segundo ponto levantado pelo Matheus Moro, eu fiquei na dúvida, esse documento foi encaminhado pela ATP e pela ANADEP, correto? Foi isso?

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Então, Sávio, se o Ribamar puder me ajudar novamente, a ANADEP e a APT ajudaram a escrever o documento com a base técnica, mas também foi assinado pelo mecanismo. Eu não sei se foi o próprio mecanismo que enviou ou se foi o Comitê que enviou o Ribamar, se por ter me ajudar, também agradeço.

**Sr. Ribamar** – Fomos nós que enviamos. Já reiteramos a cobrança de resposta, até porque a situação no DF hoje e reclamam a visita que foi suspensa desde o

ano passado.

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Então, Sávio...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Quando foi expedido esse documento? Só para... Porque a reunião foi novembro, algo assim, não é?

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Eu posso precisar até o final, eu não tenho isso de memória. Vou buscar no SEI agora, e preciso até o final.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. É apenas um registro aqui para os colegas, se a gente quiser seguir aquele fluxo, como na ocasião a ministra participou, a ministra solicitou a audiência com o TJDF, então, seria interessante que esse documento tivesse saído realmente no contexto daquela solicitação, até porque o próprio Presidente falou que aguardaria o registro dos diálogos que foram tratados naquela reunião. Então, para facilitar a nossa comunicação e até uma reiteração seria interessante o que esse documento tivesse saído no escopo da reunião do CNPCT. Então, aí nós temos que pensar, guardar essas informações do Ribamar para ver sobre o período, se o período está adequado ainda, porque querendo ou não, tem uma tramitação, uma burocracia, ela existe não só no executivo, como no judiciário também, tramita para área de execução penal e ela vai fornecer subsídios para essa resposta, enfim. Então, eu estou vendo aqui na sequência, tem alguém inscrito, João Lança

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Sávio, só um segundinho, só para a gente fechar isso, se eu pudesse sugerir, independente se foi novembro ou outubro o encaminhamento do primeiro documento, também teve uma reiteração que o Ribamar colocou, se houver o compromisso do Ribamar do mecanismo levar essa documentação para a presidência do Comitê e o Comitê tentar cobrar o tribunal do



DF, eu colocaria como encaminhamento, se fosse possível.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok. Vamos aguardar essa data do Ribamar, até para a gente conseguir entender melhor qual foi esse período de tramitação, tá?

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então, passando para a sequência aqui.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – 2.3.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 2.3, não é? Exato, por favor João.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Pessoal, é aprovação da décima segunda RE da ata e da 29 e 30ª RO. A ata foi submetida no Drive e disponibilizada para os senhores.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Alguma objeção com relação a essa aprovação das atas? O documento já foi disponibilizado. Nós estamos seguindo o procedimento ordinário de aprovação na reunião em seguida, não é? Então, podemos fazer o registro desse individual da votação ou fazer uma aprovação geral, porque isso é uma atividade ordinária? Abro primeiro para manifestação, se tem alguma objeção sobre as atas da reunião que foram disponibilizados.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sávio, Isabel aqui da justiça global.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Isabel.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Eu não sei se eu me confundi, mas eu acho que a gente não recebeu ainda a Degravação da última reunião ordinária.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Está nessa, na ata, Isabel.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – A Degravação também?

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Isso. Sim.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Está bom.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Salvo engano foi por David também, viu Isabel? Foi disponibilizado no drive. No Google Drive.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Ok, obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Mais alguma manifestação? Então, nós podemos... Fazer aprovação, então, sem ressalvas da ata da 12ª reunião extraordinária e da 29ª reunião da e trigésima reunião ordinária do CNPCT. João Lança, passamos para o próximo ponto. Por favor, 2.4.

**Sr. Ribamar** – Por favor, só para dizer que... Colei o extrato do ofício no Chat, é de 7 de dezembro.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 7 de dezembro, isso é provocação inicial, não é?

**Sr. Ribamar** – É, depois da reunião. Quer dizer, a provocação inicial foi motivada hora da reunião.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – E a segunda provocação?

**Sr. Ribamar** – Eu vou tentar localizar aqui. Desculpe, eu estou...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Se puder trazer essa informação para a gente lá no item 3.4, Ribamar, a gente segue aqui na pauta e 3.4, a gente retorna essa questão, pode ser?

**Sr. Ribamar** – Combinado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. João lança, por favor.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Próximo item é o 2.4, atualização do quinto processo seletivo e prorrogação do processo seletivo do MNPCT. Nós subimos no Drive, compartilhar com vocês, conselheiros, o parecer da AGU referente a decisão do Comitê e que deliberou pela prorrogação do edital do MNPCT. E a nossa consultoria jurídica aqui do Ministério entendeu que não é juridicamente válida essa prorrogação, isso está no parecer, ela deu um parecer desfavorável dizendo que seria uma retificação do edital depois de já ter sido homologado, publicizado, já tem o edital com o resultado publicado e não uma espécie de prorrogação. A prorrogação, ela não foi prevista no edital, o edital veio com prazo de um ano fechado e poderia ter sido previsto até dois anos prorrogado por mais dois anos, conforme previsto na Constituição, no artigo 37 também no artigo 12 da lei 812, se não me engano, mas o edital não previu. Então, resumindo, o parecer dado desfavorável, porque seria uma retificação a posteriori,

depois que já é publicizado para terceiros, sem um fundamento legal. E aí, então, só complementando, diante desse parecer desfavorável há então uma decisão a ser tomada pelo Comitê eu, enquanto coordenação coloco aqui a disposição e também a preocupação de nos preparar em termos administrativos, caso seja para um novo edital, para um novo processo seletivo, que é uma alternativa que se coloca ou não, não é? E também receber orientações quanto a isso, e em conversas com o MNPCT, me preocupa também que tem quatro mandatos se encerrando no meio do ano, são mandados passíveis de recondução ou não. Então, isso também tem que ser avaliado numa análise de risco. Presidente, a Cândida se inscreveu.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Eu gostaria de abrir inicialmente aos colegas que participaram da comissão de seleção. A Cândida já fez a inscrição. Então, já abro inicialmente para ela, por favor Cândida.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Bom pessoal, então, na nossa vigésima nona reunião na qual nós aprovamos a prorrogação do edital, a própria ministra Damares disse: "Ok, a gente poderia fazer o encaminhamento, conversando aqui com o nosso jurídico, com a nossa assessoria, a gente não tem nenhuma objeção, mas a gente pode colocar em votação e aí veio o resultado." Isso se refere a prorrogação do edital. Então, durante o pleno da 29ª reunião, a própria ministra, presidenta deste Comitê consultou o jurídico, cuja resposta foi que não haveria nenhuma objeção. Então, me estranha que haja, e isso está constado na Degravação, todo mundo pode acessar lá nos documentos do Drive na 29ª reunião, precisamente, na página... 94. E aí, me estranha que o parecer jurídico posterior seja diferente do que foi dado no momento da votação, e me estranha também que esse assunto volte à pauta, porque inclusive, foi consenso na própria comissão de seleção e aí para os membros que chegaram a posteriori desse processo, estivemos na comissão de seleção que foi paritária pela sociedade civil, somos eu, Caio e Vitória da

sociedade civil e do governo, Marco, Esequiel e Sávio e nós chegamos a um consenso dado ao trabalho exaustivo que significa realizar um processo seletivo como esse, que o mais interessante para celeridade dos trabalhos do Comitê e também para garantia de funcionamento do mecanismo foi que houvesse a prorrogação. Por isso, nós colocamos em ponto de pauta da 29ª e foi aprovado, inclusive, com a anuência do parecer jurídico conforme consta na nossa Degravação. De qualquer forma, o parecer da Conjur a posteriori desse momento, com essa observação que é diferente do que foi dito a própria ministra na reunião apresentam uma questão sobre retificar sobre edital, pelo que eu entendi, enfim. De fato, o encaminhamento foi o nome retificação do edital, mas quando foi aprovado por unanimidade a prorrogação, isso pode significar uma nova resolução, não sei, enfim, para fazer com que a assessoria jurídica do Ministério que mudou de opinião a respeito da legalidade ou não legalidade da prorrogação entender que foi consenso nesse colegiado que a gente teria prorrogação e a forma jurídica de fazer isso, talvez esteja em discussão por alguma questão, mas só para dizer que inclusive a própria assessoria jurídica confirmou que seria possível e a ministra, presidenta deste Comitê disse que estava de acordo com a prorrogação, após consultar a sua assessoria jurídica, obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Obrigada Cândida. Na sequência, a inscrição da Vitória.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –** Obrigada Sávio. Na nossa última reunião, com a nossa Presidente do Comitê presente na reunião do, houve a deliberação pela prorrogação do nosso edital. É uma lembrança de que este Comitê, ele não se submete há qualquer tipo de parecer de Conjur, o parecer, ele é consultivo, ele não é, por ser consultivo, ele é uma opinião da Conjur, se a CONJUR a achar, iniciando novamente, o direito, a gente busca ele para justificar o que a gente quiser, na verdade. A nossa Conjur, ela tem reiteradamente justificado opinião, que é a opinião do governo e nós respeitamos isso, mas hoje mesmo eu consigo produzir um parecer que vai,

então, justificar a opinião de que nós temos sim que prorrogar o nosso edital. Eu digo isso, porque esse parecer, ele passa a ser não só consultivo, como também quase opinativo, e ele não, ele não vincula a este Comitê. Na última reunião, nós aprovamos. Essa aprovação de Comitê, ela é soberana. A CONJUR, ela pode opinar o quanto ela quiser, e nós respeitamos esse parecer, mas nós não nos círculos a ele. Esse parecer, ele não tem sequer o condão de prorrogar ou de suspender uma aprovação de Comitê, o nosso Comitê como eu acabei de dizer, ele é soberano, ele aprova ou reprova. O que a CONJUR diz, ela não suspende as nossas decisões, porque se não, ficaria muito fácil e vocês vão concordar comigo que nenhuma decisão do Comitê poderia ser aprovada, não tem sentido nós votarmos coisas em Comitê, se depois a CONJUR pode vir e voltar atrás em todas as suas decisões e dizer que nenhuma decisão nossa é válida, por X, Y ou Z. E esse parecer, ele geralmente é contrário as decisões da sociedade civil presente no Comitê. Então, o que eu quero dizer aqui com todo respeito e todo acatamento a nossa Conjur, a decisão do Comitê, ela tem que ser respeitada, independente da decisão que a nossa, que a AGU vai achar outra justificativa que eles vão achar no meio do caminho para fazer com que o Comitê não seja soberano. A nossa decisão com o apoio da ministra, inclusive, e com o apoio da assessoria jurídica da ministra que estava na reunião, nossa última reunião, nós fomos pela prorrogação. O que eu peço é que seja respeitada a decisão do Comitê. O Comitê, ele é soberano, a CONJUR é consultiva.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado Vitória. Na sequência, a inscrição do Caio, por favor.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Obrigado, Sávio. Bom, eu gostaria de endossar o que a Cândida e a Vitória trouxeram aqui, eu fui o Presidente da comissão de seleção, esse processo seletivo, ele foi marcado por uma dificuldade que se reflete aí também na equipe da coordenação estar reduzida. Então, foi um processo muito trabalhoso, todos se empenharam muito e a gente conseguiu chegar no melhor resultado possível. Eu

reitero o que a Vitória disse, o colegiado, ele não está vinculado às opiniões da consultoria jurídica, quiçá da advocacia geral da união e nós somos a única instância legalmente constituída para selecionar os peritos do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Eu li o parecer da Conjur, e o que eu entendi foi que houve um equívoco na interpretação do que nós decidimos. Nós decidimos pela prorrogação do prazo...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, se a nossa equipe administrativa puder retirar os áudios de quem não está com a palavra, puder fazer essa gentileza. Por favor, Caio, prossiga.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Obrigado. Nós decidimos, o colegiado decidiu pela extensão dos efeitos do edital, do resultado final do edital por mais um ano. O parecer da Conjur diz que a nossa decisão, ela é juridicamente impossível, porque ela estaria reformando o edital após a conclusão do processo seletivo. Nós não estamos reformando o edital. Seja o edital nº 1, nº 2 ou nº 3, que são os três que regem, que regeram o processo seletivo. Nós estamos após a conclusão do processo seletivo, aumentando por mais um ano os efeitos dessa decisão, da decisão final, do resultado final do processo seletivo e o motivo disso é muito óbvio, é muito claro, o edital nº 3, ele prevê que o resultado final terá validade até o dia 25 de junho, e até o dia 25 de junho do corrente ano, nós não teremos a finalização do mandato dos peritos com o qual o coordenador está preocupado, e é isso exatamente que nos preocupa. Nós decidimos enquanto colegiado, com o apoio da ministra, estender o prazo, justamente para que a seleção realizada alcance, tenha o condão de alcançar os cargos que ficaram vagos e nós já estamos há anos sem o mecanismo ter sua composição completa. Então, eu reitero aquilo que as meninas colocaram, nós não estamos vinculados à CONJUR e nós já decidimos. Então, nós estamos aqui revolvendo matéria já discutida. O que nós queremos aqui é que a nossa decisão seja cumprida, seja cumprida. Então assim, talvez o que tenha acontecido foi um erro de interpretação ao enviar a nossa decisão para a

consultoria jurídica, nós não queremos reformar o edital nº 1, nem nº 2, nem nº 3, nós queremos que seja publicado o instrumento jurídico cabível, seja ele o edital nº 4, seja ele uma resolução da presidência do Comitê, dizendo que os efeitos dessa seleção, eles se espraiam por mais um ano, é exatamente isso que nós decidimos e isso que deve ser cumprido.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, obrigado Caio pelas ponderações. Na sequência, Esequiel Roque.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Bom, só colocando que a decisão, o envio do parecer para a consultoria jurídica, esse entendimento veio após a reunião. Então, foi votado, mas obrigatoriamente tem que ser levado para a assinatura da ministra, tem que ser levado a consultoria jurídica para análise da consultoria jurídica. Então, apesar de na reunião da própria Presidente ministra ter entendido que havia uma legalidade dessa decisão, e a consultoria que estava no momento entender também, ao passar pela consultoria jurídica, houve a conclusão da inviabilidade. Eu estou até aqui aberto com o parecer feito pelo doutor Leonardo Vasconcelos Rocha, e ele disse que concluí por inviabilidade jurídica da minuta da resolução, desde que observadas recomendações constantes no parágrafo 22 e 23 deste parecer. O Ponto 2 diz que a minuta do edital não está apta a ser levada ao a apreciação da senhora ministra, pela insuficiência, fundamentos técnicos e jurídicos nos termos deste parecer. Então, isso daí é uma situação que realmente complica para que haja a assinatura do parecer. Então, só dizendo que o entendimento no momento da reunião era que havia uma legalidade. Porém, após a consultoria jurídica que foi feita, a uma ilegalidade e neste caso, ela não poderia assinar, se o ato se torna ilegal, até que se prove o contrário, muito obrigado.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Só para eu entender, uma questão de ordem na fala do Esequiel, Sávio. Desculpa, só uma questão de ordem para eu entender.



**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, só um pouquinho aqui, viu Cândida? Porque na sequência vai estar o Matheus inscrito, mas por favor, Cândida.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Certo. Só questão de ordem para eu entender. Então, você está dizendo que é ilegal a prorrogação de prazo do nosso processo seletivo, é isso? É isso que o parecer da Conjur diz? Que é ilegal a prorrogação do prazo?

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Eu não digo nada. Quem diz é o parecer jurídico.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Nós vamos.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Eu não digo nada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir aqui para a gente seguir a sequência, depois nós vamos debater um pouquinho dos termos, sobre os temas apresentados aqui no parecer. Eu cheguei até a conversar um pouco com você, não é? Sobre isso. Então, vamos aguardar manifestação dos colegas, depois a gente retorno sobre os termos do parecer. Mateus Moro, por favor.

**Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Sávio, obrigado. Bem rapidinho também, porque acho que a Vitória, o Caio e a Cândida falar um pouquinho do que eu penso também. Endossar a fala deles e lembrar também, pessoal, vamos lá, eu estou aí talvez há dois anos mais ou menos no Comitê como convidado, enfim, os colegas que estão aí, Sávio, Esequiel, enfim, tanto do governo como sociedade civil, eles lembram que esse tipo de conversa que está tendo agora, ela já aconteceu em relação a vários outros temas. Alguns temas que eram mais caras o governo e

alguns temas que eram mais caras da sociedade civil, enfim. O que eu quero dizer? O que a gente está analisando aqui novamente, Sávio, a rigor é o caráter sui generis, a Sylvia Dias fala sempre muito isso, ao caráter sui generis do Comitê de prevenção e combate à tortura que vem de um tratado internacional e que foi regulamentado pela lei de 2013. Ou seja, o que o Caio colocou aqui, acho que usou a palavra soberano, soberania, enfim, como a Vitória é que independente de uma análise jurídica, que é só do executivo e não do Comitê, que o Comitê é formado pelo governo e pela sociedade civil, as decisões desta plenária, elas devem ser cumpridas, entendeu? Então, seria mais ou menos nessa linha. Respeitando claro, a fala do Esequiel, mas houve o entendimento político e jurídico do Comitê que é formado pelo governo, pela sociedade civil que não haveria ilegalidade. Então, claro, eu entendo o lado do Ministério no sentido de falar com a CONJUR e a CONJUR, ela trouxe um parecer no sentido X. Agora esse parecer da Conjur, ele não é vinculativo ao Comitê, na administração pública gente fala muito sempre do princípio da... Alguns atos administrativos são vinculados e alguns são discricionárias. Então, nesse caso aqui, inclusive é uma praxe muito comum, estados, municípios, na união, ou mesmo se você pegar a administração pública indireta, fundações, é muito comum a prorrogação do edital. Eu mesmo já fui procurador do município no ano de 2006, antes de virar defensor público, isso era muito comum no município que eu trabalhava no interior de São Paulo, os prorroga o edital, entendeu? Então, tanto pela ótica da legalidade, que é uma praxe muito comum na administração pública, em qualquer um dos três poderes, quanto pela análise da soberania desse Comitê, eu não vejo como a gente debater matéria debatida já. E aí endossando o que eu falei no início aqui, Sávio, eu não vou lembrar de cabeça agora, mas teve N temas, tanto do interesse do governo, quanto da sociedade civil, se é que a gente pode dividir o mecanismo dessa forma, e a gente deliberou depois que não daria para debater um tema já debatido. Então, as colocações que eu traria seriam mais ou menos essas, pessoal.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Obrigada**

Matheus. O frei chegou a solicitar que o parecer fosse disponibilizado aqui. A colega Cândida já apresentou o link de acesso ao parecer, mas lembrando que esse parecer já estava lá no Google Drive, todos tiveram acesso, não é? A esse parecer. Então, o frei escreveu para fazer o uso da palavra, eu também gostaria que o gabinete da Ministra, Marco, enfim, alguém pudesse também tecer algumas considerações sobre o assunto, mas primeiro, por favor, frei.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – É, são dois pontos breves, primeiro, dizer que penso como o Matheus e entendo que gostaria de pedir carinhosamente a área governamental que revisse essa posição. Esse é um ponto. Agora, o segundo ponto, só a título de informe, por acaso, o atual secretário-executivo do conselho nacional de justiça, doutor Walter é um amigo pessoal nosso, eu, então, apenas em caráter informal mandei para ele uma mensagem, assim que acabou o debate, perguntando a ele se teria algum problema da reunião do dia 2/03 às 15h ser uma reunião e bebida. Então, ele me respondeu agora dizendo que não tem nenhum problema, pode ser reunião híbrida. Bastaria, quem solicitou a reunião, enviar um ofício apenas para registrar, mas que ele já acolhe a vontade que aqui emanou dessa reunião, de ser uma reunião híbrida, caso a gente veja que isso é o melhor encaminhamento, e portanto, já do essa resposta boa, positiva para agilizar nosso trabalho e volto a dizer que a gente entende que o que já foi debatido antes, eu acho que não convinha ser retomado agora.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado, frei. A sua fala aqui para mim, saiu um pouco como alguns cortes. Eu consegui compreender, mas eu não sei se para os demais colegas também, a fala teve alguns cortes.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Eu posso dar, então, o resumo. O primeiro ponto é...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Todo mundo entendeu. Acho que o problema é a conexão do Sávio, foi bem, foi bem ouvido, Frei, está tudo registrado.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Legal, legal.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que é a instabilidade da minha, eu acho que é da minha conexão aqui, eu acho que a falha. Severo sobre o ponto do edital.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sávio, você havia pedido representante, não é? Do gabinete, do Ministério e mais alguém do governo tem algo a colocar frente a isso?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu não sei. Eu acho que a minha Internet está com algumas falhas, mas se não estiverem me ouvindo bem, por favor, me avisem. Antes de passar para o gabinete, eu gostaria de fazer também, como participei da comissão de seleção, sei do trabalho dos colegas, é um trabalho árduo que foi essas entrevistas, enfim, análise curricular, na elaboração da pontuação. Então, é um procedimento realmente custoso. Creio, a primeira constatação que faço é que temos que pensar no próximo edital, já com prazo maior. Então, não dá para pensar no edital com prazo de um ano, nós temos que pensar já, não sei se tem alguma limitação também legal, formal, de tratarmos como esse prazo já maior de dois anos para as próximas seleções. E a outra ponderação que faço é com relação já no parecer. O que aconteceu, os colegas me ouvem bem? Apenas para... Os colegas me ouvem bem? Perfeito.

**Interlocutor não Identificado** – Eu estou ouvindo bem.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, perfeito,

agradeço. Durante a reunião o que aconteceu foi uma consulta, a consulta, ela é uma impressão ali da situação apresentada no momento da reunião. Na sequência, o que aconteceu foi uma elaboração de um parecer, inclusive quem elabora é um outro advogado da União. Então, dentro da competência da Lei complementar de 73, a AGU, ela assessora todos os ministros de estado, seja na prática dos atos internos do ministério. Então, está dentro da competência da AGU apresentar essa manifestação sobre legalidade, lembrando, legalidade. O parecer até coloca a questão da conveniência e oportunidade, isso foi ressaltado, conveniência e oportunidade é uma outra questão e aí sim esse colegiado vai tratar, mas a legalidade que foi apresentada, eu entendo que foi ressaltado um parecer a impossibilidade da retificação por não ser um erro material. Em síntese, coloca aqui foi uma alteração de regras, após esse... Após a execução do edital, enfim da seleção. Então eu vi, eu visualizei a fundamentação jurídica ali dessa impossibilidade de alteração das regras naquele momento. Então, o que a consultoria faz é nos alertar de possíveis problemas jurídicos. Então, está dentro da competência e a Ministra também, para assinar neste ato, que está dentro da atuação da Ministra de estado, recebeu esse alerta do órgão, que tem a competência legal para fazer esse alerta. Então, mas antes de darmos prosseguimento, eu gostaria de ouvir o gabinete da Ministra, não sei se o Marco, o colega Marco está aí. Por favor. O João Lança, tem alguém aí dos colegas da Secretaria que poderia fazer essa... Não sei se o Hebert também poderia fazer alguma ponderação até o gabinete entrar no assunto?

**Interlocutor não Identificado** – Dr. Sávio o Marco se estava nos acompanhando, eu acredito que ele pode ter dado uma... Uma saída. Eu assim...

**Interlocutora não Identificada** – Sávio, pela ordem, estou inscrita.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, na sequência aqui, eu acho, Matheus há uma Vitória, Caio e Mateus, não é? Vitória primeiro depois do Frei, por favor, Vitória.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**

Obrigada, Sávio, eu peço desculpas pela conexão ruim, mas está chovendo muito em Brasília, pelo menos na Asa Sul, não é? Que a gente sabe que não chove em Brasília toda. Sávio, eu entendo o parecer opinativo da CONJUR, mas assim, colocando de maneira muito clara, nós temos diversos decretos do governo federal que passaram pelo crivo da CONJUR e mais tarde foram revogados pelos tribunais superiores, não é? Então, nós sabemos também que esse parecer, ele não é a palavra final, o direito, ele pode ser discutido e ele será discutido em outras instâncias e em outros tribunais, então nós temos uma série de decretos, inclusive o decreto que tirou o salário dos peritos e etc., que está sendo questionado o decreto sobre armas e etc. Todos esses decretos que o governo federal passaram pelo crivo e pelo parecer da CONJUR e imagino que tenham sido considerados legais, que não afrontou a nenhuma legislação, a constituição etc. e mais tarde o Supremo Tribunal Federal teve outro entendimento de que sim, afrontar a constituição e assim, não pode falar sobre esse tipo de armamento etc., nem acompanho direito essa discussão. Então eu pediria uma ponderação assim, um bom senso dos colegas de que consultada a CONJUR, sabemos a opinião dela, mas gostaríamos que fosse respeitada a soberania do Comitê, porque senão nós perdemos a nossa razão de ser, essa nossa plenária não tem mais razão de acontecer se tudo que a gente aprovar aqui, nós descobrimos hoje que a última palavra na verdade é da CONJUR e não é nossa, não é? Eu acho que pediria um pouco a razão da nossa existência. A minha sugestão é que isso seja levado adiante, é claro, não é? É a decisão da plenária e que se eu não vejo nenhum fator que seja grave o suficiente para que faça a gente voltar atrás dessa decisão, eu acho que nós estamos apenas prorrogando um edital. Quem poderia se prejudicar são pessoas que não se inscreveram nesse edital e que o próximo, e que estavam esperando o próximo edital, que não vai acontecer. Elas poderiam, eventualmente, entrar com, sei lá, mandado de segurança, não sei nem qual é o instrumento cabível, mas, em termos de Comitê, em sociedade civil e governo juntos nesse Comitê eu não vejo algo que seja impeditivo, grave para que faça a gente não prorrogar esse edital, porque ele foi extremamente trabalhoso. O vice-

presidente sabe, eu sei, os colegas e as colegas que estavam na Comissão sabem, deu muito trabalho, foi muito desgastante e eu não vejo a possibilidade de ninguém mais querer integrar essa Comissão de seleção por causa do trabalho que deu e agora estamos lidando, inclusive com o mandado de segurança etc. Então o que eu pediria dos colegas é o bom senso, assim como muita decisão governamental é questionada posteriormente na justiça, nós não podemos partir da priori de que o que a CONJUR diz é a palavra final, não é? Nós temos aqui o nosso Comitê, a nossa plenária reunida, aprovamos essa prorrogação, ouvimos a CONJUR, respeitamos o parecer da CONJUR, mas a nossa decisão permanece sendo a prorrogação. Então acredito que a instância cabível para questionamentos seria agora o Judiciário e não mais um debate na plenária, não é? Essa é a minha opinião.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Vitória.  
Na sequência, pela inscrição, Caio Klein

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Colegas, se nós iniciássemos hoje, com muita agilidade, a escrita de um novo edital, a aprovação do edital, a publicação dos membros da nova Comissão de seleção, nós não terminaríamos, no andar da carruagem deste colegiado, uma seleção até o final do ano, isso não aconteceria. Então, não prorrogar este edital é deixar à míngua o mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. Esse furto de fazer a nossa principal missão institucional enquanto Comitê, que é o controle, a fiscalização e assessoria no mecanismo, que é quem faz o trabalho de ponta da inspeção dos locais de privação de liberdade do combate à tortura no Brasil. Então, eu não vejo razão desse edital não ser estendido e a gente não está mudando a regra do jogo aqui, ninguém está mudando regra de jogo, ninguém está mudando regra de avaliação, ninguém está mudando resultado final, a gente está apenas estendendo a possibilidade de um prazo, em que tem validade esse edital. Então, veja bem, se, esse edital já é *sui generis*, porque o dispositivo diz, ele prever uma data de validade, ele coloca uma data, um dia exato, que é, se não

me engano, 25 de junho de 2021. Editais normalmente não fazem isso, editais normalmente dizem que tem período de um ano, prorrogado por mais um ou 2 anos prorrogável por mais 2, não é? Então veja bem, se um edital de um concurso público hipotético, ele tem um ano de validade e ele não é prorrogável, as pessoas não podem ajuizar ações se dizendo prejudicadas. Então nós, estendendo esse prazo, não existe bem jurídico exato, não existem pessoas lesadas, sequer a abriria a possibilidade das pessoas ingressarem com um mandado de segurança, não têm direito líquido e certo nessa questão. Porque, como a Vitória colocou, as únicas pessoas potencialmente lesadas seriam aquelas que não participaram do concurso público. Então, como essas pessoas poderiam acionar o Judiciário para se manifestar contra nós? A gente está apenas prorrogando o edital para garantir o mínimo que é a existência do mecanismo nacional de prevenção e combate à tortura. É muito simples, assim, me causa arrepio que isso não seja óbvio, nós passamos praticamente 2 anos discutindo isso, desde o início do biênio nós estamos tentando fazer a seleção do mecanismo e depois de aprovada, a muito custo, com muita discussão, com resistência de parte do governo depois de aprovado o edital nº 1, nós tivemos modificação no edital, nós tivemos uma série de entraves no processo seletivo e aos trancos e barrancos nós chegamos ao fim, fizemos uma seleção justa, uma seleção que selecionou os melhores, nós temos bons candidatos a peritos do mecanismo, eu estou aqui defendendo o meu trabalho, obviamente, e dos colegas que participaram do processo seletivo. Então, eu peço bom senso, eu peço bom senso dos colegas aqui, a gente sequer deveria estar tendo essa discussão novamente e me parece que talvez a questão seja da forma, seja uma questão formal, seja a questão de a CONJUR não ter entendido a nossa deliberação. Então, se for necessário votar, que a gente vote, eu acho que não é o caso, a gente tem que aqui apenas exigir o cumprimento da última decisão do colegiado e que a Ministra faça o ato que ela deve fazer, que é estender o prazo do edital, e dependente da opinião da consultoria jurídica, que não nos vincula em nada, mais uma vez.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Obrigado, Caio.**



Na sequência, então, eu passo a palavra ao Matheus Moura.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio, pessoal, eu até tinha trago algumas questõezinhas aqui no papel e até ficou fácil falar depois do Caio e e dá Vitória que já trouxeram o juridiquês aqui, mas só para tentar também pontuar algumas questões. Assim como o Caio colocou, me parece algo muito óbvio e me espanta esse debate também, mas como o Caio colocou, se tivermos que votar, os colegas votam, não é? Não sei se tem alguém da CONJUR aqui e aí também vem a reflexão no primeiro ponto da pauta lá que também eu estou atrasado, no sentido da reunião estar sendo muito curta, porque assim, eu lembro reunião em Brasília em que a CONJUR era contestada, a CONJUR descia um andar ou subia um andar, não sei, e vinha conversar com a gente, vocês têm na CONJUR daqui a gente pode também falar com eles, acho desnecessário, mas, enfim. O que eu quero destacar? Como o Caio colocou, pessoal, no direito tem uma coisa que, para alguém entrar com uma ação, seja trabalhista, cível, que sejam tem que existir interesse jurídico. Como o caio pontuou bem, como essa prorrogação do edital, ela não está quebrando a isonomia do edital, ela não está quebrando o acesso ao edital de nenhum interessado, nenhuma pessoa teria interesse jurídico em contestar judicialmente esse edital. Eu não vejo também interesse jurídico no próprio governo contestar um edital, que é para otimizar o serviço público, que é para a gente ter peritos andando. Então assim, o que eu coloco? Acho que não sei se foi a Vitória ou o Caio, nenhuma ação foi trazida, a ações de obrigação de fazer o mandado de segurança contestando o edital. Então a gente aqui, a gente está trazendo um problema, o governo está trazendo um problema para onde não existe, respeitando, claro, o pessoal da CONJUR que fez o parecer. Então assim, e aí isso também tentando pegar só um gancho na fala do Sávio, que falou agora pouco, não é que quando a gente debateu isso na reunião, acho que 29, a Cândida colocou, não é que houve uma consulta ao Comitê, o Comitê, pela sua soberania, ele tomou uma decisão. Não é que o Comitê foi consultado: Ah, não, pode ser assim e assado. Ele tomou uma decisão, uma decisão de mérito, uma decisão discricionária pela sua autonomia. Então assim,

peçoal, em resumo, até a Vitória trouxe alguns exemplos, não é? Existem decisões do governo, a gente tem até uma ação civil pública, a gente debateu agora pouco com o Ribamar aqui e o Sávio com relação a impossibilidade das pessoas fazerem inspeção em São Paulo, na semana que vem, porque não tem passagem e diária. E a gente pode lembrar que o Presidente da república trouxe um decreto, que transformava o trabalho dos peritos em caridade e o Judiciário falou: "Opa, isso não pode." Ou seja, não são as decisões jurídicas e da Presidência, do ministério ou da CONJUR que elas têm toda razão, não é? Então, em resumo, é isso, a gente está tentando criar um problema que não existe, não há nenhum interessado em barrar isso. Imagino também que o governo também não esteja interessado de trazer um problema. Então, nessa linha, e até para não me estender mais, eu acho que já foi votado, a gente não deveria votar o que já foi votado, mas como o Caio colocou, a gente está aqui em reunião, se tiver que fazer qualquer reparo, qualquer reparo formal mínimo, a gente está aqui para isso. O que não dá é para a gente passar de hoje esse debate, não é? Eu acho que a Cândida fez uma fala muito nesse sentido assim, o Caio resumiu bem também, o processo longo e desgastante, trabalhoso e que quem vai estar perdendo, se a gente não observar o que foi colocado, é a qualidade do serviço público. Então assim, endossando o que o Caio colocou, eu acho que não deveríamos votar isso, se acharem que devemos votar para alterar algum conteúdo formal, estamos aqui para isso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, obrigado, Matheus. É apenas um esclarecimento com relação à consulta que foi colocada, não me refiro a uma consulta com relação ao pleno do CNPCT, o pleno, ele deliberou sobre o assunto. O que eu ponderei sobre consulta é que um representante da consultoria jurídica foi questionado no momento e aquele entendimento inicial dele foi que seria possível. Mas quando o processo tramita para a análise e elaboração de parecer da consultoria jurídica, verificaram essa impossibilidade material, que é uma questão jurídica, é uma impossibilidade de material, não tinha erro material para ser corrigido nessa retificação. A Cândida

até colocou, nós publicamos 3 editais nesse mesmo processo, mas o momento que isso ocorreu ainda estava com as regras do jogo abertas. Então, isso, essa ponderação que foi feita aqui agora foi após a finalização, que a CONJUR fez foi após a finalização dessas regras. Agora, na sequência aqui está inscrito o Secretário Eduardo Melo, vou pedir para ele apresentar suas considerações, por favor, Secretário.

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Nós não conseguimos ouvir, Secretário, se o senhor puder aumentar um pouco o áudio.

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Alô, aumentou? Melhorou?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim, sim.

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Bom, nós estávamos aqui na reunião anterior, mas eu queria comentar alguns pontos. Em primeiro lugar, aqui a gente pode... A questão da assessoria... É meramente uma questão protocolar, que ela tem, inclusive essa análise jurídica o próprio colega que assina o parecer, se ele faz questão de...

**Interlocutor não Identificado** – Secretário Eduardo, a fala está baixa assim, está... Deve ter alguma posição que o senhor acha aí mais próximo.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ele falar mais próximo do microfone.

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Vou desligar a câmera aqui e vou falar um pouquinho mais... Vou puxar aqui para ver se o microfone melhora. Assim é

melhor?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agora sim.

**Sr. Eduardo Melo (MMFDH)** – Perfeito. Bom, eu voltando aqui rapidamente para não me alongar, a questão de um parecer da CONJUR, ela tem um caráter sim não meramente protocolar, ele tem uma função que embasa as decisões, obviamente, da autoridade que assim precisa desta consultoria. Então o próprio aqui Dr. Leonardo Vasconcelos, ele fundamenta a atuação da CONJUR e das consultorias jurídicas, nesse modo, a não meramente opinativa, mas sim de uma assessoria, uma assessoria para a tomada de decisão, obviamente, é consultiva, mas ela não é apenas um posicionamento que se possa colocar em apenas assim, porque senão seria só protocolar, não é? Então a gente entende que aqui tem essa primeira análise. A outra coisa que eu vejo, assim como mencionou aí o doutor Matheus, sobre as decisões jurídicas, elas não são absolutas, quer dizer, o próprio, a própria decisão do plenário aqui, ela não pode ser absoluta nesse sentido de decisão, obviamente em algumas, poderiam haver alguma decisão que fosse contrária algum item constitucional e realmente ela não seria a absoluta, ela precisa realmente de uma ação bem fundamentada e assentada dentro do nosso corpo jurídico. Feito esse comentário, pelo que eu tenho analisado aqui da questão do parecer da CONJUR, ele foi realmente após a reunião e ele precisa ser levado em conta pelo caráter da materialidade. Aqui me parece que há... Me parece que há um vício de origem dentro da questão do edital. Então assim, eu não acho que a questão está resolvida eu não vejo essa questão como pacificada, porque realmente existe um parecer, que foi, em determinado momento, após a decisão plenária que precisa ser levada em conta, que precisa ser analisada e que precisa ser, pelo menos comentada ou refutada, de certo modo, é assim que se encaminha. Mas eu queria só colocar esse caráter, esses argumentos aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Secretário. Nós temos a inscrição agora do Antônio Pádua, por favor, Antônio.

**Sr. Antônio Pádua** – Bom-dia a todos. O meu. É só exclusivamente sobre o parecer. Também me ouvem bem?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.

**Sr. Antônio Pádua** – O meu ponto também é exclusivamente sobre o parecer. A de fato uma questão que foi trazida a posteriori da reunião, isso é inegável. Porém, identifico aqui 2 problemas, o primeiro é que a administração pública, no caso o Comitê, se pudesse ser obstado por esse parecer, vai estar se deixando substituir por essa consultoria, o administrador público, ele não pode ser substituído pela consultoria. A decisão do administrador é decisão do administrador informada pelo parecer. Se quiser levar ao conhecimento do Comitê esse parecer, é válido, mas a decisão final continua sendo do Comitê. Segundo, visto que isso aconteceu agora, talvez fosse o caso de, nos próximos temas onde houver necessidade de um parecer da consultoria jurídica, que este parecer chegue antes da decisão do Comitê, porque o que nós estamos vendo aqui é algo meio que teratológico, o administrador, ele toma uma decisão, depois da decisão, é submetida a revisão da consultoria, que não tem vinculação alguma e parece que, de acordo com alguns pronunciamentos aqui, com algumas manifestações aqui parece que está tudo bem e não é por aí. O órgão é o Comitê, o Comitê decidiu, se o parecer veio depois, aí já é um problema, esse parecer tinha que ter vindo antes e parece que veio, segundo, acredito que a Cândida lembrou, parece que antes da decisão do Comitê houve um parecer da consultoria, que é tão válido quanto este, diga-se de passagem. Então, a Defensoria pública da União, eu peço que seja levada em conta, porque, me parece, me parece que a consultoria jurídica está pondo o empecilho que não está dentro da sua prerrogativa a concretização das decisões do administrador, é isso que eu queria trazer.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Antônio. Eu acho que é pertinente...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Caio tinha inscrito.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Caio também fez a inscrição, não é? Eu já vou passar a palavra, viu, Caio?

**Interlocutora não Identificada** – Eu também tinha me inscrito anteriormente.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agora eu não vi aqui quem que está antes, Caio ou Cândida? Mas o Caio, como é gentil, vai deixar a Cândida falar primeiro. Aí, só para finalizar aqui, viu Antonio, eu acho pertinente, eu acho que nós que pensar talvez nenhuma consulta prévia da CONJUR até para subsidiar os debates da, do nosso pleno, mas o que aconteceu naquele momento foi apenas uma, o representante da Ju estava ou que a Ministro consultou, ele falou que, a princípio, pensava que era possível. Mas, quando o processo tramita e a análise detalhada realmente do edital e do contexto e da cronologia dos atos, o Parecerista aí sim coloca no papel entende que existe e entende que há uma viabilidade jurídica na proposta de minuta do edital, nos moldes apresentados, essa é a conclusão. Mas eu vou passar aqui primeiro para Cândida, na sequência Caio, eu não sei se Vitória também pediu a palavra. Não, não é, Vitória? Foi só um ajuste. Cândida, por favor.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Então, gente, eu acho que é isso, não é? Eu acho que a gente está redundando uma discussão, concordando aí com as pessoas que estão, demonstraram a importância da prorrogação do edital assim que eu acho que a gente está redundando em uma discussão que já foi, que é de questão formal. Estava dando uma olhada aqui no parecer e, apesar de não ser do direito, sou quase formar em direito aí por causa dessas experiências, endossando o que o Matheus que já tinha falado, prorrogação de edital é uma prática comum na administração pública e, não é? E o parecer jurídico fala de uma minuta de edital, inclusive nós não

enviamos, nós, enquanto Comitê, não enviamos nenhuma minuta de edital, provavelmente isso foi no encaminhamento a partir da própria Coordenação geral. O que nós deliberamos nessa reunião, em que nós decidimos pela prorrogação, foi de fato, está lá escrito a palavra "Retificação do edital", talvez o único erro jurídico seja esse, a coisa da retificação, porque o edital já foi publicado anteriormente etc. Assim como nós já tivemos essa questão durante o processo seletivo de não poder ser retificado e fazer um edital a mais, eu não vejo nenhum ônus, nenhum óbice em a gente ter um novo edital de prorrogação. É impossível a gente ter um edital de prorrogação antes do processo ter acabado, então não faz sentido também. Quando existe uma prorrogação de qualquer tipo de certame público, ela acontece posteriormente ao processo por causa de uma série de questões. E aí eu queria registrar que a nossa reunião que falou sobre isso, que deliberou sobre a prorrogação do prazo do edital não foi a última reunião, foi a penúltima reunião do dia 30 de setembro, foi 30 de setembro e aí nós tivemos já em pleno depois disso e agora esse assunto volta uma reunião depois como se a gente estivesse cometendo alguma ilegalidade, quando na verdade a gente não está, assim, a gente decidiu pela prorrogação do edital no dia 30 de setembro. O nome que ficou lá no encaminhamento foi retificação de edital, mas isso é meramente... É um aspecto muito pequeno comparado ao que significou o debate, inclusive de membros do governo que estão lá na descrição apoiando a nossa prorrogação, tanto o Sávio, quanto o Marco, a própria Ministra, enfim a questão material é: Prorrogação do edital. Se não é retificação, a gente lança um novo edital, porque isso é só uma questão de formalidade jurídica de como fazer a coisa acontecer, porque o nosso interesse é somente prorrogar. Então assim, eu não vejo por que a gente protelar toda essa discussão, talvez seja por causa da palavra "Encaminhamento", aliás, palavra "retificação", que está, não é? Nos nossos encaminhamentos. Então está bem, não é retificação, é a publicação do edital que prorroga o prazo de vigência até o dia 25 de junho de 2022. Então se for por isso, se for para isso ser votado, se for para garantir a decisão que foi unânime desse colegiado na reunião do dia 29, a gente publica um novo edital, sem também nenhum ônus e isso com certeza não tem nenhum impedimento jurídico,

não é? Porque, enfim o objetivo é somente prorrogar o edital, porque para não fazer um novo processo como a gente já apresentou aqui. E aí eu acho que a gente poderia pensar em encaminhar uma votação nesse sentido para encerrar a discussão, já que a gente tem outros pontos de pauta, porque eu entendo que também, da mesma forma como foi interesse do próprio governo e da sociedade civil na reunião do dia 30 de setembro, continua sendo interesse que a gente mantenha a seleção que a gente realizou, todo o procedimento, que como já foi dito aqui, foi justo e etc., que a gente mantenha a nossa decisão de prorrogação e que se adéque aos termos legais, no lugar de retificar o edital, pública um novo edital que informa da prorrogação daquele prazo e que isso acontece, com certeza, na administração pública de diversas formas, tanto em concursos públicos, como em processos seletivos e isso definitivamente não é um ato ilegal, porque se fosse, toda a administração pública, enfim estaria cometendo ilegalidades, não é? É isso, obrigada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Cândida. Realmente eu e a tocar nesse ponto que nós temos outros itens de pauta e que nós precisamos seguir, não é? Mas nós temos a manifestação do Caio aqui. Esse debate que está acontecendo, Cândida, como todas as questões aqui do CNPCT, a gente busca ter esse consenso. A ideia é que o colegiado consiga chegar ao entendimento comum, mas não se chega desse entendimento comum e a gente é a medida final que realmente esse registro conste em ata da votação dos colegas, está bem? Mas, Caio, por favor.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, obrigado, Sávio. Não, eu ia fazer um comentário sobre a fala do colega do ministério, que defendeu a prerrogativa aí da CONJUR, mas antes eu gostaria de falar o Esequiel. Eu não considero que essa prorrogação viole o princípio da impessoalidade, de forma alguma, como a gente já colocou, aqui não existe pessoa concreta que estaria tendo o seu direito violado nessa prorrogação. O que o viola não prorrogar esse edital é o princípio da eficiência da administração



pública, é o princípio da economia da administração pública. E é a lógica, o fato óbvio de que até junho desse ano não será concluído um novo processo seletivo, isso não vai ocorrer, nós sabemos que isso não vai ocorrer, por isso a necessidade de prorrogação dos efeitos dessa seleção. E daí voltando a questão do que o colega do ministério colocou, defendendo que deve ser considerada a opinião da consultoria jurídica, ele descreveu, enquanto uma atividade de assessoria para a tomada de uma decisão. Se a Ministra, no âmbito do seu trabalho, em outro âmbito que não esse Comitê, ok? Decidiu por instituir uma política pública X e a CONJUR dissesse não, mas a Ministra dissesse sim, isso seria viável, a Ministra faria da mesma forma. A questão é que a decisão que está sendo tomada não é uma decisão da Ministra, é uma decisão da plenária. Então não pode o parecer da CONJUR, que se põe contra a decisão, vincular a Ministra, porque a decisão não é dela, a decisão é nossa e nós já decidimos e nós decidimos pela prorrogação do edital. Então nesse ponto eu me filio e a a Cândida, que se for necessário a gente vota a contagem gente vota aqui agora um novo edital, a gente vota o edital nº 4, a gente escreve agora o edital, porque a gente não vai sair da reunião com um texto a ser feito pela Coordenação, a gente vai escrever no texto agora e vai sair daqui com um edital aprovado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, obrigado, Caio. Tem mais inscrição do Matheus, mas assim, realmente nós precisamos já passar para uma solução desse item. Talvez um ponto não tenha ficado claro aqui para os colegas, eu gostaria de esclarecer esse ponto, o que CNPCT faz é uma análise de oportunidade e conveniência, a gente tem vários colegas aqui que tem a formação jurídica, vão fazer a sua interpretação do fato, enfim, mas o que o CNPCT faz é a análise da conveniência dessa prorrogação. Eu até me alio, eu manifesto que pela conveniência seria importante a gente ter um prazo a mais e usar esse trabalho que foi feito, mas a análise da legalidade quem faz, por competência legal, é a consultoria jurídica. Inclusive, vou aqui citar o item 9 do parecer, que ele deixa isso muito claro: "A consultoria jurídica apenas atende aos seus aspectos jurídicos desse ato administrativo, em especial à sua

constitucionalidade e legalidade. São excluídos dessa análise, portanto, os aspectos de natureza técnica, econômica, financeira e administrativa, bem como os aspectos referentes à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que são de responsabilidade das demais áreas do ministério." Aí que esse colegiado entra, que a Secretaria entra, a Secretaria que o colegiado está vinculado, verificar a oportunidade e conveniência. Então acho que é isso que nós temos que votar, a manifestação jurídica já foi apresentada, ela foi apresentada no sentido de que existe uma impossibilidade, porque não existe um erro material. Então é isso que nós estamos votando. A inscrição do Matheus, por favor, para finalizar. E aí eu acho que não tem mais ninguém inscrito e nós vamos registrar em ata esse encaminhamento. Por favor, Matheus.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Oh, Sávio, concordo que a gente tem outros pontos de pauta e também concordo com o Caio que não dá para a gente acabar essa reunião, que demora aí 2, 3 meses, que é muito curta sem deliberar algo tão importante, que é o funcionamento do próprio mecanismo. Então vamos lá, como sugestão de encaminhamento, até porque você é o Presidente, o que eu coloco? Como eu coloquei anteriormente, concordo com os colegas no sentido de que houve uma decisão que não deveria ser revista. Agora, a gente está se a pegando a um aspecto muito singelo e formal, no sentido que, de acordo com a CONJUR, não poderia haver uma retificação no edital. Então vamos lá, a gente tem 2 hipóteses, ou a gente vota aqui que o Comitê vai analisar o que a CONJUR falou e vai concordar ou discordar com a CONJUR, que é uma solução que parece que pode não ser consensual com o governo, ou a segunda opção que foi a que o Caio trouxe. Ou seja, a gente aqui vota 2 artigos, um considerando e um propositivo de votar um quarto edital agora prorrogando o concurso aí, a validade do concurso de um ano para 2 anos. Ou seja, para a minha segunda alternativa, me parece melhor, por quê? Porque pela segunda alternativa a gente vai estar concordando com a questão técnica da CONJUR e vai estar deliberando um novo edital de prorrogar o prazo. Então, como eu falo que o detalhe técnico é muito singelo, ou seja, o que a CONJUR não aceita é uma

retificação, porque não há erro, ou seja, parece ter a razão desse ponto. Então a gente não vai estar trazendo uma questão formal, a gente vai estar trazendo uma questão de mérito. Como a CONJUR falou que não poderia retificar, porque não haveria erro, o edital 4, ele simplesmente provocaria o edital, está bem? E aí Sávio, só mais um detalhe da sua fala, aí endossando a fala dos colegas, a CONJUR, ela pode ser opinativa para o governo, mas ela não está por cima do Comitê. Então eu acho que a melhor solução para a gente encaminhar para os outros temas é a gente votar aqui um considerando dizendo que: Para poder a gente ter um mecanismo completo e eficiente do serviço público, a gente deve prorrogar o edital e o artigo único seria: Prorrogamos o edital por mais um ano. Então a sugestão de encaminhamento que eu dou aqui para se consensuar com a CONJUR, consensuar com o governo e a gente poder caminhar para outros pontos seria a sugestão que eu dou aqui, está bom?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Matheus. A colega Denise perguntou: Qual o erro material? Na verdade, Denise, não existe erro material, é isso que a CONJUR fundamenta, não pode retificar, porque não existir, se tivesse um erro, poderia retificar, foi apenas isso que a CONJUR apresentou. Então, colegas, assim, o que eu vejo é que nós temos que registrar em ata aqui que o colegiado entende conveniente e oportuna a prorrogação, por todos os motivos já sustentados aqui que o colegiado entende que essa prorrogação, ela gera uma economia, enfim tem vários outros pontos aqui que podem ser sustentados, não é? Em última instância quem vai sustentar esses pontos? É a Secretaria que esse Comitê está vinculado, esse Comitê está vinculado a uma Secretaria, o próprio Secretário chegou a falar já aqui na reunião. Então, eu acho que nós não temos mais aqui palavras, então nós podemos registrar em ata, eu vou pedir para quem registrou a última vez não foi a Luana, não é? Ou foi a Natália? Eu acho que a Luana que sabe disso.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Sávio, eu queria pedir para colocar em votação o encaminhamento sugerido por

Matheus, que é da gente votar um novo edital que garante a prorrogação.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu fiquei, eu não compreendi bem, Matheus, como funcionaria esse novo edital, porque seria um edital tratando da queria edital prorrogando o novo edital?

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Isso, os outros editais, o edital 2 e o edital 3 sempre se referem ao edital e um dessa mesma forma, a gente também pode fazer um edital 4, que se refere ao edital, se você acessar o 2 e o 3, eles sempre se referem ao anterior. E aí seria a votação para dizer que o edital e um está prorrogado por mais um ano. Considerando, aí faz a coisa do considerando inicialmente. Isso é importante, porque se a gente aprovou que ia ter a prorrogação na reunião do dia 29 e a gente chega 2 reuniões depois e aí não tem, então é bom que a gente, enquanto Comitê aqui, tenha o encaminhamento votado, não é? Para ficar justamente aí nos trâmites jurídicos, legais e etc.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, talvez o colega Matheus possa esclarecer, eu não entendi o que nos beneficiaria essa manobra jurídica de um novo edital falando de uma prorrogação do edital anterior. Eu entendo, viu Cândida, que esse foi o modelo na fase inicial da seleção que a seleção ainda estava aberta. Quando fecha a seleção e finaliza a CONJUR fala: "Olha, agora não pode mexer mais, porque não tem erro material." Então, dentro dessa sugestão de colocar mais o edital tratando daquele último edital, eu não compreendi o benefício dessa manobra jurídica, talvez, está bem?

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Está bem, então assim, se não fosse assim seria como? Porque assim, se a gente aprova a prorrogação aqui agora é a mesma coisa que a gente fez no dia 30 de setembro e aí de que forma vai se dar essa prorrogação? Se não for via um documento novo publicado em diário oficial que informe a prorrogação, de que

forma se daria, se não fosse via um novo edital?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Seria a sustentação da conveniência e da oportunidade, são critérios administrativos aqui que foram colocados.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Então, mas um documento, mas o quê? O que juridicamente falando, publicado? Essa é a questão.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Esse documento aqui, essa alta do CNPCT justificando uma conveniência e oportunidade, eu estou tentando visualizar, dentro do que foi colocado, é possibilidades para a gente sustentar essa prorrogação. Como eu já te falei, eu acho pertinente por causa do trabalho é importante, mas nós temos que buscar mecanismos adequados, senão nós vamos... Eu não consegui visualizar, viu Matheus, se puder esclarecer.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Não, Sávio, eu acho que não seria nem até, quando você coloca o termo "Manobra", parece que a gente está dando nó em pingo d'água, eu nem usaria o termo "Manobra". Até o Caio colocou uma sugestão aí, porque, vamos lá, Sávio, você leu o edital, o parecer, a gente leu aqui também. Ou seja, o parecer entendeu de forma bem objetiva o quê? Que ele, a gente não poderia retificar o edital, porque não haveria erro material. Perfeito, então a gente, assim como tiveram 3 editais do ano passado, a gente deliberaria aqui o Comitê de votar o novo edital, que vai levar em conta o próprio parecer da CONJUR e vai prorrogar o prazo por mais um ano, inclusive no Chat, não sei se todos viram, mas no Chat o Caio colocou aqui. Ou seja, a gente vai estar dando um passo à frente, ou seja, houve uma decisão soberana em setembro, a CONJUR trouxe, ainda que de forma posterior uma reflexão jurídica, a gente vai estar concordando com a reflexão jurídica da CONJUR e aqui e deliberando o pleno e não a Comissão do concurso, não é?

Deliberando por prorrogar o prazo por mais um ano. A gente fazendo isso, não tem nem uma violação de interesse de nenhum interessado no concurso e o governo também não tem nenhum problema com a CONJUR, então acho que, dessa forma, a gente chega a um bom termo com todas as partes.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, compreendi, compreendi agora, viu, Matheus? Realmente a sequência de uma nova Resolução, não é? Até o Esequiel colocou aqui talvez o nó que entra aí é a ausência de previsão de prorrogação no edital anterior, então estaria fazendo um ato sem aquela previsão dessa prorrogação anterior, não é? Por isso que na época sugeriu, até o colegiado lá da Comissão de seleção falou: "Bom, vamos solicitar, então, para o pleno a retificação e a prorrogação." Mas então tem uma sugestão de um outro mecanismo. Podemos tentar buscar essa alternativa. Esequiel, você gostaria de falar? Porque você colocou no Chat aqui, é isso mesmo, Esequiel a leitura?

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Então, a leitura, Sávio, é exatamente essa, não tem previsão, nós vamos ter um problema sério com isso.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Por isso que a gente está prevendo agora no Comitê, não é? Justamente por que não está previsto e é interesse do Comitê e etc., por isso que a gente está prevendo, porque não tem.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Então, Cândida, o que nos preocupa é o seguinte, você ver que teve boa fé por parte da Presidência, da Ministra e da consultoria, dos presentes todos que estavam na reunião de aprovar logo esse edital, tanto que foi aprovado na última reunião. Mas esbarramos nessa questão jurídica apontado pela CONJUR. Então, a gente tem que criar uma outra saída aqui que não ocorra a mesma situação que já ocorreu. Nós também estamos em uma situação aqui pensando o que fazer, nós não estamos aqui lutando contra

nada, nós estamos tentando descobrir uma saída para isso. Eu, pelo menos, já ouvi todos falarem e ainda não consegui identificar uma saída para isso, estou aberto para o debate.

**Interlocutor não Identificado** – Ezequiel, você me permite? Vamos lá. Eu não estava no Comitê lá na Comissão junto com vocês, mas, pelo que eu entendi, a gente teve 3 editais no ano passado. O conteúdo do edital 2 e do edital 3 também não estava previsto no edital um, então isso aí é meio consectário lógico. Então assim, a gente aqui pessoal, a gente está concordando com a CONJUR e está voltando um edital que prorroga o prazo, comum a Cândida aqui colocou, eu coloquei, o Caio colocou isso é prática na administração pública, pessoal. Então assim, se a gente já concordou com a CONJUR e está dando um passo à frente eu não vejo mais nenhum empecilho, pessoal, entendeu? Obviamente, o conteúdo do edital 2 e 3 não estava no um, o do edital 4 ou do edital um/2021 também não vai estar relacionado no edital um. Então assim, a gente vai estar, juridicamente, formalmente concordando com a CONJUR, dando um passo atrás e vai dar um passo à frente prorrogando o prazo, entendeu? Então assim, pessoal, claro, respeitando as reflexões dos colegas, o não vejo mais nenhum empecilho aqui de mérito e nem formal.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Só por uma questão de ordem, Presidente.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Essa questão de edital 1, 2, 3, porque, para fins administrativos aqui, quando a gente vai fazer uma republicação de alguma regra ou de algum resultado no edital, a gente faz o mesmo ato ou do ato anterior ou o mesmo para oficializar isso no mundo jurídico. Então, 1, 2 e 3 seriam esses atos que estão revendo alguma posição ou dando seguimento a algum ato do edital. No caso do edital 2 citado, eu não estava aqui na Coordenação, mas

agora recentemente, no dia 29, nós publicamos, o instrumento foi de edital, ou seja, altera o edital do processo seletivo, do quinto processo seletivo, o documento jurídico chamou o edital para incluir uma candidata, a Ludmila Rocha, que entrou com mandado de segurança e o juiz deu a ela a possibilidade de entrar em reserva de vaga. Então, essa questão do edital é o instrumento do documento que a gente faz as decorrências formais do edital original, ou alterando a ele, ou dando um ato aos efeitos que ele prever.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Eu gostaria só de encaminhar, porque realmente nós já, esse assunto é um assunto polêmico, nós não vamos realmente conseguir até uma clareza aqui e realmente o entendimento é unânime, não é? Então eu gostaria de encaminhar, pode ser a questão da sugestão dos colegas, que manifestaram pela sociedade civil e aí a gente registra isso em ata com o adendo, que eu acho que é o que pode sustentar, talvez, essa posição, que o pleno entende que é conveniente e oportuno essa prorrogação. É uma decisão meritória, não uma decisão de jurídica, a decisão jurídica foi apresentada e talvez, se não tiver fatos novos em um contexto novo, eu acho que vem uma nova manifestação vem no sentido. Então, esse novo edital, conforme proposto pelo Caio, pelo Matheus sustentado talvez no tentáculo lá da oportunidade e conveniência, para a gente tentar cavar isso dentro de uma nova análise, está bem? Essa é a minha sugestão. Alguma objeção?

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Sávio, nós vamos colocar em votação isso? Porque aí a gente não precisa mais esperar 2 meses para uma outra reunião ou um mês, enfim.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito, perfeito, vamos registrar isso em ata e aí isso vai tramitar novamente, enfim, não é? Mais alguma... Podemos finalizar? A Cândida, eu acho que...

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – É,



que registrar em ata é uma coisa, a gente fazer o encaminhamento de que a prorrogação vai ser realizada é outra coisa, não é? Assim, eu acho que a gente precisa tomar uma decisão sobre esse ponto.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, talvez eu não fui claro.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – A minha questão é saber se vai ter a prorrogação ou não, a partir do que a gente está definindo aqui, basicamente?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É registrar em ata...

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Que está garantido que vai ter?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É registrar em ata e isso vira um encaminhamento, coloca o encaminhamento lá e, enfim esse encaminhamento vai ser analisado. O CNPCT, essa decisão que é tomada aqui, ela tem um procedimento administrativo para ela pegar e ser concluída, isso não tem como a gente fugir. Então essa decisão precisa ser tomada.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Está bem então o que a gente está decidindo? Qual decisão? É melhor alguém escrever no Chat e a gente ver as votações, igual a gente faz todas as vezes para que fique...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pelo que eu entendi, eu posso até tirar a questão da oportunidade e conveniência para ficar

mais fácil aí para os colegas, se esse não foi o entendimento. Então, podemos votar aqui agora uma nova Resolução como ato, o Caio colocou e o Matheus nova Resolução prorrogando aquela Resolução, o ato anterior, está bem? E aí a gente vota, registra e isso vai tramitar internamente, está bem? Então, por favor, Luana faça os registros desses votos, começando pela sociedade civil, que já estava nessa manifestação aqui, eu acho que já vai ser mais fácil a gente coletar esses votos, por favor, Luana.

**Interlocutor não identificado** – Sávio só deixa eu colocar no Chat novamente, para ficar claro para todo mundo o que a gente está votando.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que o termo que vai ser incluído aí, como vai sair a Resolução, você pode até trabalhar nesse texto, viu, Caio? Mas seria o que está votando aqui agora é uma nova Resolução prorrogando a Resolução anterior. Nós não estamos mais recentes ficando aquele ato anterior, conforme a CONJUR falou que não dá, mas o entendimento aqui da maioria foi que sede para esse novo ato de prorrogação e não de retificação, esse é um ponto, está bem?

**Interlocutor não identificado** – Foi por isso que eu coleí novamente o texto, o texto não fala em retificação do edital nº 1, ou número 2, ou nº 3. O texto diz: "Prorrogar o resultado do quinto processo seletivo."

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito, então está bem. Vamos registrar os votos, por favor, Luana comece pela sociedade civil aí já.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ok, fica assim, então, o encaminhamento: "Tendo em vista o parecer da jurídica, o plenário delibera por publicação de novo

instrumento com o seguinte texto: Aí edital 1/2021. Considerando o parecer X, que eu vou colocar, da consultoria jurídica, considerando a oportunidade e conveniência do ato decide prorrogar o resultado do quinto processo seletivo definido pelo edital 1/2020 até a data de 25 de junho de 2022." Como vota Conselheiro... É isso?

**Interlocutor não Identificado** – Só me corrijam, é a data eu coloquei correta, não é? O que eu coloquei de cabeça.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Está correto, está correta sim.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Está correta.

**Interlocutor não Identificado** – Perfeito.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – É isso mesmo?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Proceda, Luana, por favor.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Conselho federal...

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Pela ordem uma questão.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O registro dos

votos, certo. Por favor, Vitória.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**  
Essa deliberação iria novamente para a CONJUR?

**Interlocutor não Identificado –** Provavelmente sim, Vitória.

**Interlocutor não Identificado –** Sim, Vitória. Todos os atos, regimentalmente, que a gente faz no edital está no novo regimento enviado para a CONJUR, quando não vai, o superior devolve para a gente, a gente tem que devolver para a CONJUR e depois mandar para o superior que vai...

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) –**  
Está bom, o Conselho federal é pela aprovação.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Mas de qualquer forma, Vitória, o colegiado aqui de qualquer forma, ele está registrando o entendimento dele. Então assim, a gente não tem como fugir dessa normativa já prevista e esse... Vamos lá, o convênio federal registrou os votos, Luana, pode seguir.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Conselho federal de psicologia, CFP como vota?

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) –** CFP de acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Justiça global.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Justiça global de acordo com a proposta.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – RENILA.

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – RENILA de acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – UBM.

**Sra. Mariana (UBM)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – MNU. MNU. Conectas.

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – SOMOS.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Educafro.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Cut.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – De acordo com o ato administrativo que define a prorrogação do resultado do quinto processo seletivo do mecanismo definido pelo edital 1/2020. E para registrar também o voto da MNU, que foi aqui no bate-papo, que está de acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Obrigada, Cândida. Agora os membros de governo. Ministério da mulher, família e direitos humanos. SNPG. SNPIR.**

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH) – Boa tarde. Como já justificado no Chat.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SEGOV. SG, Secretaria Geral. Ministério da Justiça.**

**Ministério da Justiça – Ministério da Justiça contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Cidadania.**

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Saúde. Ministério da Educação.**

**Ministério da Educação – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Defesa.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Vou registrar o meu voto contrário aqui, mas eu quero também registrar em ata aqui a questão da oportunidade e da conveniência e, sendo oportuno e conveniente, registro o meu voto contrário pela legalidade.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério das Relações Exteriores.**

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores) – O MRE vota contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SNPG não registrou o voto, por favor. Ah, desculpa, colocou no Chat. Desculpa, não tinha visto.**

**Interlocutor não Identificado – A Secretaria Geral depois também manifestou**

aqui no Chat, de acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – 9 votos contrários e 12 votos favoráveis.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Acho que cabe um esclarecimento, da Secretaria geral se está a contrário ou a favor, não é? Porque pode gerar uma dubiedade aí no registro, está a favor dessa aprovação ou contrária.

**Interlocutor não Identificado** – Está bem claro para mim, Sávio, está escrito de acordo.

**Interlocutor não Identificado** – Eu não entendi, Sávio.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Faz favor.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode falar, pode falar. Por favor.

**Interlocutor não Identificado** – Eu não entendi, Sávio, constou de acordo no Chat aqui, eu não sei se o colega falou alguma coisa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – De acordo, então, o de acordo é favorável à aprovação, não é?

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Isso, então são 13 favoráveis.



**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, então perfeito, é só para esclarecer isso aí, perfeito.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – 13 favoráveis.

**Interlocutor não Identificado** – Bom, podemos passar?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então, fechada essa questão, fechada essa questão, podemos passar para 2.5: "Relatório de atividades do CNPCT." É uma minuta, está bem, desse relatório. Por favor, João Lança.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Então, prezados, essa minuta se encontra no drive, eu deixo aqui a sugestão de nós enviarmos essa minuta diretamente, além de constar no drive, e colhermos sugestões por e-mail para a validação final da... É um relatório das atividades do ano passado, no modelo como é adotado, que foi adotado também para 2019.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perguntou aos colegas nessa análise da minuta alguma observação, a análise da minuta das atividades do CNPCT alguma observação? Bom, sem registro então, eu passo para o item 3.1: "Planejamento 2021 do CNPCT – Orçamento e processo de eleição da sociedade civil." Lembrando que chegou o período de nova eleição dos representantes da sociedade civil. João Lança ou alguém da equipe pode tratar um pouco sobre esse edital?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Presidente, eu estou aberto aqui com a informação do orçamento...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) –** Posso inverter aqui a...  
A mesa diretora dos provocou...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Pois não, João Lança.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) –** Obrigado. Nos provocou sobre o orçamento e cabe uma consideração inicial é que esse orçamento está em votação pela CMO no Congresso. E a proposta orçamentária encaminhada pelo ministério, referente ao CNPCT, ela apresenta 2 situações: Uma situação é de não restrição orçamentária, e aí estariam destinados 400.000; e, devido a uma demanda do ministério da economia, que pediu aos ministérios para apresentar alternativas de restrição orçamentária, nessa, com restrição ficaria 300.000, então sem restrição 400.000, com restrição, na proposta alternativa, 300.000. E isso foi encaminhado e está no processo de votação, como disse.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) –** Eu gostaria que, se possível, fosse apresentado o comparativo desse orçamento que está em vias de ser aprovado com os orçamentos dos anos anteriores, pelo menos dos 3 o governo 4 anos anteriores para que a gente possa ter aqui a dimensão da flutuação do orçamento aqui do Comitê.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** O Caio fez essa observação, vamos levantar esses dados, então, para efeito comparativo. E uma dúvida minha, se esse orçamento, ele abrange os gastos do mecanismo ou se os mecanismos entrariam em uma outra rubrica, enfim.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) –**

Mecanismo entra em uma outra rubrica.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É, não, perfeito. Então esse seria o valor apenas do CNPCT, não é?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Isso mesmo.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu peço, eu não tenho esse levantamento aqui dos anos anteriores até o final dessa a equipe aqui que me auxilie, levante esse comparativo para a gente compartilhar, por favor.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, agradeço. Por favor, por favor, João.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Com relação ao edital, nós temos, então, como o Presidente disse, o doutor Sávio, essa incumbência de um novo processo seletivo esse ano. E o atual decreto, é o decreto 8154, que regulamentou a Lei, ele foi alterado em 2019 e no artigo 23 prevê que o ato do edital de seleção dos membros da sociedade civil é um ato do ministério. E nós temos uma minuta aqui estruturada, baseada na minuta do processo seletivo anterior. O nosso prazo é um prazo curto para que a gente possa conseguir, até o meio do ano, e já começar no segundo semestre reuniões. A previsão, o planejamento nós temos aqui uma planilha, o planejamento é publicá-lo no dia 26 de março. Então, fica uma sugestão de encaminharmos essa minuta para compartilharmos com os senhores e até o dia 5 de... Recebermos impressões, sugestões. E também comunico a necessidade de decidirmos sobre a Comissão

eleitoral, na nossa minuta, conforme a estrutura do anterior, colocamos 2 organizações da sociedade civil, seguindo a estrutura anterior do Comitê, 2 organizações da sociedade civil para compor a Comissão eleitoral.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Obrigado, João. Esse documento ainda não foi compartilhado no drive, no link do drive ou já foi? Eu não visualizei.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Não. Esse documento...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É porque nós pegamos o modelo anterior, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Foi, esse documento não foi, estamos fechando ele nesses últimos dias.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Verificou pronto e o cronograma ficou pronto e a gente tem condição de compartilhar e colocar um prazo para colher as impressões dos Conselheiros. E a previsão é a gente publicar no dia 26 de março.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito. Eu agradeço ao João, nós vamos compartilhar desse documento. Lembrando que, como a seleção do mecanismo, a seleção dos membros da sociedade civil também é um processo não tão rápido, então nós temos que trabalhar com esses prazos, um prazo inicial estipulado aí para 26 de março para a publicação para a gente também dar um encaminhamento e não prejudicar o pleno do CNPCT no segundo semestre, está bem? Então todos receberão,

poderão apresentar sugestões, como o João Lança colocou e aí trataremos também disso talvez na próxima reunião.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio talvez fosse razoável, pelo menos 10 ou 15 dias antes a gente receber esse documento, não é?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A ideia é até antes, viu, Matheus? É até antes, porque nós vamos publicar dia 26 de março, então a ideia é que receba antes, está bem? Para essas sugestões. A Thais Cunha pediu depois a palavra para fazer um registro sobre o mecanismo estadual, eu vou pedir, viu Thais, tendo em vista a nossa pauta já estar um pouco atrasada, eu vou incluir o seu registro aqui na primeira janela que tivermos, está bem? Ou ao fim dos debates aqui da pauta inicial, peço para aguardar um pouco aí para... Mas nós vamos receber esse registro estadual, está bem, Thais? Então passando para o próximo ponto, 3.2...

**Interlocutora não identificada** – Sábio é inscrição aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ah, perfeito, eu perdi aqui as inscrições. Deixa eu ver...

**Interlocutor não identificado** – É Isabel e justiça global.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito. Por favor, Isabel.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Então, bom, tendo em vista que a previsão de publicar no dia 26 de março, eu acho fundamental que a gente possa, então, marcar uma reunião extraordinária para a gente poder debater e aprovar

esse edital, porque só enviar contribuições vai ser insuficiente, a gente precisa, vai precisar desse momento para debater essas contribuições e aí então aprovar o edital no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Então essa é a minha, eu queria encaminhar essa sugestão, essa proposta da gente marcar, agendar uma reunião extraordinária antes do dia 26 de março, claro, para que de fato a gente dê conta aí dessa proposta de publicar no dia 26 de março.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, obrigado, Isabel pela sugestão, inclusive o próximo ponto de pauta é a aprovação do nosso calendário de reuniões 2021. Então nós temos que ver se está adequado dentro desse prazo aqui antecipado, dessa previsão de prazo para a gente incluir uma extraordinária. Na sequência, eu vou passar a palavra para o Caio que está inscrito.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, a minha questão já foi levantada pela Isabel, que era exatamente que a gente tivesse uma reunião extraordinária, lembrando que as nossas extraordinárias, elas são definidas para assuntos específicos, não é? Pré-agendado para assuntos específicos, então uma reunião exclusivamente para tratar do processo seletivo, porque não é viável que a gente apenas mantido sugestões por e-mail e que esse ato seja publicado sem a nossa deliberação. E que também a gente esclarecesse qual ficou a situação do prazo do nosso mandato, do mandato vigente, porque nós tivemos todo aquele imbróglio lá do ano de 2019 do que nós ficamos nesses meses sem trabalhar, porque o Presidente não nos nomeava. Então que a gente esclarecesse também como ficou definido esse prazo.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok. Na sequência aqui Vitória.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Obrigada, Sávio. A minha dúvida, eu acho que seria até interessante, desculpe, o

caminhão de lixo está passando na minha quadra, mas que o nosso decreto, o nosso novo decreto, ele fala, ele tem uma mudança em relação ao funcionamento anterior do Comitê em que ele diz que: "Os representantes da sociedade civil serão escolhidos e designados por ato do Presidente da república, após o chamamento público." Eu queria um esclarecimento dos representantes do ministério, da Secretaria, quem puder dar esse esclarecimento para a gente se haverá uma mudança em relação aos anos anteriores ou se permanece o mesmo procedimento de chamamento, de votação e aí de nomeação pelo Presidente da república ou se tudo mudou? Porque não ficou claro nesse parágrafo 2º.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ok, vou passar para o Matheus Moura agora que fez a inscrição. Por favor, Matheus.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Oh, Sávio, rapidinho aqui, na linha do que a Vitória e os colegas que me antecederam colocaram aí, eu endosso à fala do Caio e da Isabel, lembrar que a gente está em 2021, não é? Em 2019, a nossa primeira reunião, ou seja, os primeiros trabalhos efetivos do Comitê, eles foram, salvo engano, em outubro aqui novembro. Então o ministério ou o próprio João se tiver informações, ou você mesmo, Sávio, se puderem trazer algumas informações no seguinte sentido, essa urgência agora para publicar em março seria, porque seria formalmente com publicações anteriores, acabaria no final de julho ou julho os nossos mandatos aí e efetivos, seriam isso? Porque eu fico com o receio às vezes da gente não chegar em um bom senso com o governo e a gente não consegui chegar a um bom termo com os próximos, porque, salvo engano, foi outubro e novembro, então a gente ficou 10 meses sem ter o Comitê. Será que o Comitê atual, ele não estaria sendo encerrado de forma abrupta, se o mandato dos 2 anos mesmo? Então essa é a primeira reflexão que eu trago. E a segunda também a dúvida da Vitória, me parece que, por uma questão aí da Lei que estar em vigor, dos tratados internacionais, deveria ser o Comitê atual a fazer uma escolha em relação aos próximos membros do Comitê. Se a gente deixar isso nas mãos somente do

Executivo, a gente eu acho que corre o risco aí também de ter ações judiciais, ações civis públicas, ADPFs, enfim eu acho então que esses 2 pontos seriam importantes para o governo ou para a Secretaria esclarecer.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, obrigado, Matheus já antecipo, o que está acontecendo agora foi o que aconteceu desde a origem que o CNPCT não teve alteração de procedimento, tanto que o João está apresentando aqui o edital anterior, foi muito utilizado aqui nessa seleção. Então a orientação hoje é de seguir o mesmo procedimento, se tiver alguma alteração, vai ser trazido aqui para o CNPCT. Com relação mão primeiro ponto que o Caio colocou, eu entendo pertinente, o que eu vejo possibilidade, Caio, é de uma formulação desse questionamento que você colocou, talvez em conjunto com os demais colegas aí interessados, redigir uma consulta para ser apresentado. Aí de novo, tem um procedimento dentro da consultoria jurídica, nós temos que mandar: Conjur, considerando essa situação e essa situação, qual é a leitura da situação jurídica aqui a ser representada? Então eu sugiro essa formulação dessa consulta para a gente encaminhar, aí eu já antecipo aqui para os colegas da Coordenação administrativa, assim que essa consulta bater a gente encaminhar para a CONJUR para trazer essa informação já, ou na extraordinária ou na próxima reunião ou até compartilhar de forma antecipada por e-mail para os colegas aí. Eu só vejo essa possibilidade de sanar essa dúvida aí com relação a prazo que foi colocado pelo Caio. Tem mais alguma inscrição? O frei, não, o frei apenas colocou uma ponderação aqui, não é frei? Mas não é para o uso da palavra, não é? Correto?

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Bem, eu gostaria de deixar a bem evidente que o nosso entendimento enquanto entidade Educafro é que o mau funcionamento administrativo não pode ferir um princípio constitucional da participação da sociedade civil. Houve um mal funcionamento do administrativo do ministério, o que nos prejudicou muito a nossa tomada de posse. E isso precisa ser considerado agora e com certeza o direito administrativo não pode atropelar o



direito constitucional da sociedade civil.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Então, eu reforço, viu frei, eu acho que esses argumentos devem ser colocados na consulta até para a gente ter uma orientação desse entendimento interno do ministério com relação a esse ponto, que isso não foi questionado, está bem? Está surgindo agora, então nós temos que formular para ver qual é o entendimento. Podemos passar para o próximo ponto? Caio, você fica com essa responsabilidade primária, porque eu sei que os colegas vão ajudar aí, Matheus, o frei, a Vitória nessa elaboração dessa consulta, mas você pode puxar isso junto aos colegas?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sim, sim, eu posso, Sávio, eu só queria voltar a uma questão, porque eu sei que tu falastes que nós temos o ponto de fixação do nosso calendário, mas esse calendário é o calendário de reuniões ordinárias.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ordinárias.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – E aqui nós a proposição de uma reunião extraordinária tivemos por parte da Isabel. Então eu gostaria que isso fosse votado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, claro, claro. A ponderação que eu fiz com relação é para a gente visualizar o ordinário primeiro para ver se está muito próximo dessa data aqui se, enfim alguma adequação ao ordinário que não precisasse entrar no extraordinário, por isso que eu sugeri a gente visualizar, e seus colegas entenderem que o ordinária não vai atender e aí a gente vota essa questão do extraordinário. Pode ser? Está bem, então fechado, para registro na ata, o Caio e demais colegas elaborarão uma consulta para a

consultoria jurídica sobre a questão do prazo de renovação da sociedade civil no CNPCT. Por favor, João Lança pode seguir no próximo ponto, 3.2: "Calendário de reuniões 2021."

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Vamos lá. Essa questão, só uma dúvida que me ficou até para a gente encaminhar administrativamente, então a questão do edital, do processo seletivo, nós vamos submeter amanhã mesmo por e-mail a vocês. E a gente pede uma devolutiva até o dia 5 de março.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ah, perfeito, essa informação já de passar o texto é importante, porque os colegas tem mais tempo para trabalhar.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok. Enquanto isso, aí ficou aí com a incumbência de consultar formalmente, provocar a Coordenação para a gente provocar a CONJUR com relação a vigência do mandato da sociedade civil, tendo em vista o atraso de 2019.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exatamente, mas isso significa, João, que o procedimento anterior, o procedimento padrão, ele continua. Então, essa consulta à CONJUR, ela vai ocorrer de forma paralela, nós vamos receber esse documento para analisar no coletivo ou, enfim nós vamos compartilhar também assim que receber, compartilhar com o colegiado aí para verificar se precisa de alguma adoção administrativo, está bem? De acordo com essa Leitura fatual.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Perfeito. Obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 3.1 – então o

calendário de reuniões 2021.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Isso. Nós temos aqui no drive também, vocês conseguem abrir o calendário? Ele está em um documento em formato Word e não em PDF.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ele pode ser exposto aqui para a gente na tela, João?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ele pode, deixa eu fazer aqui no outro computador aqui. Ah, Natália eu te coloquei como host, você pode, você tem acesso aí para compartilhar?

**Sra. Natália** – Sim. Eu só vou pegar ele aqui para eu colocar no chat screen, você disse que está na pasta do drive, qual dela, João?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Do drive compartilhado com a reunião, com os membros da reunião.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Se você puder ir fazendo a leitura aí, João, até a Natália projetar isso, que aí depois disso se depois a gente precisar volta a debater um ponto específico.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok. Então, hoje, 25/2, a próxima reunião, a 32<sup>a</sup>, proposta para o dia 15/4, 15 de abril; a 13<sup>a</sup> reunião, a 33<sup>a</sup>, perdão, para o dia 10/6; a 34<sup>a</sup> para o dia 26/8; e a 35<sup>a</sup> para o dia 26/10; 36<sup>a</sup> reunião para 2/12.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, essa projeção, ela foi feita também com base nos anos anteriores lá com a manutenção

próxima das semanas dos anos anteriores, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sim.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Algum dos colegas alguma observação com relação a essas datas que já foram apresentadas também?

**Interlocutora não identificada** – Se você puder copiar e colar, não é? Copia e cola, por favor, no Chat, João.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Vamos ver se dar, porque está em planilha aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A Natália está iniciando aqui o compartilhamento...

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Deixa eu ver como é que vai ficar a formatação aqui. Ah, até que deu aí, pessoal, olha.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aí, apareceu. Pode ampliar um pouco, Natália, por favor, para o João?

**Sra. Natália** – Estou vendo aqui.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Natália, amplia o documento que você tem aí, por favor.

**Sra. Natália** – Eu estou vendo aqui como é que amplia mais um aqui.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ah, está bem, lá embaixo não tem não?

**Sra. Natália** – É que tem uns que têm um mais.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Talvez o CTRL +, eu acho que ele responda aí um CTRL +. Aí, pode ampliar, pode continuar ampliando aí.

**Sra. Natália** – Está dando certo?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – CTRL +, vamos ver. Bom, eu acho que já é possível visualizar aqui, não é? Isso, aí. 25/2 essa reunião de hoje; 15/4; 10/6; 26/8; 20/10; e 02/12. Então essa é a nossa previsão de reunião e aí já respondendo ao que os colegas perguntaram a questão anterior que a próxima é 15/4, não é? E a previsão é 26 de março republicação. Então a publicação seria anterior.

**Interlocutor não Identificado** – É fundamental uma extraordinária. Então é fundamental uma extraordinária, não é?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – A publicação seria anterior, não é? 15/4. Esse anteciparmos essa ordinária e também postergar a publicação do edital?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Nós ficaríamos, nós temos até como compartilhar aqui, Natália prepara o cronograma do edital, por gentileza. Eu subi no nosso drive lá uma versão ontem.

**Sra. Natália** – Sim, eu achei ele aqui.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Porque ficaria bem apertado. Outra coisa que eu coloco para os senhores é sobre a necessidade, digamos assim, a pertinência jurídica dessa RE para aprovar o ato, tendo em vista que o artigo 23 do decreto diz que o ato é do ministério. Então o ato de aprovação do processo seletivo do CNPCT não é mais do CNPCT, é do ministério. Nós estamos mantendo a estrutura e colhendo as sugestões da sociedade civil, essa é a proposta.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Mas a gente está se referindo ao decreto que está sub judice?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – É, mas não teve decisão liminar. Teve, Caio? Suspendendo a vigência dele. Eu estou me referindo ao decreto, se você, se nós abrimos aqui o decreto 8154, no artigo 23 foi alterado pelo decreto 9831. Fizemos até uma consulta.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Tem alguma informação, Caio, sobre a vigência, a suspensão da vigência do decreto, não, não é?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, é justamente o que eu estou tendo dúvida aqui.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Nós fizemos uma consulta à CONJUR sobre decisões nesse sentido e tivemos a a resposta de que o dispositivo está válido.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito. Considerando isso, buscando atender todas as necessidades aqui, considerando o dispositivo que o João já leu...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Qual é mesmo o dispositivo?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Artigo 23...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então uma prerrogativa, resumindo, uma prerrogativa do ministério essa, todo esse procedimento de seleção da sociedade civil. Desconsiderando que nós estamos seguindo os modelos anteriores e que esse texto será compartilhado amanhã ou na segunda-feira, não é? 19... 26 ou no dia primeiro, segunda é dia primeiro, não é?

**Interlocutor não Identificado** – Exato.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – E que a sociedade civil tem bastante tempo aí até o dia 26 de março, não é? Mais de quase 3 semanas aí para apresentar os subsídios, os colegas entendem razoável o mecanismo de recebimento aí de subsídios, os senhores conseguem apresentar alguma coisa?

**Interlocutor não Identificado** – Sávio até foi a dúvida inicial que a gente trouxe, me permite, porque assim, eu acho que a designação pela Presidência da república isso sempre colocou. Mas, embora tenha tido uma alteração aí do decreto, o que eu entendi aí pela sua fala agora pouco, pela fala do João seria que a gente manteria o edital, os editais anteriores onde haveria uma Comissão paritária. Seria isso?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Na Comissão eleitoral, a proposta do ministério é manter o padrão paritária na Comissão eleitoral. Agora, o ato em si de divulgá-lo é do ministério. Então eu, inclusive submeto agora, para

aproveitarmos o tempo, esta proposta de indicação de 2 entidades que não participaram da eleição.

**Interlocutor não Identificado** – É, porque o que eu ia falar, eu acho bom a gente indicar também, Sávio e João, o que eu ia colocar é o seguinte, que não dá gente trazer uma ordinária, mas a gente fazer uma ou 2 reuniões a mais, não é? Então assim, porque é uma coisa é você trazer sugestões, outra coisa é a gente bater o martelo do produto final. Então assim, a gente tem que ser muito transparente aqui Sávio, eu acho que você tem sido, a gente também no sentido de que esse tema pode trazer polêmicas, que pode trazer problemas. Então assim, eu vou na linha da Isabel da gente manter a reunião de abril e fazer uma extraordinária antes da publicação em março. E, além disso também, pelo fato da gente ter ficado 10 meses sem trabalhos em 2019, pelo fato das reuniões ter sido um quarto, apenas uma manhã, que foi o que a gente deliberou aqui pela alteração disso também da plenária, da gente tentar uma outra reunião, ou seja, teríamos reunião março, abriu, maio e junho, teríamos reuniões todos os meses, independente do nome se extraordinária ou ordinária, talvez o ideal fosse extraordinária por questões formais, mas da gente tentar caminhar com isso. Porque se a resposta do ministério aqui da CONJUR for que realmente o nosso mandato acaba em julho, a gente estaria já aqui deliberando previamente da gente poder vencer alguns temas importantes, que a gente não tem vencido, não é? Não só em relação ao edital, que é muito importante e pode trazer polêmicas, mas em relação a várias outras questões também que a gente não tem conseguido votar, como recomendações, relatórios do mecanismo, enfim, eu queria fazer essa fala, Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Matheus foi importante você tocar nesse ponto de novo, porque a celeridade dessa formulação da consulta, ela é importante, está bem? Porque o outro procedimento é o que está, nós estamos seguindo o protocolo, então um outro procedimento vai ocorrer naturalmente. Se caso tenha uma leitura distinta, por causa dessa questão que o Caio levantou, então aí nós temos que realmente



rever. Então é importante que essa consulta saia de uma forma rápida para a gente buscar uma análise jurídica do fato de forma rápida também, está bem? Para não prejudicar o prazo aí. Eu gostaria também de ressaltar aqui que nós temos a reunião da mesa diretora, lembrar aos colegas que a reunião da mesa diretora está prevista, então nós temos, de forma paritária, 2 representantes de cada segmento, não é? Então seja da sociedade civil, e de governo. Então eu creio que essas sugestões podem ser consolidadas no âmbito da mesa diretora, nós temos reunião antes disso aí. Se a Coordenação já até segunda-feira apresentar esse texto, nós temos a oportunidade de debater isso, inclusive lá na mesa diretora e já trazer o resultado disso compartilhando com o colegiado. Tem alguém inscrito aqui? Agora com o compartilhamento aqui, eu não consigo ver as inscrições, eu não estou conseguindo visualizar aqui.

**Interlocutora não Identificada – É Isabel.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Isabel, por favor.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) –** Então, primeiro eu queria manter a proposta da gente votar a possibilidade de caminhar para a votação, a possibilidade de uma reunião extraordinária para discutir o edital, eu acho que esse não é um tema para ser definido pela mesa diretora, eu acho que a gente tem condições e é importante já por tudo que já foi dito, a gente já saiu perdendo nesse biênio com reuniões que a gente 10 meses de atraso nas reuniões. Então assim, tem muita justificativa para a gente não abrir mão de mais um espaço de reunião. Então eu queria manter essa proposta, que a gente votasse a possibilidade de uma reunião extraordinária para aprovar o edital, discutir e aprovar. E, além disso, é só para entender, eu não sei se o que seria a função dessa Comissão paritária, porque a gente está falando aqui que vai seguir como nos processos anteriores, não é? E aí não seria o caso, não faria sentido a gente falar de uma Comissão de seleção de membros da sociedade civil com participação de membros do governo, não é? A sociedade civil é elege os

membros da sociedade civil, então e a gente, enfim é importante que a gente como nos processos anteriores. Só também para enviesar esse ponto.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Isabel. Mas, pelo que eu entendi, esse é o procedimento do que aconteceu até hoje, viu Isabel? Pelo que eu entendi, eu não participei dessa seleção ainda, mas pelo que eu entendi nós estamos mantendo as seleções anteriores. A Coordenação de apoio tem a data da reunião da mesa diretora da próxima reunião da mesa diretora? Até para pensar numa adequação dessa reunião extraordinária. Vou pedir para a gente desativar os microfones de... É, quem não está com a palavra, para desativar o áudio para facilitar. Então...

**Interlocutor não Identificado** – Sávio, o... A reunião, tem reunião da mesa diretora dia 22/3 e depois dia 19/4.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 22/3, então estaria bem próximo 4 dias antes dessa apresentação da publicação do edital, não é?

**Interlocutor não Identificado** – Isso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que seria o caso de antecipar a reunião da mesa diretora para receber esses subsídios e aí sim colocando em votação essa questão da extraordinária, porque precisa, viu Isabel, se não consolidar essas sugestões em algum documento e que se debater sobre isso, essa extraordinária eu não sei se ela vai surtir muito efeito, eu acho que já tem que ter alguma coisa consolidada. Tem mais alguém inscrito? João gostaria de falar sobre esse ponto? Você que está com essa parte administrativa aí, alguma ponderação?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Podemos passar a reunião da mesa diretora para o dia 11 e colhermos os subsídios até o dia 11? E é isso, quanto a reunião extraordinária, é uma deliberação do plenário.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, teríamos 2 semanas, então, para receber essas informações, não é? Eu queria ouvir os colegas da mesa diretora, o Henrique e o Wanderson que representam a sociedade civil. Podemos fazer dessa forma, o recebimento dessas sugestões da sociedade civil?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sávio pela ordem, eu gostaria de pedir que a gente apreciasse o encaminhamento que foi colocado aqui pela Isabel, que a gente votasse.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito, esse encaminhamento aí vai ser votado, viu Caio? Eu estou consultando antes, porque nós temos, como que nós vamos receber isso para apreciar? Mesa diretora é um mecanismo aqui do CNPCT para fazer isso, inclusive até para a pauta, porque nós vamos ter uma extraordinária, nós temos que ter uma pauta delimitada, não é? Então por disso que eu consulto aos colegas: Podemos antecipar a mesa diretora, o Henrique e o Wanderson?

**Interlocutor não Identificado** – Sávio só uma questão que, inclusive já foi discutido junto à sociedade civil e que eu acredito que seja de suma importância. Todos me ouvem?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim, sim.

**Interlocutor não Identificado** – Certo. A ponderação é porque a nossa organização, o movimento negro unificado, ele está declinando da cadeira o

assento junto à mesa diretora por alguns compromissos até de ordem interna da nossa organização. E aí quem se dispôs a assumir esse assento foi a justiça global, a Isabel que está presente na reunião e que provavelmente vai estar nessa reunião da mesa diretora.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, excelente. Então a Isabel pode tratar. Eu acho que nós precisamos de algum ato para formalizar essa alteração da substituição da representação. Alguém, João tem alguma informação sobre isso? Porque hoje está formalizada a composição Conectas e MNU.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Pelo, se não me engano aqui o regimento, isso é uma escolha via votação, não é? Da sociedade civil.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Isso, é uma eleição, um processo de eleição e não de seleção.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – E de modo que de...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – junto à sociedade civil, não é? Então ficou registrado essa representação. A gente precisaria da substituição também, não é? Essa manifestação dos membros agora da sociedade civil para... A gente registrar nessa ata, até para alteração, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Isso. Presidente, o que eu entendo é assim, eles formalizarem essa declinação e a sociedade civil e eleger um outro membro para substituí-lo na mesa diretora até o final do mandato.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** –

Acabou de ser formalizado aqui pelo antecessor e a gente está aqui, por unanimidade, indicando a Isabel.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Vamos registrar então, esses votos aí e a gente registra, passando isso a gente registra os votos da sociedade civil e conforme antecipado pelo Anderson. Então acho que a Isabel não vai ter nenhum problema em antecipar, não é? E aí o Henrique não se manifestou e a gente aguarda a manifestação, mas eu vou passar aqui a fala para a inscrição aqui do Marco para tratar sobre esse assunto. Por favor, Marco.

**Sr. Marco Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Boa tarde. Conseguem me ouvir bem aí?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode falar, sim.

**Sr. Marco Carvalho (Gabinete da Ministra)** – Boa tarde. Eu só gostaria de voltar essa ponderação, desculpem. Porque, salvo engano, se eu entendi corretamente o João, ele fez a ponderação aí, fez a explanação de que essa questão desse edital e para a convocação da sociedade civil e seleção da sociedade civil, ele é a cargo do ministério, não é? E se ele é a cargo do ministério, eu queria ponderar sobre de fato novamente sobre a pertinência da gente fazer uma extraordinária para debater o edital. E se não seria suficiente apenas o envio das propostas só como foi formulado? Não é? Porque aí nós temos uma, não sei se há uma interpretação do que está dito no decreto ou se há alguma coisa textual nesse sentido, então para ficar muito claro sobre o risco da gente fazer uma reunião extraordinária e fixar alguma coisa que não vai ser seguido pelo ministério. Se de fato a prerrogativa foga do ministério mesmo, acataremos sugestões, com toda certeza, eu acho que essa, a SNPG que é a Coordenação que cuida do tema e acatará, analisará essas sugestões. Agora, fazer uma extraordinária para discutir o edital, se não é prerrogativa do Conselho, desculpe, do Comitê, eu acho que ficaríamos, perderíamos um pouco de tempo nesse sentido. É só essa

ponderação que eu gostaria de fazer para a gente analisar de fato essa pertinência.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, Marco. Mais alguém? Caio.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, por minha gente vota.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Os colegas consideraram a manifestação do Marco sobre a questão de conveniência? Porque nós podemos realmente pegar e patinar em algumas questões sem surtir um efeito, não é? Então a votação sobre é extraordinária nós podemos fazer agora nesse momento, mas o que o Marco colocou foi sobre a efetividade desse debate, considerando a competência do ministério.

**Interlocutor não Identificado** – Sávio, não, claro, levando em consideração do que foi colocado pelo Marco aqui. O que eu reitero? Você e o João estão colocando que seguiriam a sistemática anterior, ou seja, uma sistemática que seria em conjunto com a sociedade civil, até a Isabel fez uma fala na verdade que o ideal seria a sociedade civil escolher pela própria, mas, enfim. Então, nessa linha, claro, se o governo não concordar com a gente e fizer algo diverso, a gente vai ter que analisar o que pode ser feito de forma administrativa, judicial etc. Mas na linha do que o Caio colocou, eu ainda acho que a reunião seria importante, até porque a gente pode chegar em um consenso em relação aos pontos, não é? Sugestões prévias, como o Sávio coloca, não é? A reunião da mesa diretora do dia 11 e aí se no dia 22 já haveria espaço para uma reunião da mesa diretora, eu sugiro já no dia 22 de março ou até um pouco antes, enfim seria o ideal a extraordinária.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito, agradeço. Eu vou registrar então primeiro aqui a questão... Gostaria de registrar os votos da sociedade civil com relação à ponderação do Wanderson e a nova nomeação da Isabel na mesa diretora. Luana, você pode registrar a votação da sociedade civil, por favor?

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Posso sim. Só um minuto, está bem, gente?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou alertar aqui que nós estamos com 2h de atraso aqui na nossa pauta, não é? Já são 12h32 e nós estamos ainda do tema aqui das 10h30. Então eu vou buscar um pouco mais de celeridade para a gente conseguiu vencer a nossa pauta aqui.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Vai constar do sumário Executivo alteração da composição da mesa diretora pela sociedade civil, tendo em vista que o MNU solicitou a troca da representação pela justiça global. Substituição, desculpa, o MNU solicita a sua substituição pela representação da justiça global. Os membros da sociedade civil, Conselho federal da OAB. Aprova a substituição?

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – Aprovo a substituição.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Conselho federal de psicologia. Conselho federal de psicologia. Justiça global.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – Sim.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – Sim.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU?**

**Sr. Wanderson Pinheiro (MNU) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conectas?**

**Sr. Henrique de Souza (Conectas) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Educafro?**



**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE?**

**Sr. Rodrigo (COADE) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT?**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN?**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – A mesa diretora agora é composta pela Conectas e justiça global na parte da sociedade civil. E governo ministério da defesa e Secretaria nacional de proteção global.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Perfeito, eu agradeço, Luana.**

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura) – É importante, Presidente...**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Pode falar, quem?**

João, por favor, João Lança.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Só para constar em ata que é para terminar o mandato atual que estava sendo cumprido pelo MNU, correto?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exato, é uma substituição, então continua o mesmo período de mandato, é.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Só para certificar isso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. E também peço para registrar em ata, a própria Isabel presente e o Henrique também falaram aqui, se tiver alguma coisa contrária, a antecipação da reunião da mesa diretora. Pode colocar para o dia 12, viu, dia 12, que aí a gente recebe até dia 11 o período para receber as sugestões sobre o edital e aí dia 12, na sexta-feira, a reunião da mesa diretora, está bem, João?

**Interlocutora não identificada** – Qual é o horário da mesa diretora?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Tradicionalmente, às 14 h.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Às 15 h, não é? Um período... 14 h30 ou 15h, era logo após o almoço com a janela, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – É.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bom para você, Isabel?

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Ok, eu posso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Henrique ok? Bom, então registrada essa antecipação para recebimento, sugestões até o dia 11 e reunião da mesa diretora dia 12. Bom, seguindo a sugestão dos colegas, em que pese a ponderação do Marco, coloco para votação a questão da reunião extraordinária mundo. Qual a data que foi sugerida? Caio quem é apresentou a sugestão foi a Isabel, não é?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu não sugeri uma data, mas levando em conta que a gente está fazendo uma reunião em fevereiro e a próxima ordinária em abril, que seja em março.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode ser dia 24, na quarta-feira?

**Interlocutor não Identificado** – Sávio, eu só não sei por que a gente está colocando o prazo limite para a publicação dia 26, não é? Talvez alguns dias antes?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 22?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Dr. Sávio, Dr. Mateus e Caio também, como para uma reunião da mesa dia 11, 12, onde definiremos essa pauta, eu fico me perguntando assim, se nós anteciparmos muito, a gente pode ter dificuldade com aquele prazo de 5 dias, a gente envia isso para o gabinete da Ministra, ela envia o convite? Tem um trâmite administrativo aqui que precisa cumprir. Então eu vejo aí dia realmente março do dia 22, que já está apertado até o dia 23 ou 24, assim.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 19 não, que a uma cesta?

**Interlocutor não Identificado** – A minha sugestão é que seja no meio do mês, gente, a gente faz ali no dia 17 ou do dia 18, exatamente no meio do mês de março.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – De 17 fica bom, então? Porque nós temos um tempo para encaminhar e, enfim dia 17 pode ser?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – A definição de pauta será aqui na reunião? Porque aí a mesa diretora não tem que definir a pauta para cumprir aqueles cinco dias anteriores de enviar o convite e tal.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A reunião extraordinária, ela é chamada com um tema específico, então se a gente define que o tema é a discussão do processo seletivo do Comitê, essa pauta. No

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok, eu só estou preocupado, porque se a reunião da Mesa Diretora for dia 12, no dia 12 a 17 não dá para a mesa diretora definir a pauta e gerar o processo do convite, não dá os cinco dias antecedentes.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Então a gente faz no dia 19.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Perfeito, mas eu estou falando, dia 19 e dia 12, percebam, esse convite, se ele correr muito rápido, vai sair no dia 15, 15 para o 19 eu já perdi o prazo perante o Comitê de enviar com cinco dias de antecedência o convite.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu entendi o seu ponto, viu João, o administrativo eu entendi o seu ponto, realmente então teríamos que antecipar, inclusive o recebimento de subsídios, não é? Talvez a antecipar o recebimento de subsídios ali e talvez a reunião da mesa diretora, talvez mexer nesse primeiro caso, não é?

**Interlocutora não Identificada** – Com licença, só uma observação, Dr. Sávio e João, eu entendi o que o Caio quis dizer. A pauta, ela já está definida, ela vai ser a discussão do edital, então eu creio que não precisa alterar a data da reunião da mesa diretora, porque o teor da reunião extraordinária vai ser a discussão do edital que vai eleger a sociedade civil. Então a essa é a pauta, vai ser a pauta da extraordinária, eu creio que a mesa diretora vai apenas alinhar alguns pontos do edital para apresentar em plenário. Eu creio que isso não vai prejudicar o envio do convite e da pauta, eu acho que é isso que o João está preocupado e foi isso que o Caio quis dizer, não sei se fiz...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então o convite pode sair antes, independente da solução da mesa diretora, é isso?

**Interlocutora não Identificada** – É, porque como a extraordinária, a deliberação aqui já vai sair, o seu ponto de pauta já vai ser a discussão do edital de seleção, não define incluído mais nenhum ponto extra, a não ser a discussão do edital de eleição. Então a pauta já está definida, a mesa diretora não vai mais definir a pauta dessa reunião extraordinária. O plenário definiu agora, vocês apenas vão definir o edital. É isso, Caio?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, assim, quando a gente vota e decide por uma reunião extraordinária, a gente já define o tema, o tema dessa reunião extraordinária é o processo seletivo dos membros da sociedade civil no Comitê. Então essa é a pauta. A mesa diretora poderia sugerir a Ministra como essa pauta estaria montada, mas eu acho que é

também indispensável, tendo em vista, inclusive que muitas vezes a Ministra não acata as sugestões da mesa diretora na formulação da pauta. Então a minha gestão é que a gente vote aqui a realização de uma reunião extraordinária para discutir do processo seletivo. E é isso, esse encaminhamento vai, passa pela Mesa Diretora, pode ser feito por e-mail e vocês encaminham isso para o gabinete da Ministra para ela emitir o ofício convocando a reunião, se a reunião for feita...

**Interlocutor não Identificado** – Sávio. Desculpa Caio. A rigor, a rigor, pegando o gancho com o Caio, porque o que a gente precisaria depois, basicamente, seria o link da reunião, é algo muito singelo, é só o compromisso de enviar um link e a gente já manteria os dias 11 e 18 aqui 19, eu acho que ficou 19, não é?

**Interlocutor não Identificado** – Ok, Sávio, temos um encaminhamento. Podemos seguir. Concordo com os colegas.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, por favor, então. Por favor, então as datas. Pode repetir as datas antes da votação aqui? Prazo para apresentação dia 11; reunião da mesa diretora 12; reunião extraordinária dia 17 ou 19?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu entendi que é dia 19, considerando o e prazo de 5 dias.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 19 reunião da extraordinária. Então...

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Nós não vamos, deliberamos que esse prazo de cinco dias nós vamos a antecipá-los, devido a pausa pré-indicada. Eu concordo ser dia 19, que a gente também ganha uma semana para preparar os indicativos aí do que foi a mesa diretora e dos subsídios.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito então. Consignado isso em ata, passo para a votação da reunião extraordinária. Lembrando que, conforme foi colocado, esse é um ambiente, da extraordinária, vai se um ambiente para a gente debater e trazer algumas sugestões ou amadurecer algumas sugestões nessa publicação feita pelo ministério, está bem? Então votando. Luana, por favor, registro da votação da sociedade civil da reunião extraordinária.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Licença, Sávio. Não seria o caso da gente colocar a hora que vai ocorrer, de tal hora a tal hora?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Podemos manter o mesmo horário da ordinária aqui, o mesmo período, não é? O que vocês acham?

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – A reunião vai ser marcada, conforme a Resolução que define as reuniões mensais, que a gente acabou de referendar hoje.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok. Ela disse no mínimo 8h, a gente vai fazer uma extraordinária de no mínimo 8h? Eu entendo que não é necessário.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. É, pois é, eu acho que essa extraordinária poderia seguir esse modelo agora, Caio, eu acho que...

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Essa extraordinária...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que a

gente consegue, ainda mais que é para debater, a mesa diretora já vai trazer isso consolidado, então, como é pauta única, eu acho que até dificulta a participação dos membros do governo, conforme já alertado. Nós temos é reunião ordinária na sequência, então eu acho que poderíamos manter 4h de debate sobre...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, eu te entendo, Sávio, mas é que se nós marcarmos a reunião dessa forma, a gente vai estar contrariando a nossa própria Resolução.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aquela Resolução, ela trata de reuniões ordinárias e extraordinárias? Eu não cheguei a diferenciar.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Ela trata das reuniões no geral, eu acredito.

**Interlocutor não Identificado** – Caio, Caio, mas isso a gente poderia deliberar pelo plenário. Você acha que vai ter que ter mais de 4h? Eu estou na dúvida aqui.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Eu não sei dizer, essa reunião, ela não está sendo marcada para a gente definir formalmente o processo seletivo, mas está para a gente discutir os rumos do Comitê em relação à participação da sociedade civil, a gente está entendendo, a partir das discussões de hoje, que a gente está em vias de ter uma diminuição da participação popular nesse colegiado. Então, é para isso que serve essa reunião.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Eu entendo que a reunião fica marcada, eu entendo que a reunião começa, uma vez vencida a pauta, o plenário define no final da reunião sem nenhum problema. Eu acho que até de repente é bom terminar isso em 3h, então fiquem tranquilos, mantém tal qual sigamos o



critério. Que a tendência é que essa reunião vai ser breve, mais 3h, vai ser o medo de ser o dia inteiro.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, então vamos fazer, considerando a votação do... A ponderação do frei, vamos encaminhar a votação da extraordinária já no dia 19, iniciando pelo período da manhã, com a possibilidade de prorrogação no período da tarde, não é?

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Isso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Caso necessário.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Isso mesmo.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sávio e demais colegas.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Isabel, por favor.

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Teria alguma possibilidade da gente discutir outra data, 17 ou 18?

**Interlocutor não Identificado** – Isabel, então talvez 18, porque o que o João queria era um pouco de tempo, então talvez 18.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Acho que pode ser, não é?

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Pode ser?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – 18, não é? Para atender a colega Isabel. Podemos encaminhar nesse sentido? Lembrando que nós estamos com a pauta muito atrasada.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Ok, 18 eu concordo e só pontuando, que eu já pontuei isso, o plenário poderia delimitar o tempo desta e de fato se, como o Caio disse, aplicando a Resolução que acabou de ser reprovada de no mínimo 8h subsequentes, no dia 19 nós teríamos que fazer pela ou à tarde ou na segunda, então no dia 18, caso eventualmente aconteça isso, a gente tem como ajustar para o dia 19, mas eu entendo que daria para limitar 4h.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – É que não é obrigatório ser em dias diferentes.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sim, eu estou dizendo que pode ser que a gente... Vamos supor que não consiga terminar e precisa prorrogar para o dia seguinte, aí o dia 19 teria que ser segunda.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito. Então eu vou agora colocar em votação em aqui vou pedir para a Luana registrar os votos iniciando pela sociedade civil. Reunião dia 18 desse ano, as 8h30 finalizando no período do almoço, com a possibilidade de prorrogação, caso o tema não seja exaurido. Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Conselho federal da OAB.

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal de psicologia.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA?**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU?**

**Sr. Wanderson Pinheiro (MNU) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conectas) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS.**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO.**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Membros de governo. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Secretaria nacional de proteção global.**

Secretaria nacional de promoção da igualdade racial.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria de governo?

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – Secretaria de governo de acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria-Geral da Presidência da república. Ministério da justiça.

**Ministério da Justiça** – De acordo Ministério da Justiça.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da cidadania.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da saúde. Ministério da educação.

**Ministério da Educação** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da defesa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério das relações exteriores.

**Sr. Matheus Moreira (DDH/MRE)** – Também eu estou de acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Perfeito, então...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aproveitando, existe alguma divergência com relação ao calendário das reuniões ordinárias? Nós podemos já aproveitar que nós tivemos a unanimidade aqui, alguma divergência, podemos aprovar também por unanimidade as reuniões ordinárias, conforme proposto?

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio, o que eu e o colega Daniel do Mecanismo, eu tinha falado e colocado no Chat e o Daniel colocou no Chat também é que a gente está vendo que estão surgindo vários temas relevantes e os mandatos estão acabando, não é? Eu reiteraria o que eu coloquei de ter, além de março, abriu uma reunião em maio, que poderia também ser chamada, enfim a gente tem tempo para colocar lá, mas assim, eu não sei se tem alguma necessidade do governo, por exemplo, resolver isso agora, não sei, por uma questão financeira, organizacional, eu não sei. Mas me contemplaria, não sei os demais colegas aí do governo e da sociedade civil, a gente ter mais uma reunião em maio, porque a gente tem vários temas que estão patinando e a gente não está avançando.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, seria a sugestão de extraordinária, não é Mateus? É isso, não é?

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Eu acho que até uma extraordinária para a gente matar...

**Sr. Rodrigo (COADE)** – Você tem uma reunião no bolso para almoçar, se o Secretário Esequiel chegar e disser: Cadê o Rodrigo? Eu estou na reunião, mas eu vou descer para almoçar, está bom?

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Rodrigo, o seu áudio está aberto. Então, nessa linha, Sávio, uma reunião em maio talvez extraordinária para matar as várias questões que a gente ficou de ver aqui relacionadas ao mecanismo, não é? Ouvir no relatório novo, deliberar relatório antigo, enfim eu acho que seria fundamental. Não sei o que os demais colegas acham, mas eu acho que seria fundamental.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, como é uma extraordinária, eu gostaria de aprovar o calendário das reuniões ordinárias agora, se não tiver nenhuma ressalva dos colegas e a extraordinária, Matheus, como nós temos boas aí em um período curto, eu acho que a gente pode na próxima ordinária votar essa extraordinária, está bem? Nós temos ainda algumas coisas para vencer hoje, está bem? Podemos aprovar? Alguma ressalva do calendário ordinário? Bom, então sem ressalvas, aprovado esse calendário ordinário, conforme proposto pela Secretaria executiva. O próximo ponto de pauta é João Lança, 4.1, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – É 4.1, é, perdão, me ligaram aqui.

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Uma questão de ordem, ou gostaria de fazer uma sugestão.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, Andressa.

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – O ponto de pauta das comunidades terapêuticas que foi pedido vistas, já foi adiado para hoje, a gente está com um horário bem adiantado e a gente já não teve tempo de avançar nos debates na reunião passada. Eu gostaria de sugerir uma inversão e trazer isso para agora.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, lembrando aqui o que falta, mecanismo, uma reestruturação do mecanismo, a questão do 4.2 já foi debatido aqui, retorno de audiências de Custódia já foi debatida, presencial, garantia de vacinação para as pessoas privadas de liberdade, também pauta de mecanismo; retomada da análise dos encaminhamentos relativos à comunidade terapêutica, Minas Gerais; e tem um pedido da colega do Comitê estadual fazer um registro sobre o mecanismo estadual. Então já é 1h da tarde agora e nós temos ainda uma pauta um pouco extensa, não é? Alguma observação sobre essa inversão de pauta, contrária ou favorável? Se puder usar a palavra para fazer esse registro aí, por favor.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Aqui é o João da CGCT. Pergunto se o doutor Quirino teria disponibilidade aí neste momento de fazer...

**Interlocutor não Identificado** – Sávio só uma proposta, eu acho que não dá para fazer essa inversão de pauta agora, esse assunto é um assunto que vai gerar um debate muito grande e vai tomar um tempo muito grande, é complicado em razão do horário, esse é o meu posicionamento.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, mais



alguém?

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Olha, o próprio governo pediu vistas desse ponto de pauta anteriormente para ser discutido hoje, não é? Eu gostaria de registrar assim como inadmissível que a gente não faça a discussão, que esse ponto tem ficado em última análise e que a gente não tenha tempo mais uma vez para chegar no consenso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Andressa já até registro que o representante do governo, ele está pronto, ele trouxe já a manifestação dele. Essa pauta...

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só um pouquinho, Caio, já te passo a palavra, essa pauta foi definida na mesa diretora para a aprovação paritária. Então assim, a responsabilidade pelo andamento da pauta do horário previsto é de todos, ela não pode ficar apenas com a Coordenação e com a Presidência. Então nós temos que otimizar os nossos trabalhos para conseguir vencer a pauta, o que está hoje, o que nós temos...

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – Um breve registro.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só um momento para finalizar e já passo Caio e Henrique. Então ela foi aprovada hoje e nós estamos seguindo a sequência, para a gente alterar, a gente precisa desse entendimento dos colegas. Caio, por favor.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, eu só ia dizer que eu não me oponho a inversão de pauta, pela importância do

tema e que eu acredito que o encaminhamento, ele vai ser muito breve, nós temos um bloco de encaminhamentos que ficaram suspensos para ser votados, é uma série de encaminhamentos, está bem? E esses encaminhamentos só falta a gente votar sim ou não, essa votação ficou suspensa pelo pedido de vistas feito pelo Ministério da Cidadania. O meu ponto de vista é que a gente, o plenário sequer deve avaliar o relatório do representante do Ministério da Cidadania, porque não nos enviou no prazo o pedido de vistas, que é no prazo regimental de 30 dias. Então, na minha opinião, é que a gente inverta a pauta e que a gente passa direto para votar os requerimentos sem apreciar o relatório.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Perfeito. Agradeço, Caio, eu vou perguntar depois para Mecanismo se está de acordo com a inversão de pauta. Mas o Henrique, que pediu a palavra na sequência, por favor.

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – Não, só um breve esclarecimento...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O seu áudio está cortando, Henrique, eu acho que pode dar sequência?

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – Sim. Não, só um breve esclarecimento, que na mesa diretora o que foi acordado em situação paritária eram 2 dias, isso depois, unilateralmente pela Ministra, por falta de agenda aberta, teoricamente, sendo que ela nem apareceu também, então é irrelevante, cortou para um dia só, então foi de maneira unilateral. Um ponto que eu queria registrar, o segundo também já que o regimento foi desrespeitado, houve um pedido de vistas protelatório, que não votou no prazo, então, também eu acho, estou de acordo com o que o Caio falou para a gente votar os encaminhamentos hoje e tenho muito interesse em discutir os documentos do Ministério da Cidadania, eu acredito que eles devem ser circulados o mais rápido possível, eu preciso desses documentos. E, caso não seja discutido hoje, a gente já marca uma Reunião

Extraordinária para tratar disso, talvez junto com a outra, já que membros do governo acreditam que não dá 8h para tratar do edital, a gente junta os dois temas, então, já que estamos muito, muito, muito atrasados, não é? Na execução da política pública, que é de responsabilidade do Ministério e, sobretudo, da Ministra de maneira direta. Então, só isso que eu queria registrar, um abraço.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Não, perfeito, eu acho que não tem oposição sobre a inversão da pauta, primeiro tem que consultar se o Quirino está pronto para fazer a manifestação, não é? A previsão era 11h30, já 1h da tarde e também o mecanismo. Alguma oposição nessa inversão de pauta? Podemos processar, conforme solicitado pela colega Andressa?

**Interlocutor não Identificado** – Não, muito pelo contrário, eu entendo ser relevante também para o mecanismo e esse ponto depende de votação, diferentemente dos outros, diferente do nosso informe.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Consulto se o colega Quirino poderia apresentar algumas considerações com relação ao tema?

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Sem dúvida, estou à disposição.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Então, a palavra está com você.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Oh, Quirino, você consegue compartilhar a tela do texto?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou... Deixa ele fazer a leitura, oh Matheus...

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Eu imagino que sim, deixa eu dar uma checada aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir que, após a manifestação do colega Quirino, que compartilhe o texto com os colegas para uma análise mais aprofundada para os debates. Pode continuar na sua sustentação, Quirino, por favor.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Aqui próprio está escrito que eu estou impossibilitado de compartilhar a tela, que o host aqui me incapacita de compartilhar a tela. Tem como resolver isso, talvez?

**Interlocutor não Identificado** – Tenho, se quiser ler só fique à vontade, era mais para facilitar, mas te agradeço a atenção, cara.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Está bom. Então,...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só para o João Lança, se puder habilitar o Quirino para compartilhar, mas, se não for possível compartilhar agora, após a leitura, eu solicito a gentileza no encaminhamento do documento. Pode prosseguir, Quirino.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Então, vamos lá. Então, nós aqui na Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, diante da solicitação de vistas a essa questão, nós publicamente a nota técnica de número 02/2021. Ontem nós enviamos para a Secretaria do Comitê, enfim, não sei se chegou a ser compartilhado com vocês, mas, de qualquer maneira, eu vou ler. Só para fazer uma introdução inicialmente, nós produzimos essa nota técnica fazendo um contraponto entre a visita, os resultados da visita, do relatório apresentado pelo mecanismo e o relatório secundário à visita que foi realizada

aqui pelos nossos fiscais. Como os senhores têm informação, nós tínhamos já realizado uma visita para a fiscalização dessa comunidade terapêutica em Minas Gerais. Então, basicamente o que trata essa nota técnica é isso, então, nas primeiras páginas dessa nota técnica que os senhores terão acesso trazem os principais achados que foram colocados no relatório do mecanismo. Aí no 4º ponto, a partir do 4º ponto, então, a partir dessa nota técnica que eu vou ler aqui para os senhores, traz, então, a análise que nós fizemos na visita que foi realizada pelos nossos fiscais a essa comunidade terapêutica, visita essa realizada, inclusive antes, só para frisar aqui, antes da reunião que nós tivemos e por isso, então, que eu solicitei vistas ao processo para que nós pudéssemos fazer essa comparação, enfim, entre o que foi relatado pelo mecanismo e, na verdade, o que tinha sido relatado na visita que nós tínhamos realizado. Então esse estudo foi feito e que eu vou apresentar para os senhores a partir de agora. Uma outra questão que eu trago aqui para os senhores e que os senhores vão poder acesso, já não tiveram, é em relação às medidas que nós aqui da Secretaria tomamos em relação a essa comunidade terapêutica, a partir dos achados obtidos pela nossa equipe de fiscais que foram até essa entidade. Então, inicialmente, aqui enfim, a gente vai fazer uma introdução que eu vou ler para os senhores em relação às mudanças que aconteceram na Política Nacional Sobre Drogas e também na nova Lei de Drogas, a 13.840, que modificam, então, aspectos relacionados às comunidades terapêuticas dentro da Política pública de drogas no Brasil. Então aqui no item 4.1, eu vou começar a ler para os senhores. Inicialmente, antes de analisar as irregularidades apontadas no relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e os achados recorrentes da ação de fiscalização realizada no âmbito do Ministério da Cidadania, é importante trazer algumas informações sobre a gestão da política pública nacional sobre drogas. Em 2019, com a nova gestão do governo Federal, a Política Nacional Sobre Drogas, que até então estava a cargo exclusivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi desdobrada com a segregação em dois grandes Campos de atuação, permanecendo no Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas a responsabilidade pela gestão da

política voltada à redução de oferta de drogas. Enquanto as ações direcionadas à redução de demanda de drogas, foram cometidas ao Ministério da Cidadania por meio da recém criada Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. E aqui, enfim, basicamente o que eu trago, enfim, eu não vou ler todo o texto, é que houve mudanças, incluindo as comunidades terapêuticas como sendo serviços que fazem parte da rede de Assistência às pessoas com dependência química no âmbito do SISNAD, que é o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, isso por meio de um Decreto presencial, Decreto 9761, publicado em abril de 2019. E falo também aqui da nova Lei de Drogas, a 13.840, que passa, então, a ter uma sessão específica, a seção de número 6 que trata da regulamentação das comunidades terapêuticas como serviços de acolhimento para recuperação de dependentes químicos no Brasil. Aqui também nessa parte introdutória há a menção à Resolução do CONADE nº 1/2015, que é o Marco Regulatório das Comunidades Terapêuticas, também a Resolução da ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 29/2011, todas elas colocam como as comunidades terapêuticas, então, devem funcionar e colocam as comunidades terapêuticas, todas essas normativas como entidades que fazem parte do acolhimento de pessoas com dependência química no Brasil. A gente também coloca aqui que a Resolução número 1/2015 do CONADE foi bastante importante, porque ela colocou a necessidade de nós termos uma regulamentação específica para o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas, de modo que a Resolução nº 3 do CONADE, publicada ano passado, em 2020, veio ocupar esse ato normativo que nós tínhamos até então. Ou seja, então hoje, só para ficar claro, as comunidades terapêuticas funcionam dentro de uma segurança jurídica, que é dada por normativas publicadas desde de 2011, vigentes hoje no país. A gente tem normativa sanitária da ANVISA, RDC 29, temos normativas da Política Nacional Sobre Drogas, o Decreto 9761, temos a Nova Lei de Drogas, a 13.840, nós temos Resoluções do CONADE, a Resolução número 1/2015, que é o marco regulatório para essas entidades e a Resolução nº 3 do CONADE, do CONADE que normatiza o acolhimento especificamente dos adolescentes nessas entidades. Então todas as questões, então, são colocadas e aí agora a gente vai trazer para

vocês, então, esse comparativo que nós fizemos esse estudo das duas avaliações do mecanismo e dos nossos fiscais e também nós vamos colocar aqui quais as medidas que foram tomadas pelo governo federal, pela nossa Secretaria em relação aos achados que nós obtivemos na entidade, quais os encaminhamentos que foram realizados e também a nossa posição em relação a uma questão que nós achamos bastante importante, que traz o relatório do mecanismo, que a partir de achados de uma única entidade é a busca de tentar se generalizar isso e a partir disso, então, colocar como proposta uma decisão do Comitê em favor da revogação da Resolução nº 3 do CONADE, do ano passado, de 2020, que passa a permitir e regulamentar o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas. Então dando sequência aqui, na página de nº 7, então já pulamos todo esse texto, mas agora eu vou passar a ler aqui para os senhores. Então feitas essas questões introdutórias, nós vamos, então, para as questões relativas à inspeção que nós fizemos na comunidade terapêutica de Itamonte. Então infraestrutura e insumos básicos. Quando a inspeção realizada pela SENAPRED verificou-se que a unidade, sob o ponto de vista das exigências de natureza estrutural, apresenta condições para a realização de acolhimentos de adolescentes, conforme previsto na Resolução ANVISA 29/2011, que regulamenta aqui o acolhimento de pessoas em comunidades terapêuticas. A entidade, de acordo com a nossa visita, dispunha de alojamentos e banheiros em número adequado para o número de vagas, além de refeitório, cozinha e local apropriado para o armazenamento de alimentos, espaços destinados ao lazer e aprendizagem. Sobre o relato de alimentos fora do prazo de validade, cumpre ressaltar que não foi constatada, na nossa fiscalização, peça de regularidade. Ainda sobre a estrutura, em que pese a apresentação de boas condições gerais, foi constatado que alguns colchões não apresentavam condições satisfatórias com solicitação de imediata substituição, o que foi posteriormente providenciado pela entidade. No que concerne à alimentação, verificou-se, conforme relato dos acolhidos, que não há oferta diária de proteínas, não há, porém, outras questões a serem apontadas, no que diz respeito a oferta de alimentação aos acolhidos. Então aqui são as considerações feitas pela nossa equipe, no que diz respeito a

infraestrutura e insumos básicos. No que diz respeito aos aspectos institucionais, segue o texto. Ao contrário do exposto pelo mecanismo, não se constatou que a instituição possuía natureza Asilar com afastamento dos acolhidos do convívio social. Não há que se falar em alijamento do convívio social, pelo contrário, o modelo terapêutico das comunidades terapêuticas visa justamente a oferta de cuidados em ambiente livre de drogas, propício à formação de vínculos pela convivência entre os pares. Dentre as irregularidades, o mecanismo aduz que a comunidade terapêutica não traz qualquer abordagem baseada na redução de danos. Tal conclusão, porém, demonstra total desconhecimento do modelo terapêutico utilizado pelas comunidades terapêuticas ou negação absoluta da sua utilidade e eficácia. O acolhimento da comunidade terapêutica caracteriza-se, principalmente, pela oferta de projetos terapêuticos, que visam a promoção e manutenção da abstinência, e por fim, a reinserção social do usuário e dependentes de substâncias psicoativas. O acolhimento da comunidade terapêutica, bem como os seus métodos de trabalho, visa a recuperação plena do acolhido. Então essas são as considerações relacionadas aos aspectos de institucionais e as divergências, então, de posições, entre o mecanismo e as normativas referentes que nós temos e que normativa as comunidades terapêuticas e também dão novos rumos da política nacional sobre drogas no país. Em relação ao aspecto de pessoal, então os fiscais da SENAPRED atestaram que a instituição conta com 2 psicólogos, que realizam o atendimento uma vez por semana em grupo e individual por demanda, uma Assistente Social, que atende uma vez por semana, um enfermeiro e uma técnica de enfermagem, as quais prestam atendimento 3 vezes por semana, terça, quarta e sexta. No que se refere à capacitação, pelos documentos apresentados, verificou-se que não havia um processo contínuo de treinamento, capacitação dos profissionais que prestam atendimento aos adolescentes. Então, essa equipe profissional está adequada para essa realidade de atendimento. No que diz respeito à rotina da entidade, sobre a rotina evidenciou-se que havia fixação de cronograma de atividades diárias em local visível com o estabelecimento de horários destinados à alimentação, cuidados, lazer, atividades escolares, além de práticas religiosas.



Sobre o recolhimento nos quartos, tal fato será abordado quando da análise sobre penalidade e castigos. Então esses pontos nós retomaremos quando tratarmos, então, dessa questão. No que diz respeito ao resgate foi colocado, esse também foi uma questão que foi avaliada na nossa visita, não se verificou qualquer prática denominada resgate durante a fiscalização, sobre fugas, alguns adolescentes relataram a ocorrência, contudo, não houve informação de, nesses casos, ter ocorrido retorno forçado ou providenciado pela comunidade terapêutica. Ressalta-se que, com relação aos adolescentes, cuja vagas são financiadas pelo governo federal, não houve qualquer informação sobre fuga ou manutenção do acolhimento contra a vontade. Sobre o uso da força e as penalidades, então nesse aspecto a gente também trata nessa nota técnica, eu vou começar a ler aos senhores agora. Em entrevista realizada com os acolhidos sempre abordada a virtual ocorrência de castigos ou violências físicas e humorais. No caso em tela, não se evidenciou ocorrência de agressões físicas impingidas aos adolescentes por parte da comunidade terapêutica. Por outro lado, os próprios acolhidos relatam a existência de agressões mútuas em virtude de brigas. Sobre o adolescente com ferimento nas costas, citado no relatório do mecanismo, restou claro no próprio relatório que o ferimento ocorreu em outra entidade localizada no município de Divinópolis. Com relação a castigos impostos, os fiscais da SENAPRED constataram a ocorrência de punição deliberada consistente no isolamento de adolescentes no quarto, em virtude da recusa em participar de atividade religiosa desenvolvida na entidade. Tal fato reveste de alta gravidade e não coaduna com os propósitos dos acolhimentos, tão pouco com as normas que regulam as comunidades terapêuticas no país, apresenta, de igual modo, infração à liberdade religiosa, já que a aplicada em face da não participação de culto religioso. Ressalta-se que não se nega a importância do desenvolvimento da espiritualidade no modelo das comunidades terapêuticas, todavia, há que ser respeitada a individualidade e a liberdade de credo. Sobre o controle de medicamentos, apesar da constatação de necessidade de melhora no controle no âmbito da entidade, não foi verificada a administração de medicação sem necessidade ou mesmo com o objetivo de contenção dos acolhidos. Então, aqui nós temos 2 aspectos em

relação à questão das penalidades e também em relação à questão do uso de medicação para a sedação de acolhidos. No que diz respeito aos cuidados em saúde, então nós começamos o texto assim: Nesse ponto restou assente que a entidade possui boa interlocução com a rede de saúde municipal, havendo mecanismo de encaminhamento na hipótese de eventual intercorrência clínica decorrente ou associada ao uso ou privação de substâncias psicoativas, como também para os casos em que apresentarem outros agravos à saúde. A comunidade terapêutica conta com o veículo para tanto, sendo relatado pelos acolhidos a inexistência de qualquer cobrança nesses casos de transferência para a avaliação em saúde e em outras, em outros serviços de base comunitária. No que diz respeito ao trabalho e a Laborterapia, conforme se denota do relatório do mecanismo, a prática de atividades rotineiras pelos acolhidos, a Laborterapia, estratégia seria de uma burla à legislação, já que os acolhidos seriam obrigados a o trabalho eximindo a entidades da remuneração de pessoal para tais tarefas. A fiscalização, entretanto, realizada pela SENAPRED não se verificou ocorrência de qualquer tipo de trabalho forçado. É sabido que a Laborterapia é utilizada na metodologia adotada nas comunidades terapêuticas, tendo a execução das tarefas significado terapêutica, visando ao desenvolvimento e autonomia, alta responsabilidade, bem como a importância do seu papel na comunidade e na sociedade. Além disso, trabalho também utilizado no modelo das comunidades terapêuticas com finalidade de capacitação profissional, visando a inserção social do acolhido. O outro tópico abordado, contato com o mundo exterior, o texto diz o seguinte: Nesse aspecto, não foi verificada, na entidade, qualquer prática que destoe do modelo terapêutico preconizado para as comunidades terapêuticas. Os adolescentes afirmaram que as vistas, que as visitas dos familiares que ocorrem em periodicidade semanal, aos finais de semana. Informam ainda os acolhidos que, em razão da situação de pandemia, houve a suspensão temporária das visitas, mas quando a fiscalização pela SENAPRED estava acontecendo, porém, em menor frequência em regime de escalas. As ligações de igual modo são realizadas aos finais de semana, com duração de 10 minutos, podendo ocorrer por vídeo. Não foi observada qualquer quebra de privacidade nessas ligações. Um

outro ponto abordado sobre repasse de recurso público, como afirmado anteriormente, como a terapêutica Centro de Recuperação Algo e Drogas Desafio Jovem Maanaim, projeto Vida Movimento para a Recuperação Humana, é beneficiária de recursos públicos, em virtude da celebração de contrato para a prestação de serviços de acolhimento. Inclusive, por tal circunstância, o repasse de recursos públicos foi realizado a fiscalização, com posterior a abertura de processos administrativos, que culminou no encerramento do contrato, aplicação de penalidades multa e registro de penalidade imposta a entidade no SICAF. Recomendações a autoridades competentes: Como dito, após a conclusão, o relatório do mecanismo faz uma série de recomendações a órgãos públicos, associações de Conselho de classes, exortando a imediata tomada de providências, principalmente, a interdição da entidade desinstitucionalização de todos os adolescentes, internados e a proibição de novas internações. Cumpre, no entanto, sempre sublinhar que é estritamente vedada por Lei a utilização de qualquer espécie de internação em comunidades terapêuticas, não sendo, ademais, rememorar que internação somente é possível em equipamentos de saúde. Esse esclarecimento é importante nesse tópico quando discutimos comunidades terapêuticas. Cita-se que a SENAPRED não constatou qualquer tipo de internação na comunidade terapêutica fiscalizada, quando da realização da fiscalização pela SENAPRED, são realizadas entrevistas coletivas e individuais, visando captar as percepções dos acolhidos, bem como oportunidade para eventuais queixas, reclamações ou mesmo denúncias de eventuais violações. Cita-se que com relação aos acolhidos e ocupantes das vagas financiadas pelo governo federal, foi certificado que nenhum acolhimento ocorria contrariamente à sua vontade. Na Resolução CONADE nº 3/2020, é um ponto importante, porque o relatório do mecanismo coloca a necessidade então por conta dessa fiscalização a suspensão, a extinção dessa Resolução do CONADE, então nós fizemos uma parte específica tratando dessa questão. Ainda no bojo das recomendações feitas pelo mecanismo, chama a atenção a conclamação para a atuação de vários órgãos para a revogação da Resolução CONADE de número 3/2020, que regulamenta no âmbito do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas, o

SISNAD, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas. Resta inequívoco, pois, que o mecanismo, ao que parece ancorado em conceitos prévios, subjetivos e com o viés ideológico a partir de um problema pontual, lança mão de subterfúgio para atacar a norma que permite o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas. Sobreleva pontuar que a Resolução CONADE 3/2020 vem suprir a lacuna existente no âmbito do SISNAD e aqui a gente retomar aquela questão já colocado anteriormente da Resolução CONADE número 1, que é o Marco Regulatório das comunidades terapêuticas. Então, a Resolução CONADE número 1/2015, que regulamenta no âmbito do SISNAD as entidades que realizam o acolhimento de pessoas em caráter voluntário, aí problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substâncias psicoativas, caracterizada como comunidades terapêuticas, dispõe em seu artigo 29. Então o que dispõe ali no artigo 29 na Resolução nº 1 do CONADE? "O CONADE deverá fomentar o fortalecimento da rede de cuidados e tratamento para adolescentes e editar, no âmbito da sua competência, normas próprias sobre a matéria no prazo de até 12 meses da data da publicação desta Resolução." Que acabou acontecendo, que houve uma inoperância do CONADE para fazer isso e foi o que nós fizemos, então, em 2020. Não se pode olvidar ainda que essa Resolução propicia a oferta de cuidados e tratamento, com o fortalecimento da rede de suporte social aos adolescentes, usuários e dependentes de álcool e outras drogas, sem exclusão de outros equipamentos. Então uma outra questão importante, a Resolução do CONADE e as ações do governo federal, em nenhum momento excluí de outros equipamentos, diferente de políticas públicas anteriores que eram exclusivas, restritivas e preconceituosas e excluía sim políticas anteriores do governo federal a possibilidade do tratamento de pessoas com dependência química em locais, como, por exemplo, comunidades terapêuticas. A partir da nova política nacional sobre drogas, houve a criação de uma rede assistencial composta por uma série de órgãos, uma série de serviços que buscam ofertar, de acordo com as necessidades das pessoas, tratamento, cuidado e assistência. Então, para ficar muito claro aqui o que nenhuma ação do

governo federal e muito claro aqui também que as normativas que estão sendo construídas hoje no Brasil não colocam as comunidades terapêuticas como serviços únicos e exclusivos para tratamento dos adolescentes, eles fazem parte de uma rede assistencial. Voltando e ao texto, é fato que o curso de drogas, a qualidade é uma preocupação de ordem mundial. Segundo o relatório mundial sobre drogas de 2018 do escritório da organização das nações unidas sobre drogas e crimes, a UNODC, entre 2000 e 2015 para constatado um crescimento de 60% do número de mortos diretamente decorrente do uso de drogas. Com relação à população jovem, percebe-se que a iniciação tem se dado cada vez mais precoce, devendo ser destacado que, pela situação peculiar desse público específico, sobretudo, no desenvolvimento psicossocial o uso de drogas é ainda mais deletério. Além disso, convém afirmar sempre dos problemas decorrentes do uso de drogas ultrapassam a seara do indivíduo irradiando para o seu entorno alcançando, por fim, toda a coletividade. Registra-se que o CONADE é formado por representantes dos ministérios da justiça, segurança pública, cidadania, Casa Civil, educação, saúde, mulher, família e direitos humanos, defesa, relações exteriores e economia, além de representantes do gabinete de segurança institucional da Presidência da república, da Secretaria nacional de política sobre drogas, da Secretaria nacional de cuidados e prevenção às drogas, da agência nacional de vigilância sanitária, ANVISA, dos órgãos estaduais de política sobre drogas, dos Conselhos estaduais de política sobre drogas, sendo imperioso acentuar que a norma em questão foi aprovada por unanimidade pelo colegiado. Ademais, a Resolução do CONADE, foi construída em conjunto com a instância competente da política pública para adolescente com a efetiva participação da Secretaria nacional dos direitos da criança e do adolescente, do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Nesse processo houve trabalho em parceria com a Secretaria nacional de cuidados e prevenção às drogas, SENAPRED, do nosso ministério, do Ministério da Cidadania. A Resolução CONADE número 3/2020, portanto, atende aos requisitos legais e normativos, especialmente o estatuto da criança e do adolescente, o ECA, e a política nacional sobre drogas, sendo imperiosa para suprir uma lacuna na legislação, além de

oferecer mais uma possibilidade de tratamento aos adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas. Acrescenta-se, por derradeiro, que o referido ato normativo não cria qualquer exclusividade para a abordagem ou problema do uso de drogas entre adolescentes, pelo contrário, permite oferecimento de mais uma estratégia e prever, inclusive a necessidade de articulação com os demais equipamentos da rede de saúde e Assistência Social, coisa que o mecanismo, então, deveria ter identificado antes de fazer essa proposta totalmente descabida. É inaceitável que posições e ideologicamente orientadas e conceitos completamente obtusos e preconceituosos, destoantes e desconectados da realidade levem desassistência a parcela importante de nossa população, causando dor e sofrimento para adolescentes vulneráveis...

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Presidente meia hora.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aguarda só um momento, Matheus.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Matheus, não, não aqui.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, continue, Dr. Quirino.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – O senhor quer ouvir ou o senhor não quer ouvir? O senhor está aberto ao debate ou não está?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Oh, Dr. Quirino, por favor...

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Você está a meia hora falando, temos que escutar.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, continue no seu voto, por favor. Matheus...

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Muito obrigado, Presidente, pela sua posição democrática, muito obrigado. É inaceitável que posições e ideologicamente orientadas e conceitos completamente obtusos e preconceituosos, destoantes e desconectados da realidade levem desassistência a parcela importante de nossa população, causando dor e sofrimento em para adolescentes vulneráveis, bem como aos seus familiares e a todo o conjunto social. Não se pode privar os adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas o direito ao acolhimento em comunidades terapêuticas. Não se pode pactuar com essa violação de direito. Em relação, então, as providências adotadas pela SENAPRED, diante da fiscalização que foi realizada na entidade, segue o texto. Como já disposto, em face de fiscalização realizada e da constatação de irregularidades o conseqüente legal, foi deportado para do, no âmbito da SENAPRED, processo administrativo para apuração de eventual descumprimento de regra contratual ou normativa pela comunidade terapêutica. E, tendo em vista a natureza das irregularidades, sopesada ainda a premência do fim da vigência do contrato 76/2018, que permite, então, repasse de recursos do governo federal para essa entidade, optou-se pelo encerramento do mesmo, sem prejuízo da continuidade do processo administrativo, que ao final respeitado e ampla defesa redundou na devolução de recurso utilizado indevidamente pela entidade na cobrança de vagas, na aplicação de multa de 5% sobre o valor do contrato e no registro da penalidade do sistema de cadastramento unificado de fornecedores, o SICAF. Acresça-se, por oportuno, apresentação de recurso pela contratada, o qual encontra-se em apreciação no âmbito do gabinete da Secretaria especial de desenvolvimento social do Ministério da Cidadania. Como conclusão, então, desse documento, ante todo o exposto, resta claro que todos os pontos

abordados pelo relatório do mecanismo nacional de prevenção de combate à tortura foram, de igual modo, objeto de apuração quando da realização de fiscalização realizada pela Secretaria nacional de cuidado de prevenção às drogas, a SENAPRED, sendo que muitas das irregularidades apontadas pelo mecanismo não foram constatadas pelos fiscais da nossa Secretaria. Não se desconhece a importância do trabalho realizado pelo mecanismo, porém, no presente caso, como exposto acima, o relatório revela um conceito prévio, a certo um trabalho realizado comunidades terapêuticas, sendo manifesta a sua posição contrária ao modelo terapêutico em foco. Resta igualmente indiscutível a proposital ou não confusão de conceitos, sobretudo, com relação a identificação do modelo de acolhimento, como sendo uma internação e a caracterização das comunidades terapêuticas como equipamento de saúde. Não obstante, o fato mais preocupante e que por isso mesmo merece o devido rechaço diz respeito a tentativa subliminar de revogação da Resolução CONADE número 3/2020, na medida em que, com base em fato isolado, busca a vulneração de norma orientadora de política pública. Não resta dúvida que tal tentativa está inserida no contexto maior do movimento daqueles que não admitem a alteração da política nacional sobre drogas, ocorrida nos últimos anos, remanescendo presos a normas e conceitos a muito ultrapassados, os quais ocorreram nas últimas décadas para a inércia complacente de sucessivos governos, diante do aumento exponencial do consumo de álcool e outras drogas da população jovem e adolescente, com conseqüências como: A evasão escolar, cumprimento de laços familiares, a vida em situação de rua nas denominadas Cracolândias, o cometimento de crimes violentos e a perda da vida por suicídio. Portanto, circunscritas as irregularidades verificadas nas comunidades terapêuticas, centro de recuperação álcool e outras drogas, Desafio Jovem Maanaim, Projeto Vida, Movimento para Recuperação Humana, cumpre a afirmar que houve pronta a atuação da SENAPRED, da nossa Secretaria do governo federal da qual resultou na devolução de recursos utilizados indevidamente pela entidade na cobrança de vagas, na aplicação de multas de 5% sobre o valor do contrato e no registro da penalidade no sistema de cadastramento unificado de fornecedores, o SICAF, não podendo estarem as



irregularidades isoladas, repita-se, seriam utilizadas como pretexto para reivindicar a revogação da Resolução CONADE número 3/2020, que regulamenta o acolhimento de adolescentes e comunidades terapêuticas. Esse daqui, então, é a Nota Técnica número 2/2021, que eu trago aos senhores, encaminhada ontem, então, para o Comitê a partir da fiscalização realizada pela nossa Secretaria, a comunidade terapêutica localizada no município de Itamonte, em Minas Gerais. Essa nota também traz as medidas tomadas, diante de irregularidades que lá foram encontradas e também uma posição muito clara da nossa Secretaria, no que diz respeito à tentativa por parte do mecanismo e de algumas pessoas que se encontram no Comitê de tentar se valer de uma realidade específica para generalizar e com isso buscar fazer, tirar de vigência uma normativa tão importante, como a Resolução nº 3 do CONADE de 2020, que permite a possibilidade de acolhimento em comunidades terapêuticas para adolescentes. Acolhimento esse voluntário e que também precisa ter o acordo, o assentimento das famílias. Então, era isso que eu gostaria de apresentar, Presidente, mais uma vez, agradeço aqui pela sua postura democráticas. Eu fiquei aqui das 8 h30 da manhã até as 1h da tarde ouvindo todo tipo de conversa. E eu gostaria muito, enfim, gostei muito de ter podido apresentar esse relatório. Em nenhum momento aqui eu desqualifiquei, por mais absurda que possa ter sido algum dos comentários e conversas colocada por membros desse Comitê, em nenhum momento me expressei em relação a isso. Então, então acho que dá a palavra, dar o direito ao contraditório, a posições diferentes é muito importante na democracia, eu gostaria que isso daqui fosse sempre uma norma deste Comitê. Muito obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agradeço, Quirino, a manifestação, o voto detalhado, é uma situação importante, é um caso importante que nós temos essa previsão de relatoria no colegiado. Então eu vou pedir que conste como anexo da ata dessa reunião essa manifestação sistematizada e detalhada. Nós sempre pautamos esse Comitê aqui pelo uso da palavra de todos, é lógico que em algumas situações, por exemplo, nossa ata...

Nossa pauta está muito atrasada, mas em algumas situações a gente tenta pedir uma objetividade dos colegas, não é? Mas nunca cansamos aqui o direito a voz, não é? Porque nós temos até alguns convidados permanentes que tem apenas o direito a voz, não tenha voto, mas esse direito a voz sempre foi muito respeitado e considerado aqui para a evolução do Comitê. Então, eu vou abrir agora, sem maiores delongas. Tem algumas inscrições, o assunto é técnico, é um assunto importante. Eu entendo o que os colegas colocaram aqui da necessidade de compartilhar esse documento para uma análise mais detalhada, isso foi feito aqui. Já peço também para a Coordenação administrativa subir esse documento lá para o nosso Drive do Google para análise mais detalhada, quem não acessar por aqui, está bem? Mas já adianto que nós não vamos exaurir essa questão hoje, é uma questão muito complexa, é uma questão sensível. E já vou abrir a palavra agora na sequência aqui do pedido de inscrição, me parece, salvo engano aqui, Esequiel é o primeiro pedido de inscrição. Por favor, Esequiel.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Bom, primeiramente, eu quero parabenizar o trabalho do Quirino pela excelente nota técnica que foi elaborada. Eu entendo que realmente falou muito daquilo também que vale pensar acerca dessa situação. Gente, eu faço aqui um certo desabado em relação a essa temática, por já ter sido diretor de comunidade terapêutica e entender que a postura, e eu falo com muito respeito, respeito muito os membros do mecanismo, mas a postura de alguns membros do mecanismo, ele sempre foi, desde o início eu acompanho o mecanismo desde a sua, do seu início, sempre foi contrária às comunidades terapêuticas. Então essa postura, ao contrário das comunidades terapêuticas, me preocupa muito, me preocupa muito, porque isso vai gerar um problema muito sério. Nós temos uma deficiência no Brasil de comunidade terapêutica pública e nós temos aí esse trabalho sendo suprido, sendo realizado pela sociedade civil. Agora, o que mais me espanta é que geralmente os membros do Comitê são pessoas que vieram de organizações da sociedade civil e lutam contra a própria sociedade civil, lutando para que se fechem os trabalhos que são criados pela sociedade civil, é uma luta contra a própria sociedade civil. Eu vejo

essa situação, essa postura de alguns membros do mecanismo nacional como uma afronta ao estado democrático de direito e a participação do artigo 204 da constituição da sociedade civil nas políticas públicas. Então, eu vejo isso como um ataque realmente, porque se fosse pela, por alguns membros do mecanismo todas as comunidades terapêuticas já teriam fechado desde o início que iniciou os trabalhos do mecanismo nacional, porque eu já vi vários relatórios desse tipo. Isso não é aceitável, eu quero me posicionar, é um desabafo posicionar contra a essa atitude de alguns membros, nós precisamos da sociedade civil ao nosso lado, nós precisamos das comunidades terapêuticas, nós precisamos sim, claro, corrigir os erros, ocorrem erros, como ocorre em qualquer local. Agora, se fôssemos fechar todas as comunidades terapêuticas, como tem sido feito nos relatórios do mecanismo, nós teríamos que fechar todos os presídios, todas as unidades socioeducativas. Então, fechamos todas e eu creio que esse é o caminho. Então, por favor, eu quero parabenizar o Quirino pela colocação, pela nota técnica e dizer: Olha, isso tem que melhor pensado, porque nós estamos lutando contra a sociedade civil. Muito obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir... Obrigado, Esequiel pela manifestação, compartilhar essa sua visão do sistema. Eu vou pedir para o João me auxiliar aqui com as inscrições, pelo que eu estou vendo aqui a próxima é a Cândida e depois a Andressa e vejo também aqui o frei Davi inscrito. Seria isso, não é?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Cândida, Andressa, frei Davi e Henrique Conectas.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito, então. Vamos. Cândida, por favor.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Pelo adiantado da hora, eu sugeriria que a gente encaminhasse para a votação agora

que já foi feito o relato apresentado tardiamente, que era para ter enviado para a gente com 30 dias, apesar disso, o Quirino teve a sua fala aí garantida, independente de qualquer coisa. E eu sugeriria que, como os encaminhamentos foram suspensos para que fosse apresentado esse relatório, que a gente retornasse de acordo com o nosso regimento interno e colocasse para votação os encaminhamentos que ficaram em suspenso.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, eu agradeço, Cândida. Andressa, não é, na sequência? Por favor, Andressa.

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA)** – Não, eu me sinto contemplada já com a colocação da Cândida, eu acho que não tem mais nada a ser colocado, ele já fez a apresentação e nós temos propostas de encaminhamentos desde a reunião passada.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, agradeço, Andressa. Na sequência, então, frei Davi.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Bem, primeiro ponto solicito que o que eu escrevi aí no Chat seja garantido que vá para ata dessa reunião.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Frei, desculpe interrompê-lo, vou pedir para você fazer uma pequena síntese, porque isso vai para a Degravação, o Chat nem tudo entra. Então, se puder fazer uma pequena síntese, para efeito de registro na ata.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Fazendo... O que eu escrevi aqui no Chat foi o seguinte, é muito estranho esse ministério não ter esse cuidado. Qual cuidado? Enviar antes esse parecer paralelo para que todos pudéssemos ter acesso e viéssemos para cá com bastante tranquilidade e avaliação. Preciso

desse documento, eu preciso do documento hoje ainda nos nossos e-mails, pois a Educafro faz questão de colocar os 2 documentos, esse, do mecanismo no jornal, na íntegra, e com os comentários para a sociedade debater o que está acontecendo no Brasil. Queremos que a sociedade tenha acesso aos 2 relatórios. Fere a boa prática da administração pública essa postura de vocês agora permitir que o nosso irmão Quirino faça isso sem cumprir toda a prática e tudo aquilo que é definido previamente. E solicito que esse comentário da Educafro, que acabei de falar, de ler agora também, seja colocado na ata. E a segunda questão é, estamos também 100% de acordo com a companheira Cândida e solicitamos que vá para a frente agora ata, ou melhor, a pauta.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, agradeço, Frei. Dr. Quirino, eu não vi nenhuma classificação no documento, o documento é ostensivo, não é? Foi compartilhado aqui com os colegas, então não existe nenhuma restrição de acesso a esse documento, conforme os termos da Lei de acesso à informação, correto? É esse o entendimento?

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Perfeitamente, Presidente.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, perfeito, então. O documento já foi compartilhado com os colegas para a análise e, enfim eventuais encaminhamentos. Então, como não temos mais inscrição, a Cândida sugeriu... Tem mais alguma inscrição? Perdão.

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – O Henrique do Conectas.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O Henrique? Ah, desculpe, por favor, Henrique.

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – Não, bem rapidamente, só para também partirmos para os encaminhamentos, só realmente parabenizar o trabalho do Mecanismo e ressaltar a importância da existência do mecanismo no Brasil, porque, sobretudo, para esses locais descentralizados e particulares que recebem financiamento público, porque, com todo esse arcabouço legal, todo esse investimento que foi construído e bem delimitado na nota técnica, somente com visita do mecanismo é que foram constatadas as irregularidades que levaram também a finalmente haver uma visita de fiscalização pela própria Secretaria que faz o investimento. E que aí resultou, tudo bem a discordâncias...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Henrique o seu áudio foi interrompido, Henrique, se puder continuar na sua manifestação. Eu acho que o Henrique perdeu a conexão. Você nos desculpa, Henrique? Bom, então vamos prosseguir, então, se o Henrique retomar aqui a gente... A gente abre a palavra para ele de novo. A Cândida sugeriu, então, o encaminhamento de votação. Qual seria o encaminhamento, Cândida, por favor?

**Sr. João Lança (Coordenador de Combate à Tortura)** – Sávio, Sávio, os encaminhamentos...

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – É retomar os encaminhamentos que foram suspensos na última reunião, que é esse o nosso procedimento.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, o Caio está inscrito, Caio?

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Eu acho que é a mesma coisa que ele está dizendo.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Não, eu só quero colocar que os encaminhamentos suspensos, eu os digitei aqui no Chat.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – Então, para termos de Degração, eu posso lê-los.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Passa essa gentileza, por favor, Caio, para a gente encaminhar a votação.

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade)** – São os seguintes encaminhamentos que foram suspensos pelo pedido de vistas, está bem? "Encaminhamento: Que o Comitê encampe as recomendações realizadas pelo mecanismo no final do seu relatório. Se necessário, com a criação de um grupo de trabalho para executar as ações ali propostas, como fiscalização de recursos etc. E são as seguintes recomendações do mecanismo: 1) Fiscalizar a aplicação dos recursos públicos destinados para as comunidades terapêuticas. Apresentar relatório sobre a execução desses repasses frente ao trabalho desenvolvido dessas entidades, bem como a inspecionadas. E, conforme este relatório, apresenta práticas de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumano ou degradantes. E o seguinte encaminhamento: Apurar situações de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes apresentados no presente relatório. Segue o próximo encaminhamento: Encaminhar ofício às autoridades do Executivo municipais e estaduais, bem como ao ministério público, Defensoria Pública para que informem quais medidas serão adotadas para interromper as violações anunciadas no relatório do mecanismo. Seguinte: Conforme o relatório apresentado pelo mecanismo, que apresenta práticas de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, solicitamos esclarecimento ao SENAD e Ministério da Saúde da

aplicação dos recursos destinados a essa entidade, apresentando relatórios sobre a execução desses repasses das entidades. Encaminhamento seguinte: Publicar uma Resolução que vede atendimento de criança e adolescentes em comunidades terapêuticas. E o último: Conforme o relatório, recomendamos que o Ministério da Cidadania, a Secretaria especial de desenvolvimento social e a Secretaria nacional de cuidados e prevenção às drogas suspenda repasse de recursos para a referida entidade."

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Caio. São 5 encaminhamentos então pelo que foi colocado aqui? Nós vamos ter que votá-los de forma separada, não é? Porque os encaminhamentos são, inclusive alguns muito extensos até, não é? Então veja 5 aqui. Bom, vamos iniciar então pelo primeiro, pela votação do primeiro encaminhamento. Do Comitê alguma ponderação? O Henrique retornou. Está bem.

**Sr. Henrique de Souza (Conectas)** – Só uma ponderação, a minha conexão está ruim aqui, acabei caindo, desculpe.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Que o Comitê encampe as recomendações realizadas pelo mecanismo ao final do seu relatório, se necessário, com a criação de um grupo de trabalho para executar ações ali propostas com a fiscalização de recursos. Recomendações do mecanismo: Fiscalizar aplicação dos recursos públicos para a comunidade terapêutica. Apresentar relatórios sobre a execução desses repasses frente ao trabalho desenvolvido nessas entidades, bem como a inspecionada, que, conforme este relatório, apresenta a prática de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Apurar a situação de maus-tratos, torturas e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes apresentados no relatório. Vamos votar esse encaminhamento? Eu acho que o encaminhamento está muito longo, a gente tem que tentar uma objetividade maior aí na hora que for colocar para votação, até porque, por exemplo, a parte final ali ela está



redundante. Mas votando, então, esse primeiro encaminhamento: Registro da sociedade civil. Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal da OAB.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal de psicologia.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – De acordo com o encaminhamento.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU. Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conecta) – Conectas de acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO?**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – De acordo.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – De acordo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Membros de governo agora. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. SNPG. SNPIR.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Sou contrário, totalmente contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – SEGOV. Secretaria Geral da Presidência da República. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ministério da Cidadania.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Saúde. Ministério da Educação.

**Ministério da Educação** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Defesa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério das Relações Exteriores.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – O MRE vota

contrário.

**Ministério da Justiça** – Ministério da justiça contrário, o microfone estava fechado.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, está bem. São 11 votos favoráveis...

**Interlocutor não Identificado** – Da Secretaria.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, está bem. SNPG.

**Interlocutor não Identificado** – Não, da Secretaria geral da Presidência contrário no Chat.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, está bem, desculpe, não vi, ok. Fica... Faltou ainda registrar voto de governo SNPG, ministério da mulher e SEGOV e Ministério da Saúde. Governo vota contrário?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Continua, por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Sociedade civil vota favorável, apenas MNU não registrou o voto.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem, eu vou pedir, se possível, aos colegas registrarem sempre o voto oral, viu? Evitar o Chat,

que o chat que às vezes a gente perde, está bem? Então passando para o segundo ponto: Encaminhar ofício às autoridades do Executivo municipais, estaduais, bem como ao ministério público e Defensoria Pública para que informem quais medidas foram adotadas para interromper as relações anunciadas no relatório do mecanismo. Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal da OAB.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CFP?**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU. Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conectas) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS.**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Educafro.**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional**

**de Prevenção e Combate à Tortura)** – Representante de governo, ministério da mulher, da família e dos direitos humanos.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Faltou UFRN, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, desculpa, Cândida, é UFRN.

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)** – Favorável.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ficou embaixo aqui. Ministério da mulher, família e direitos humanos. SNPG? SNPIR?

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Totalmente contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – SEGOV.

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Secretaria geral.

**Secretaria-Geral** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da justiça.

**Ministério da Justiça – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da cidadania.**

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da saúde. Ministério da educação.**

**Ministério da Educação – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da defesa.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Eu registro o meu voto favorável, porque eu não vejo problema a comunicação entre os atores, então eu acho que apresentar o ofício não prejudica o nosso diálogo institucional. Favorável.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MRE.**

**Sr. Matheus Moreira (DDH/MRE) –** O MRE se abstém.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Então a gente tem uma abstenção, ministério da mulher não registrou voto e nem o Ministério da Saúde, temos 8 registros contrários e 11 favoráveis... 12 favoráveis, desculpa, 12 da sociedade



civil e um de governo.

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – Com licença, eu gostaria... Vocês estão me ouvindo bem? aqui é o Felipe da SEGOV. Só para testar, eu estava com um problema com o áudio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Estamos ouvindo sim, Felipe.

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – Perfeito, obrigado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Você apresentou o seu voto? Perdão, porque nós não pegamos no áudio.

**Sr. Felipe (Secretaria de Governo/SEGOV)** – Eu apresentei sim via áudio, contrário.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, Felipe, obrigado.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Eu registrei contrário.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bem. Próximo encaminhamento: Conforme o relatório apresentado pelo mecanismo, que apresenta prática de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, solicitamos esclarecimentos ao SENAD e Ministério da Saúde da aplicação de recursos destinados a essas entidades, apresentando relatórios sobre a execução desses repasses à entidade. Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal da OAB.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CFP.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU. Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conecta) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO?**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – Fundamental, isso é necessário, favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – Favorável totalmente.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Totalmente e completamente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Governo: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. SNPG. Ministério... SNPIR.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Acho que tem mais alguém votando aí, viu Luana.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Eu sou contra, para mim isso parece intolerância religiosa.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – É a minha filha que está voltando, gente, desculpa. SEGOV. SEGOV. SEGOV. SG?

**Secretaria de Governo** – Contrário

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Quem falou contrário?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Secretaria-Geral.

**Secretaria Geral- SGPR.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ah, obrigada. Ministério da justiça.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da cidadania.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ministério da Saúde. Ministério da Educação.

**Ministério da Educação – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ministério da Defesa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Sou contrário por causa da redação, eu sou a favor da transparência, mas a redação que foi colocada como encaminhamento, ela não está adequada. Nós temos a Lei de acesso à informação e outras coisas, contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** MRE.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores) –** O MRE contrário.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Finalizamos, Luana, essa votação?

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Sim, são 12 favoráveis, 7 contrários e cinco entidades não registraram o voto, 4 de governo e um de sociedade civil, movimento negro unificado não registrou voto.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** Perfeito,

passamos para o próximo encaminhamento: Publicar uma Resolução que vede o atendimento de crianças e adolescentes em CT. Por favor, início da votação.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal da OAB.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CFP.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – Absolutamente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU. Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conecta) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO? EDUCAFRO? COADE.**

**Sr. Rodrigo (COADE) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Membros de Governo agora: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. SNPG. SNPIR.**

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH)** – Eu sou totalmente contrário, a competência nem é nossa, seria do CONANDA esse tipo de Resolução e de decisão, um absurdo, um verdadeiro absurdo.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – SEGOV.

**Secretaria de Governo** – Contrário

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – SG, Secretaria-Geral.

**Secretaria Geral** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da justiça.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da cidadania.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Ministério da Saúde. Ministério da Educação.

**Ministério da Educação** – Contrário.



**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Defesa.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério das relações exteriores.**

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores) – O MRE vota contrário.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Finalizamos, então. Qual o resultado, Luana, para efeito de registro na ata?**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – O frei Davi não registrou o voto dele, não sei se ele está me ouvindo. Mas são 10 votos favoráveis e a SNPG já abriu o microfone, não sei se vai votar favorável ou contrário. A gente tem 3... Não registramos 3 membros de governo e...**

**Interlocutor não Identificado – O texto coloca no Chat.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Coloco agora. 8 contrários, 8 votos não favoráveis ao encaminhamento. Coloquei no Chat.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Está bem, então perfeito, passando para a última votação. Conforme...**

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores) – Sávio.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Quem pediu a palavra? Matheus, por favor, Matheus.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – É só um detalhe, o frei Davi pediu para avisar que foi ao banheiro, está bem? Ele queria votar, mas não conseguiu.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É, esses realmente nós estamos com um problema aqui, essa extensão do horário, com certeza alguns aqui não almoçaram, alguns almoçaram. Então eu vou até finalizar essa votação aqui, já vou sugerir para os colegas para a gente passar a pauta restante aí para a próxima reunião extraordinária. Mas esse foi o nosso último...

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Oi, acabei de chegar.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Encaminhamento.

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO)** – Acabei de chegar, favorável.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Vamos registrar aqui o voto do frei Davi, em que pese já a conclusão desse encaminhamento, mas solicito o registro do voto do frei Davi como favorável.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – Registrado.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – O último encaminhamento: Conforme o relatório apresentado pelo mecanismo, que expõe prática de maus-tratos, tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradante, recomendamos que o Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de

Desenvolvimento Social, Secretaria nacional de cuidados e prevenção às drogas suspenda o repasse de recursos para a referida entidade. Por favor, Luana.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Conselho federal da OAB.**

**Sra. Vitória Buzzi (Conselho Federal da Ordem dos Advogados Brasileiros) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CFP.**

**Sr. Paulo Bicalho (Conselho Federal de Psicologia) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Justiça global.**

**Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – RENILA.**

**Sra. Andressa de França Alves Ferrari (RENILA) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UBM.**

**Sra. Mariana (UBM) – Super favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – MNU. Conectas.**

**Sr. Henrique de Souza (Conecta) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – SOMOS?**

**Sr. Caio César Klein (SOMOS – Comunicação, Saúde e Sexualidade) – De acordo, favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – EDUCAFRO?**

**Sr. David Santos (Frei David – EDUCAFRO) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – COADE?**

**Sr. Rodrigo (COADE) – Favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – CUT.**

**Sra. Virginia Berriel (CUT) – Totalmente favorável.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – UFRN.**

**Sra. Cândida de Souza (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) –** Favorável e que se cumpra a recomendação.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. SNPG. Eu vou colar o encaminhamento no Chat para quem tiver dúvida, está bem, gente?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) –** O encaminhamento já está, viu Luana, já está aqui na... É o último ponto aqui olha.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ah, está bem. Ok. SNPIR.

**Sr. Esequiel Santos (SNPIR/MMFDH) –** Eu sou contrário, contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** SEGOV.

**Secretaria de Governo –** Contrário

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** SG.

**Secretaria Geral –** Contrário.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) –** Ministério da justiça.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) –** Contrário. SNPG votou

contrário também, ela registrou no chat SNPG.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da cidadania.**

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Educação.**

**Ministério da Educação – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da Defesa.**

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério das relações exteriores.**

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores) – O MRE vota contrário.**

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura) – Ministério da saúde.**

**Interlocutor não Identificado –** Gostaria de pedir que continuem fazendo essa metodologia de colocar o encaminhamento aqui no Chat, para, na hora da votação, não ficar dúvida sobre algum detalhe do que está sendo votado.

**Sra. Luana de Lima Dias Oliveira (Coordenação de Apoio ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)** – São 9 registros contrários, desculpe, Dr. Sávio, 9 registros contrários, 3 não registraram votos, 2 de governo e de sociedade civil e 11 favoráveis, sociedade civil.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Eu agradeço, Luana. A observação do Cristiano, ela é pertinente para facilitar a nossa visualização, mas esse foi o último encaminhamento para votação, está bem? Então finalizamos essa parte. Eu consulto aos colegas agora, primeiro eu gostaria de saber se a Thaís Cunha, ela permanece ainda na nossa reunião, do Comitê estadual de Rondônia?

**Sra. Thaís Cunha (Comitê Estadual de Rondônia)** – Oi, boa tarde.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Boa tarde, Thaís.

**Sra. Thaís Cunha (Comitê Estadual de Rondônia)** – Estão conseguindo...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.

**Sra. Thaís Cunha (Comitê Estadual de Rondônia)** – Um momento que...

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Thaís, como nós tivemos uma inversão de pauta e você fez uma observação pontual, eu não sei se você estará presente na próxima reunião. Eu vou sugerir a prorrogação de alguns itens aqui para a extraordinária, que é daqui a 2, 3 semanas. Gostaria de forma sucinta esse relato que você fez ali no nosso Chat para efeito de registro na nossa ata, por favor.

**Sra. Thaís Cunha (Comitê Estadual de Rondônia)** – Joia. Agradeço a

oportunidade e o espaço de compartilhar. Estou acompanhando, sei que realmente a pauta já se estendeu muito, o horário eu acho que já se estendeu. Então vou até colocar o meu contato à disposição, caso algum membro do Comitê nacional queira fazer contribuições, se não houver tempo agora nesta reunião. Mas o que acontece é o seguinte, nós estamos realizando o processo seletivo dos membros do mecanismo, dos peritos do mecanismo estadual do estado de Rondônia e o nosso processo seletivo, ele é bem diferente do processo seletivo nacional, porque a nossa legislação traz todo um rito diferenciado, com lista sêxtupla, sabatina na Assembleia legislativa e escolha dos 3 membros pelo governador a partir dessa lista sêxtupla, então é um processo bem diferenciado. E nossa legislação, ela traz a previsão de quais profissionais podem apresentar, quais profissionais estariam aptos a apresentar a candidatura, a participar do processo seletivo. E a nossa Lei traz a previsão de profissionais do sistema penitenciário, profissionais da segurança pública e surgiu uma dúvida acerca da eventual incompatibilidade desses profissionais atuarem como membros do mecanismo. Então assim, existe o respaldo na nossa Lei, mas a nossa Comissão do processo seletivo, eu queria compartilhar essa dúvida com os membros do Comitê nacional, eu sei que tem muitas pessoas com muita experiência, não é? Com vasta experiência na temática, com a atuação no campo dos direitos humanos, talvez com conhecimento aí de tratados internacionais que o Brasil seja signatário, que talvez inviabilizasse ou impedisse a participação desses profissionais no processo seletivo. Então assim, eu queria compartilhar, porque estamos, agora nós estamos na fase de recurso. Eu não sei, esse candidato, ele é policial militar, ele apresentou a documentação solicitada pelo edital, tudo certinho, com qualificação e com experiência em atuação temática de direitos humanos. Mas, com a divulgação dessa lista de inscritos, começou a surgir alguns questionamentos sobre essa incompatibilidade de um policial militar, na verdade, a gente nem sabe se ele vai seguir até o final do processo seletivo, se realmente ele vai ter esse interesse de assumir. Mas assim, diante desses questionamentos que estão surgindo, isso pode trazer uma repercussão, pode ser um precedente para outros mecanismos estaduais, eu achei interessante compartilhar e gostaríamos



de ouvir os membros do Comitê nacional e se o tempo não permitir, eu vou compartilhar meu contato para que quem achar interessante compartilhar alguma experiência, fazer alguma sugestão, enfim entrar em contato com a gente para que a gente possa tomar, caso essa inscrição seja impugnada, a gente, a Comissão, ela possa tomar uma decisão substancial e também entendo como referência e respaldo a experiência do Comitê nacional com o tema. Enfim, é um breve relato desse problema que surgiu, dessa possibilidade dessa candidatura ser questionada e isso pode gerar judicialização, tanto da parte a ser candidato, já que a legislação traz a possibilidade e de fato assim, é delicado a gente presumir que esse profissional, não sei, não estaria apto. Mas é também compreender que pode ser objeto de questionamento assim incompatibilidade, já que ele passaria a atuar fiscalizando os colegas. Então, enfim compartilho e agradeço mais uma vez a oportunidade.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Obrigado, Thaís, pela sua participação, o relato aqui no pleno do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Eu acho, entendo que fica prejudicado uma resposta objetiva agora, porque o processo, ele está em andamento e pela questão do pacto federativo o estado, que acaba tocando o seu procedimento. Nós temos normas, diretrizes internacionais, enfim, mas para fechar uma posição sobre a possibilidade ou impossibilidade da participação em um processo seletivo, inclusive se tornar, haverá um membro do mecanismo estadual, eu acho que ela é muito sensível e profunda para a gente apresentar aqui agora uma conclusão que possa fechar essa situação. Mas isso não exclui do Comitê estadual mandar formalmente um pedido aqui para o Comitê nacional para nós podermos, nós temos grupos temáticos para tratar sobre esse assunto e amadurecer um documento de forma mais concreta, está bem? E pelo andar da nossa pauta aqui, já como eu falei, alguns colegas não almoçaram, não é? Ainda alguns colegas não almoçaram, mas eu vou sugerir aqui, gostaria de ouvir os colegas para que a próxima reunião extraordinária daqui há 2 semanas e meia, 3 semanas, possamos colocar o item 4.1, 4.3 e 4.4, incluir para início da próxima reunião, a extraordinária

esses itens aqui, já pedindo desculpas aqui para os representantes do mecanismo que acompanhou, não é? Mas também manifestaram favoráveis para essa alteração de pauta, então já solicito já essa inclusão na próxima reunião. Se não tiver nenhuma manifestação muito contundente contrária, está bem? Alguma inscrição? Ribamar de acordo, já agradeço, viu Ribamar? Você sempre muito aí já agradeço já e penso que os colegas do mecanismo não almoçaram ainda, não é? Vou fazer uma manifestação talvez um pouco com uma alteração de saúde aí, eu acho que não é uma boa, mas agradeço já, então, essa antecipação do mecanismo. Colegas podemos encerrar? Mais alguma ponderação final?

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor, quem? Mateus, não é? Por favor.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – A Silvia, Sylvia.

**Sra. Sylvia** – Era só, na verdade, um esclarecimento só para dizer para a Thaís que, como APT, a gente está se debruçando sobre isso, sobre essa questão que você trouxe e a gente vai enviar um parecer semana que vem, está bem? Sobre essa questão, não vou mais tomar tempo aqui, mas só para dizer. Que vai enviar um parecer para exatamente sobre essa questão da incompatibilidade.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agradeço, trazendo até essa APT tem muito a comum aí teórico ao longo dos anos. Só para colocar como uma questão sensível essa para a colega país, sem entrar no mérito, nós temos um integrante, enfim, o próprio colega aqui que agrega bastante aqui foi da polícia militar, não é? O colega do Conselho de Psicologia e conhece muito a temática, foi, salvo engano, não é Pedro? Você foi policial-militar, não é? Então ele conhece bastante a temática, como iríamos excluir o Pedro, assim, ele

conhece muito mais do que a grande maioria, então é uma questão muito sensível que a gente precisa, o Comitê realmente precisa debruçar sobre esse tema. Eu agradeço, viu Thaís, trazer isso para o colegiado. Então...

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Agradeço a todos e até a próxima reunião extraordinária.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Sávio posso rapidinho?

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Mais alguma ponderação, Matheus?

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Eu tenho.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Por favor.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Deixar a reflexão desde já, 2 reflexões rápidas que talvez por ter mais tema, a próxima reunião extraordinária tenha que se realmente também avançar de tarde.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Exato.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – E a segunda ponderação, Sávio, só para registro mesmo, porque eu acho que pelo caminhar do horário aí, eu não sei, porque assim, os peritos do mecanismo, eles não falaram e eles foram, inclusive, na minha visão, ofendidos na fala do Quirino, se alguns colegas do perito queriam falar alguma coisa.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito, Matheus. Eu até, esse assunto nós vamos voltar ainda, com certeza esse assunto não foi finalizado, os colegas do mecanismo terão a palavra no início da próxima reunião. Já solicitou aqui para a equipe administrativa, está bem, incluir como primeiro ponto de pauta, independente da questão do debate do edital, é prioridade essa fala aí do mecanismo aí já com esses pontos que ficaram abertas aqui. Então...

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Por gentileza, Presidente, eu peço para falar também junto com os representantes do mecanismo.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu vou pedir para os colegas para a gente finalizar hoje...

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Porque se debater do Matheus é só um lado que é ouvido aqui.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Não, Quirino, você falou hoje, Quirino.

**Sr. Quirino Cordeiro Júnior (Ministério da Cidadania)** – Não, cara, é só você quer falar, você quer cercear a liberdade de todo mundo aqui.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Você falou de liberdade...

**Interlocutora não Identificada** – Que pessoa desagradável.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Vou pedir para cortar os áudios dos colegas que estão falando aqui, por favor, eu vou pedir para

cortar o áudio. Então nós vamos finalizar essa reunião, na próxima reunião podemos retomar esse debate. Agradeço a participação de todos e um bom almoço aí para quem não almoçou ainda.

**Interlocutor não Identificado** – Valeu, Sávio, um bom almoço.

**Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Pode finalizar., não é? Boa tarde, Sávio.

**Interlocutora não Identificada** – Boa tarde, tchau, tchau.

**Sr. Matheus Moreira (Ministério das Relações Exteriores)** – Quirino ofendeu o mecanismo, Quirino.

**Interlocutora não Identificada** – Boa tarde, gente.

**Interlocutora não Identificada** – Boa tarde a todos.

